

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Programa de Pós-Graduação em Sistemas de
Produção Agrícola Familiar



Dissertação

**Desenvolvimento e reforma agrária no território zona sul
do Rio Grande do Sul:
Os impactos dos assentamentos na percepção das
famílias**

Patrícia Martins da Silva

Pelotas, 2010

PATRÍCIA MARTINS DA SILVA

**DESENVOLVIMENTO E REFORMA AGRÁRIA NO
TERRITÓRIO ZONA SUL DO RIO GRANDE DO SUL:
OS IMPACTOS DOS ASSENTAMENTOS NA PERCEPÇÃO
DAS FAMÍLIAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Hélio Debli Casalinho

Pelotas, 2010

Dados de catalogação na fonte:
(Marlene Cravo Castillo – CRB-10/744)

S486d Silva, Patrícia Martins da

Desenvolvimento e reforma agrária no território zona sul do Rio Grande do Sul : os impactos dos assentamentos na percepção das famílias / Patrícia Martins da Silva ; orientador Hélio Debli Casalinho. - Pelotas, 2010. - 114f. ; il..- Dissertação(Mestrado) –Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel . Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2010.

1. Reforma agrária, 2.Desenvolvimento
3.Assentamento 4.Produção agrícola familiar I Casalinho,
Hélio Debli (orientador) II .Título.

CDD 307.72

Banca examinadora:

Prof. Dr. Antônio Jorge Amaral Bezerra

Prof. Dr. Lúcio André de Oliveira Fernandes

Prof^a. Dr^a Giancarla Salamoni

Prof. Dr. Hélio Debli Casalinho – orientador

Dedicatória

Aos meus filhos Marcos e Otávio.
Para que eles possam reconhecer
O quão duro e belo podem ser
o caminho dos sonhos,
e utopia.

Agradecimentos

Ao meu companheiro Gaiardo, com quem divido a vida, os sonhos, as angústias e reflexões.

A minha família, pela presença constante em minha vida. Ao meu pai (*in memorian*) pelo exemplo de luta e superação. A minha mãe, pela liberdade, confiança e amor incondicionais.

Ao meu orientador, pela paciência e segurança transmitidos durante o trabalho. A sabedoria de aconselhar e sugerir no momento certo.

A Elohá e Márcia, que ofereceram colo e carinho aos meus filhos, proporcionando tranqüilidade e segurança para conclusão do trabalho.

Aos meus colegas de curso, pelas discussões e convívio: Patrícia, Maria Regina, Lírio, Regina, Cláudio, Nádia, entre outros. Em especial a Dorila, pelo apoio e exemplo de dedicação.

Aos professores do SPAF, responsáveis pela qualidade e seriedade do curso, proporcionando um ambiente de debate e aprendizado. A agricultura familiar adquire através do programa um importante espaço e representação.

Ao Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento – CNPQ, cujo auxílio através da bolsa de pesquisa, possibilitou a realização deste estudo.

Aos amigos, companheiros e colegas com quem dividi a vida profissional durante os anos de trabalho junto aos assentamentos. A intensidade de nossas experiências certamente marcou nossas trajetórias. Não somos os mesmos, mesmo!

As famílias assentadas, que confiaram no trabalho, abrindo suas casas e suas vidas para realização das entrevistas. A simplicidade e perseverança do cotidiano do agricultor nos revelam um mundo mais humano.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que através de suas lutas torna possível o sonho de tantas famílias sem terra, nos fazendo acreditar que vale a pena o caminho dos sonhos e utopia.

Epígrafe

(Sobre a relação do camponês com a terra)

Perdão se quando quero
contar minha vida
é terra o que conto.

Esta é a terra,
cresce em teu sangue,
e cresces.

Se se apaga em teu sangue,
te apagas.

Pablo Neruda

Resumo

Silva, Patrícia Martins da. **Desenvolvimento e reforma agrária no território zona sul do Rio Grande do Sul: Os impactos dos assentamentos na percepção das famílias**. 2010. 114f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS.

A dissertação analisa os impactos da implantação dos assentamentos sobre a vida e o desenvolvimento das famílias assentadas, na região sul do estado do Rio Grande do Sul. Buscou-se com este estudo superar as correntes avaliações das políticas a partir dos números de sua execução, proporcionando uma avaliação a partir do resultado a que se propõe: a melhoria das condições de vida das famílias através do acesso a terra. Para isso considerou-se a opinião das famílias, levantadas a partir das entrevistas como principal instrumento de análise. O estudo foi realizado em dois assentamentos localizados em distintos contextos territoriais: o Assentamento Santa Lúcia, situado no município de Candiota – RS, território de latifúndios; o Assentamento 12 de Julho localizado no município de Canguçu – RS, território de minifúndios e forte presença de agricultura familiar; Os resultados foram discutidos a partir das cinco dimensões consideradas para discussão do desenvolvimento: social, cultural, econômica, ambiental e territorial. Os dados demonstraram um impacto positivo nas diferentes dimensões analisadas indicando uma melhoria significativa na qualidade de vida das famílias assentadas. A intensidade destes impactos é influenciada pelo contexto territorial onde estão inseridos os assentamentos, já que os dois casos estudados embora apresentem semelhanças, diferem-se quantitativamente e qualitativamente nos indicadores analisados. Outros impactos observados referem-se à expansão da consciência social proporcionada pelo processo vivenciado, desde a luta pela terra até a vida no assentamento. Constatou-se dessa forma que a política de implantação de assentamentos, embora não provoque alterações significativas na estrutura fundiária, altera significativamente a vida das famílias assentadas, representando uma nova possibilidade. Embora haja um esforço de superação por parte das famílias assentadas, o desenvolvimento dessa política encontra-se limitado ao caráter que a delimita: a de política social compensatória.

Palavras chave: reforma agrária, desenvolvimento, assentamento, família.

Abstract

Silva, Patrícia Martins da. **Desenvolvimento e reforma agrária no território zona sul do Rio Grande do Sul: Os impactos dos assentamentos na percepção das famílias**. 2010. 114f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS.

The dissertation analyzes the impacts of the implantation of the establishments on the life and the development of the seated families, in the south area of the state of Rio Grande do Sul. It was looked for with this study to overcome the currents evaluations of the politics starting from the numbers of his/her execution, providing an evaluation starting from the result the one that intends: the improvement of the conditions of life of the families through the access the earth. For that it was considered the opinion of the families, lifted up starting from the interviews as main analysis instrument. The study was accomplished in two located establishments in different territorial contexts: the establishment Santa Lúcia placed in the municipal district of Candiota - RS, territory of plantation; the Establishment 12 of located July in the municipal district of Canguçu - RS, territory of small properties and strong presence of family agriculture; The results were discussed starting from the five dimensions considered for discussion of the development: social, cultural, economical, environmental and territorial. The data demonstrated a positive impact in the different analyzed dimensions indicating a significant improvement in the quality of life of the seated families. The intensity of these impacts is influenced by the territorial context where the establishments are inserted, since the two cases studied away present similarities, they are differed quantitatively and qualitatively in the analyzed indicators. Other observed impacts refer to the expansion of the proportionate social conscience for the lived process, from the fight for the earth until the life in the establishment. It was verified in that way that the politics of implantation of establishments, although it doesn't provoke significant alterations in the structure land, it alters the life of the seated families significantly, representing a new possibility. Although there is a overcoming effort on the part of the seated families, the development of that politics is limited to the character that delimits her: the one of compensatory social politics.

Keywords: agrarian reform, development, establishment, family.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa do Território da Cidadania zona sul do estado do Rio Grande do Sul	41
Figura 2	Mapa de localização do município de Canguçu / divisão distrital..	44
Figura 3	Mapa de localização do município de Candiota / divisão distrital...	47
Figura 4	Rota de imigração das famílias acampamento – assentamento....	58
Figura 5	Nível de escolaridade dos filhos que pararam de estudar	64
Figura 6	Evolução da escolaridade entre as gerações	65
Figura 7	Destino dos filhos que pararam de estudar	66
Figura 8	Opinião das famílias sobre a escola (1º grau) freqüentada pelos filhos	67
Figura 9	Nível de satisfação das famílias com os serviços de saúde pública	68
Figura 10	Principais problemas do acesso aos serviços de saúde na opinião das famílias	70
Figura 11	Nível de satisfação das famílias com as condições de infraestrutura	71
Figura 12	Grau de satisfação das famílias com as opções de lazer existentes	75
Figura 13	A opinião das mulheres sobre o assentamento	77
Figura 14	Principais problemas que atingem as mulheres na opinião delas..	78
Figura 15	Famílias envolvidas por linha de produção em percentual	79
Figura 16	Renda bruta da produção em média/família/mês	83
Figura 17	Principais problemas para o desenvolvimento da produção na opinião das famílias	83
Figura 18	Principais problemas ambientais existentes nos assentamentos na opinião das famílias	87

Figura 19	Práticas de conservação e preservação ambiental realizadas nos assentamentos	88
Figura 20	Desembolso anual para lavoura	89
Figura 21	Contribuição do poder público nas esferas municipal, estadual e federal, sobre o desenvolvimento dos assentamentos, na opinião das famílias	92
Figura 22	Comparativo da situação da vida das famílias antes e depois de serem assentadas, quanto às condições básicas de desenvolvimento, na opinião das famílias	94
Figura 23	Opinião das famílias sobre como é viver da agricultura hoje, em relação ao período anterior ao assentamento	94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Composição e distribuição da população do município de Canguçu – RS	46
Tabela 2	Composição e distribuição da população do município de Candiota – RS	49
Tabela 3	Idade e escolaridade do casal que compõe a família, por assentamento	62
Tabela 4	Nível de escolaridade dos filhos que freqüentam a escola, por assentamento	62
Tabela 5	Nível de escolaridade dos filhos que pararam de estudar, por assentamento	64
Tabela 6	Comparativo de grau de escolaridade entre pais e filhos (que pararam de estudar), por assentamento	64
Tabela 7	Distribuição ocupacional dos filhos, por assentamento	65
Tabela 8	Disponibilidade de equipamentos utilitários para comunicação e transporte, por assentamento	73
Tabela 9	Formas de organização existentes nos assentamentos	74
Tabela 10	Renda bruta (R\$) da produção destinada para consumo e venda, por família, por assentamento	80
Tabela 11	Renda bruta (R\$), em média por família*/ano, por assentamento..	81
Tabela 12	Desembolso anual (R\$) por linha de produção, por assentamento, considerando a safra 2008/2009	84
Tabela 13	Rendas não agrícolas em média/família/mês, por assentamento..	85
Tabela 14	Despesas não agrícolas em média/família/mês por assentamento	86
Tabela 15	Balanço financeiro (R\$) da unidade de produção familiar, por assentamento	86

LISTA DE SIGLAS

Associação dos Municípios da Região Sul - AZONASUL
Central Única dos Trabalhadores –CUT
Comissão Econômica para América Latina – CEPAL
Comissão Pastoral da Terra – CPT
Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CGTE
Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEE
Companhia Riograndense de Mineração – CRM
Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG
Cooperativa de Crédito Horizontes Novos de Sarandi – CREHNOR
Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos – COPTec
Cooperativa dos Pequenos Agricultores Produtores de Leite da Região Sul-COOPAL
Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados - COOPERAL
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER
Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul – FEE/RS
Fundo Monetário Internacional – FMI
Instituto Brasileiro de Geografia e estatística – IBGE
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA
Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST
Organização das Nações Unidas – ONU
Partido dos Trabalhadores – PT
Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA
Programa de Saneamento de Ativos – PESA
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF
Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT
União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu – UNAIC
União Democrática Ruralista – UDR

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 DESENVOLVIMENTO E LIBERDADE: NOVA FACE DAS MESMAS COISAS ..	19
1.1 A modernização conservadora do rural no Brasil.....	24
1.2 A reforma agrária no Brasil: da promessa a política pública	31
2 A CONCEPÇÃO DO MÉTODO	38
2.1 O universo é a amostra	42
2.2 O espaço social delimitado.....	43
2.2.1 O município de Canguçu	43
2.2.2 O município de Candiota	46
2.3 Realizando as entrevistas	49
2.4 A Análise das informações	50
3 O UNIVERSO EMPÍRICO: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE.....	52
3.1 Aspectos comuns: o acampamento da fazenda Anoni.....	53
3.2 Os “Sem Terra” na luta pela terra.....	56
3.3 Abrindo Fronteiras: a chegada na região sul do estado	57
4 DESENVOLVIMENTO E COTIDIANO: A DIFÍCIL ARTE DE REINVENTAR A VIDA.....	61
4.1 Dimensão social básica.....	61
4.1.1 Educação	61
4.1.2 Saúde	68
4.1.3 Infraestrutura-social.....	70
4.2 Aspectos culturais	74
4.3 Renda e reprodução familiar	78
4.4 A questão ambiental e o modelo de agricultura	87
4.5 A territorialização dos assentamentos.....	90
4.6 A vida da agricultura: testemunhos do sonho.....	92

CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS.....	101
APÊNDICES	106

INTRODUÇÃO

O silêncio de grande parte do meio acadêmico e científico sobre o tema dos assentamentos de reforma agrária, não pode ser compreendido isoladamente. É produto da omissão consentida da sociedade sobre a problemática da questão agrária, que configurou-se no Brasil pós 1500, e se perpetua até hoje. Reproduze-se apenas um debate valorativo, próprio do senso comum, situado entre o bem e o mal, carregado de juízos e termos, que descontextualizados da teia das relações sociais que compõe a sociedade, conformam a consciência social que se tem sobre ela.

Não fosse estranho, se à ciência não fosse atribuído o papel de desvelar as relações sociais, de compreender os fatos e fenômenos sociais, investigar os elementos que os circundam, que determinam ou são por eles determinados, qual seja, aprofundar o estudo, conhecer o desconhecido. Embora deva-se reconhecer que em certas universidades do país, alguns pesquisadores têm se dedicado ao tema, criando em seu entorno um círculo de reflexão e debate, que muito tem contribuído para elucidar estas e outras questões, mas que, no entanto, ocorrem de forma marginal aos currículos das graduações, e das pós-graduações recorrentes.

Volta-se ao silêncio e percebe-se que ele fala, é cúmplice e complacente com as relações sociais estabelecidas, e com o poder que delas emana. Contribui para manutenção do *status quo* existente, e na temática em questão, para manutenção da concentração da estrutura agrária existente no Brasil, conforme mostram os dados extraídos dos Censos Agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (1985, 1995, 2006), onde nos últimos vinte anos a concentração de terra permaneceu praticamente inalterada, tendo o índice de Gini, recurso utilizado para medir a concentração de terra, se elevado em 1,9% nos últimos dez anos.

Entremeio a este contexto, em diversos momentos da história no Brasil, a reforma agrária esteve na pauta, coincidindo com períodos de ascensão e organização social, e com governos ditos “progressistas”, tendo sido realizada estruturalmente em diversos países, em especial após a segunda guerra mundial nos países capitalistas, como mecanismo de desenvolvimento do mercado interno, dinamizando o consumo e a oferta de alimentos. Assim a reforma agrária assumiu

ao longo da história, diferentes formatos e caráter, na perspectiva do sistema econômico dos países que a realizaram. No Brasil como já demonstrado, continuou sendo uma promessa.

No entanto, frente à pressão social estabelecida, têm sido implementadas, no Brasil, principalmente a partir da década de 90, políticas compensatórias, de implantação de projetos de assentamentos, em diferentes intensidades, conforme os governos que a realizam e a conjuntura social. Ao total, segundo Incra (2010), existem atualmente 8.562 projetos de assentamentos no Brasil, contabilizando 906.878 famílias de agricultores, abrangendo uma área de 84,3 milhões de hectares, sendo que no Rio Grande do Sul há 12.448 famílias distribuídas em 329 projetos de assentamentos, abrangendo uma área de 286 mil hectares. Estes assentamentos encontram-se dispersos em municípios e territórios distintos.

O caráter social implícito dessas políticas de assentamentos, não possibilita a ocorrência de alterações profundas, estruturais, no sistema econômico e nas relações sociais estabelecidas. Entretanto, ao nível das famílias agricultoras envolvidas, estabelece-se uma ruptura entre o antes e o depois de ser assentado, provocando mudanças profundas na trajetória e na perspectiva de vida. Abre-se um novo período, de adaptações, escolhas, aprendizados, relações, culturas, o redesenho da vida. Simultaneamente este processo ocorre no entorno aos assentamentos, ao nível dos municípios, e até dos territórios envolvidos.

O estudo proposto nesta dissertação insere-se neste contexto, tendo como objetivo compreender o impacto da implantação dos assentamentos sobre a vida e o desenvolvimento das famílias assentadas na região sul do estado do Rio Grande do Sul, e a nova dinâmica estabelecida de reprodução da unidade familiar após a ocorrência do assentamento. Os objetivos específicos são: compreender a influência do território sobre o desenvolvimento dos assentamentos, comparando-se dois assentamentos implantados em distintos contextos territoriais; identificar os sistemas de produção e reprodução da unidade familiar; verificar a partir das famílias, sujeitas do processo, o desenvolvimento em suas dimensões econômica, social, cultural, ambiental e espacial; e por fim, apontar limites e potencialidades, identificados durante o estudo, a cerca da política pública de implantação dos assentamentos, contribuindo para sua melhoria e efetivação.

Considera-se para tal, as famílias assentadas como participantes ativos do processo de desenvolvimento, e não como elementos passivos, “assistidos” por uma política social específica. As entrevistas estruturadas (com questionário semi-aberto) constituem dessa forma para o trabalho, o instrumento principal de levantamento de dados para análise, na perspectiva de re-constituir a visão deles sobre o processo. Fontes secundárias como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul - FEE, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER e Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, forneceram subsídios para complementar o presente estudo.

Os assentamentos que fizeram parte deste trabalho estão localizados nos municípios de Canguçu e Candiota, situados na região sul do estado do Rio Grande do Sul. Ambos os assentamentos são compostos por famílias oriundas do acampamento da fazenda Anoni (localizada no município de Sarandi, região norte do estado) ocorrido em vinte e nove de outubro de 1985, referência considerada como o ponto de partida de nossa análise.

A dissertação encontra-se apresentada em quatro capítulos, sendo o *primeiro capítulo* dedicado a uma reflexão teórica crítica, contextualizando historicamente os principais conceitos que auxiliarão na interpretação da realidade: desenvolvimento, modernização da agricultura e reforma agrária; o *segundo capítulo* trata da abordagem metodológica: definição do método, caracterização dos municípios e descrição dos procedimentos para levantamento e análise dos dados; o *terceiro capítulo* traz uma reflexão sobre a construção da identidade “sem terra”, reconstituindo o período vivido no acampamento até as impressões da chegada na região sul e no assentamento; o *quarto capítulo* trata da análise dos dados, agrupados nas dimensões social, econômica, cultural, territorial e ambiental que compõe os diferentes aspectos do desenvolvimento, finalizando com uma discussão geral sobre a vida da agricultura, o antes e o depois. A última seção está dedicada às considerações finais do trabalho e referências bibliográficas.

Por fim, ao empreender um estudo, diversas opções são realizadas, desde o problema a ser estudado até as opções teórico-metodológicas. Não são escolhas atribuídas ao acaso, nem poderiam ser. Encontram-se, conscientemente ou não, coerentes com a visão de mundo do pesquisador, e ainda assim limitadas ao

contexto social em que este está inserido. Ao reconhecer estes pressupostos, rompe-se com o fetichismo da neutralidade e universalidade da ciência, tornando-a algo atingível, que pode ser exercida por seres humanos “comuns”. Não se trata aqui de diminuir o papel da ciência. Ressalta-se apenas que é a ciência que está a serviço da humanidade, e não a humanidade a serviço de uma única ciência portadora de verdades e certezas absolutas. Nessa perspectiva, o desafio torna-se ainda maior.

1 DESENVOLVIMENTO E LIBERDADE: NOVA FACE DAS MESMAS COISAS

O debate sobre o conceito de desenvolvimento necessariamente deve ser contextualizado historicamente. Ocorre que há diversos enfoques e perspectivas, assim como inúmeros autores que discorrem sobre o tema, desde pesquisadores, a gestores públicos, e o risco de incorrer-se em um surrealismo ou retórica é tentador. Assim, a abordagem revelada em seu contexto, nos apresenta em perspectiva, a “evolução” do conceito e do pensamento social sobre o tema.

Segundo o economista indiano Amartya Sen, prêmio Nobel de economia o desenvolvimento deve ser visto como:

[...] um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. [...] Nesta abordagem, a expansão da liberdade é considerada o fim primordial (papel constitutivo) e o principal meio do desenvolvimento (papel instrumental) (SEN, 2000, p.52).

Esta abordagem, a primeira vista, representa uma evolução sobre a idéia do desenvolvimento, historicamente associada a crescimento econômico, como o próprio autor caracteriza:

Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do PIB e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico devemos enxergar muito além dele (SEN, 2000, p.28).

Nessa perspectiva o debate atual, representado por Sen, parece distanciar-se da discussão original, quando da emergência do conceito de desenvolvimento, ocorrida por volta da década de 40 do século passado, mais especificamente pós Segunda Guerra Mundial (1945), no contexto da chamada guerra fria, onde sob hegemonia dos Estados Unidos discutia-se o que fazer com os países (capitalistas) aliados em re-construção. Na caracterização daquele momento Martins (2004), afirma:

Nesta ordem estabelecida no pós-guerra, o desenvolvimento implicaria em processos de mudanças sociais em direção a um ideal de modernização interpretado como um estágio sócio-econômico e político de uma comunidade caracterizada por altos índices dos fatores de produção, referenciada no padrão de consumo da sociedade norte-americana (MARTINS, 2004, p.5).

Esta abordagem pioneira de desenvolvimento ficaria conhecida como paradigma¹ da modernização, cujo pressuposto era a existência de um dualismo e etnocentrismo profundos, onde os países do Terceiro mundo deveriam seguir o mesmo caminho que os países capitalistas desenvolvidos, contemplando a penetração econômica, social e cultural do norte moderno no sul tradicional (HAGEN, 1962, apud KAY, 2001).

Sobre esta perspectiva foram criados, em dezembro de 1945, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional – FMI, organismos especiais da ONU, cuja missão inicial seria financiar a reconstrução dos países devastados durante a segunda guerra mundial². Estas instituições desempenhariam papel decisivo na implementação e financiamento dessa política ao redor do mundo, conforme assinalaria mais tarde Sachs (2004), “a maior parte da reflexão sobre desenvolvimento realizada nas Nações Unidas ou induzida por esta organização tinha como base implícita o paradigma do capitalismo reformado”.

Assim, a idéia de subdesenvolvimento, segundo Porto-Gonçalves (2006), “já trazia embutida o que seria a sua superação: o desenvolvimento”. Dessa forma adotou-se, na América Latina e em especial no Brasil, no período compreendido entre a década de 1950 e 1960, como pressuposto de desenvolvimento e progresso, o processo de modernização preconizado pelos países desenvolvidos.

No entanto, abordagens críticas a esta emergem, apontando outras perspectivas, dentre elas o paradigma estruturalista, concebido a partir da Comissão Econômica para América Latina – Cepal, órgão das Nações Unidas, cuja argumentação assentava-se no pressuposto de que a teoria econômica ortodoxa válida para o centro não explicava o funcionamento das economias periféricas, com sua estrutura distinta (KAY, 2001). Na caracterização desta abordagem, Furtado apud Kay (2001) destaca que:

¹ [...] indica toda a constelação de crenças, valores, técnicas, partilhadas pelos membros de uma comunidade determinada (KUHN, 2007. p.220-221).

² Extraído de Wikipédia em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Banco_Mundial

La originalidad del paradigma estructuralista reposa em la proposición de que el desarrollo y el subdesarrollo constituyen em realidad um único proceso, que el centro y La periferia están íntimamente ligados, formando parte de uma sola economía mundial. (FURTADO apud KAY, 2001, p.9).

Ou ainda:

O subdesenvolvimento é portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham necessariamente passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento (FURTADO, 2009, p.161).

Dessa forma, sugeria-se mudar a política do período da modernização, privilegiando então o desenvolvimento do mercado interno, através de um estado desenvolvimentista que interviesse ativamente na economia. Em outras palavras, o caminho não seria copiar os outros, mas desenvolver o estado brasileiro, uma abordagem nacionalista, rumo ao progresso, ou ao capitalismo desenvolvido.

O paradigma da dependência, que emergiu nesta mesma época, apresentava uma interpretação semelhante ao estruturalista sob o processo histórico de desenvolvimento do capitalismo mundial que produzia estas desiguais situações, combinadas e dependentes, assentando-se a diferença sob a perspectiva proposta, sendo para estes, necessária a ruptura com o modo de produção capitalista.

Estes paradigmas, da dependência e estruturalista, influenciaram o pensamento nos anos da década de 1960, sendo duramente atacados ao final desta década, onde se implantaram ditaduras militares na maior parte da América Latina, sendo no Brasil a partir de 1964.

Mesmo com o período de reabertura política, após queda dos regimes militares, a base da economia permaneceu a mesma, e mesmo que tenham sido realizadas concessões sociais frente ao período de reorganização social que se sucedeu, a intensificação da política neoliberal foi o traço determinante na caracterização do contexto referente à aos últimos anos do século XX. Conforme Kay (2001), “as crises de dúvida e o endurecimento do clima econômico mundial dos anos 80 conduziram a uma enorme difusão das idéias e políticas neoliberais”. O capitalismo expandiu ainda mais a sua hegemonia frente à queda do muro de Berlim, e as reformas neoliberais a serem implantadas pelo estado neoliberal capitalista fizeram parte dos acordos necessários aos re-financiamentos e repactuação das dívidas externas ora vencidas junto as instituições já mencionadas. Entre elas a desobrigação gradual do estado com as políticas sociais como saúde, educação, regulamentação trabalhista, entre outros.

Entretanto o endurecimento necessário, que constitui a base argumentativa do contexto neoliberal sobre desenvolvimento, parece não ter fim. Enquanto isso, o cenário mundial continua emitindo sinais de estrangulamento: desequilíbrio ambiental, aprofundamento das desigualdades econômicas, desemprego, fomes endêmicas que assolam diversos países, problemas que o sistema econômico dominante é incapaz de resolver, e por fim, a eminência de colapso do próprio sistema econômico.

Ao caracterizar as economias em desenvolvimento Sachs (2004) afirma que elas podem ser descritas como:

[...] arquipélagos de empresas modernas com alta produtividade do trabalho, imersas no oceano de atividades de produtividade baixa ou muito baixa que formam o tecido intersticial do sistema econômico. A maior parte do Produto interno bruto (PIB) vem do arquipélago, a maior parte das pessoas nadam no oceano tentando sobreviver (SACHS, 2004,p.30-31).

É neste contexto, enfim, que retoma-se o debate sobre o desenvolvimento e suas perspectivas. É necessária a construção de um novo paradigma, fato que é consenso entre as diversas correntes teóricas, extrapolando ao senso comum. A perspectiva da sustentabilidade, debate que emergiu na década de 70, a partir da Conferência de Estocolmo (1972), ganha amplitude e visibilidade. No entanto a sutileza das palavras, ou enunciado, por vezes, pode encerrar diferentes perspectivas.

Quanto à sustentabilidade, por exemplo, o enfoque inicial deve-se aos desdobramentos do relatório Os Limites do Crescimento³, que considerava que se a tendência de crescimento de cinco fatores se mantivessem – população mundial, produção agrícola, exaustão de recursos naturais, produção industrial e poluição - os limites de crescimento do planeta seriam atingidos dentro de cem anos. Segundo Portilho (2005):

Analisando este período, pode-se identificar um claro deslocamento dos discursos e das atenções, do crescimento populacional nos países do sul para os padrões de produção dos países do Norte (PORTILHO, 2005, p.46).

Assim o termo desenvolvimento sustentável inaugura este período de crítica ao padrão de produção dos países capitalistas desenvolvidos, embora acabe assumindo um aspecto regulatório, de proposição de limites e compensações. Complementa a autora ao referir-se ao termo desenvolvimento sustentável:

³ Elaborado pelo clube de Roma e publicado em 1972 (PORTILHO, 2005).

[...] a força política ideológica do termo ganhou cada vez mais evidência, até que a partir dos anos 80, foi adotado principalmente como um estilo de gestão empresarial (PORTILHO, 2005, p.50).

Entretanto, nos últimos anos do século passado ao intensificar-se a demanda para a construção de um novo paradigma, volta-se a atenção ao desenvolvimento sustentável, uma idéia que ganhou força no senso comum, seja pelo agravamento da problemática ambiental, seja pela propaganda promovida pelo interesse do capital (aspecto compensatório), seja pelas mobilizações sociais. Observa-se dessa forma que os conceitos, podem expressar diversos interesses, não escapando as relações de poder presentes na sociedade.

É o que ocorre com o conceito proposto por Sen no início deste capítulo, e sua argüição teórica descrita no livro *Desenvolvimento como Liberdade*. É inegável a evolução do pensamento sobre o conceito, exposto pelo autor, ao propor a expansão das liberdades como sistema avaliatório e constitutivo do desenvolvimento. Destaca-se também a afirmação das diferentes culturas como expressões do desenvolvimento, a interpretação da fome versus produção de alimentos como um problema de acesso a alimentos e não de produção, e a ampliação do debate para além dos índices econômicos, incluindo outras dimensões básicas como saúde, educação, emprego, aos direitos ou expansão das liberdades das pessoas.

Entretanto o conjunto da argüição desenvolvida por Sen, no livro referenciado, deixa transparecer conforme assinala Oliveira (2007) “a ausência de uma discussão que leve em consideração as relações de poder, tanto no que diz respeito às relações entre países, quanto àquelas situadas em um plano micro”. Ou seja, o desenvolvimento paira sobre as relações sociais de produção e ao não questioná-las, naturaliza-as, reivindicando apenas o acesso ao mínimo como essencial à expansão da liberdade. Outros elementos presentes no texto como a formação de valores e a ética social, a justiça, a ênfase na razão e racionalidade, e ação humana individual como agente social prioritário, que são considerados pelo autor como centrais ao desenvolvimento, são aspectos que compõe a base constitutiva do modo de produção capitalista. Dessa forma desfaz-se o aspecto inovador, deixando a mostra o velho remédio, mais do mesmo.

Entende-se que os limites inerentes ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, sob o qual vivemos hoje na maior parte do mundo, não

possibilitam o pleno desenvolvimento e expressão das capacidades e realizações humanas, seja pela exclusão e exploração características de suas relações sociais, seja pela relação que estabelece com o ambiente. No entanto falar e disputar o conceito de desenvolvimento sustentável, consciente de suas possibilidades, nos permite estabelecer um contraponto à lógica dominante em pelos três sentidos: estabelecer um referencial teórico avaliatório aos limites do desenvolvimento, incentivar a promoção de políticas públicas direcionadas, e promover a conscientização para a necessidade e possibilidade de um novo paradigma de desenvolvimento que pressuponha a superação do modo de produção capitalista.

Optou-se então por trabalhar com a idéia de sustentabilidade proposta por Sachs, pioneiro na proposição do “ecodesenvolvimento”, termo que originou a reflexão posterior sobre sustentabilidade. Para o autor o desenvolvimento ligado a idéia de sustentabilidade compreende cinco dimensões: *dimensão social*, que deve considerar o desenvolvimento abrangendo todo o espectro de necessidades materiais e não materiais, cujo objetivo é construir uma civilização do “ser”, em que exista maior equidade na distribuição do “ter”; *dimensão econômica*, possibilitada por uma alocação e gestão mais eficientes dos recursos avaliada em termos macrossociais ao invés de critérios de lucratividade empresarial; *dimensão ecológica*, com autolimitação do consumo material pelos países ricos e camadas sociais privilegiadas, redução do volume de resíduos e poluição e limitação do uso de combustíveis fósseis, regulação das regras de utilização pelos órgãos institucionais, e intensificação da pesquisa de tecnologias limpas; *dimensão cultural*, em busca de modelos endógenos, plurais, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e local; *dimensão espacial* voltada a uma configuração rural e urbana mais equilibrada e melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas (SACHS, 1993).

1.1 A modernização conservadora do rural no Brasil

Conforme vimos, a noção de desenvolvimento historicamente esteve associada à idéia de progresso, e esta a modernização, qual seja a adoção de novas tecnologias. Esta relação causal construída historicamente constitui a base da ideologia da modernização, que revitaliza a produção industrial em um ciclo

consumista que parece não ter fim. No senso comum as expressões criam uma dualidade como, o velho e o novo, o tradicional e o moderno, carregada de valores. Soma-se ainda a dicotomia criada entre o urbano, palco da indústria que representa o desenvolvimento e criação das novas tecnologias e o seu oposto rural, rotulado como atrasado, antigo, desprovido de atrativos e sentido. É um mundo de representações (não fosse à realidade) cujo estereótipo encontrou sua melhor definição segundo Martins (1975) no personagem Jeca Tatu⁴ de Monteiro Lobatu.

Assim ser desenvolvido é ser urbano, industrializado, o oposto do Jeca Tatu, estar à frente na adoção das inovações tecnológicas. A tecnologia adquire dessa forma um status quase inquestionável, onde a questão passa a ser somente como adquiri-la, já que isto basta para conferir o rótulo da modernidade. Dessa forma a tecnologia aparentemente paira sobre as relações sociais de produção.

Entretanto, no prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política, Marx (1983) afirma que:

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu de fio condutor aos meus estudos, pode resumir-se assim: na produção social da vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais.(...) O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência (MARX, 1983, p.24).

Sendo assim, a tecnologia que faz parte das forças produtivas, corresponde a um determinado momento das relações sociais de produção, para a qual faz-se necessária. Seu desenvolvimento é determinado pela existência material dos meios necessários a sua produção e das relações sociais estabelecidas. Por isso o processo de modernização não pode ser compreendido, senão a partir das relações sociais estabelecidas e suas estruturas de produção.

Os estudos que buscam interpretar a realidade agrária no Brasil, a posse e uso da terra, e o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo intensificaram-se a partir da década de 1960. Desde então distintas interpretações foram desenvolvidas, sendo a teoria clássica majoritariamente aceita descrita no clássico de Jacob Gorender O Escravismo Colonial. (STEDILE, 2005)

⁴ Personagem criado por Monteiro Lobatu na obra Urupês, representava o trabalhador rural paulista, era pobre e ignorante, um caipira de barba rala e calcanhares rajados, avesso aos hábitos urbanos;

Esta teoria clássica entende que desde a chegada dos portugueses em 1500 até por volta de 1850, a economia que se estabeleceu no Brasil estava baseada em um modelo agroexportador de mercadorias, cuja forma de produção dominante era o chamado plantation⁵ caracterizado por grandes fazendas de área contínua, onde se praticava monoculturas (cana, algodão, gado, café, cacau) destinadas à exportação. Estas fazendas estavam localizadas prioritariamente perto dos portos, utilizavam o que havia de mais moderno em termos de tecnologia, e contraditoriamente baseavam-se em relações de trabalho escravas. Não havia propriedade da terra, esta era repassada pela Coroa na forma de concessão de uso com direito a herança. (STEDILE, 2005).

Em 1850 é promulgada a Lei nº 601 conhecida como a primeira Lei de Terras no Brasil, que estabelecia que qualquer cidadão poderia tornar-se proprietário privado de terras, desde que comprasse da Coroa. Instala-se então a propriedade privada da terra, coincidindo com as vésperas da abolição do trabalho escravo (1888), sendo estes sem recursos para aquisição de terras. A partir deste momento fica legalizada a forma de produção dominante, o latifúndio da plantation.

Para Gorender (1987), “a plantagem (plantation) juntamente com o latifúndio pecuário dominou a formação social do Brasil pós-escravista, de tal forma que o modo de produção capitalista em expansão nos núcleos urbanos era um modo de produção subordinado, não o modo de produção dominante”.

A política de atração dos imigrantes europeus para o Brasil data desta época, pós-abolicionismo, na intenção de substituir a mão de obra escrava. As rotas de imigração foram para o estado de São Paulo, onde estabeleceu-se o regime conhecido como colonato nas fazendas de café, e para os estados do sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde os colonos imigravam desbravando o interior, ainda não ocupado pelo latifúndio. Segundo Ribeiro (2006), no período de 1886 a 1915, ingressaram no país quase dois milhões e meio de imigrantes, sendo predominantemente italianos e alemães. Embora estivessem inicialmente se estabelecido em regimes diferenciados de produção, pode-se considerar este processo a gênese do campesinato no Brasil, juntamente com uma outra vertente formada pela população mestiça, pobre, impedida de se tornar proprietária pela Lei de Terras, que migra da região litorânea para ocupar o território do interior dos

⁵ O termo plantation é uma palavra de origem inglesa, utilizado para resumir o funcionamento do modelo empregado nas colônias (STEDILE, 2005).

estados do nordeste brasileiro, Minas Gerais e Goiás, que seriam posteriormente conhecida como sertanejos (STEDILE, 2005; RIBEIRO, 2006).

Com a crise do modelo agroexportador, intensificada a partir da Primeira Guerra Mundial, e a expansão do capitalismo, tem-se a partir de 1930 no Brasil a implantação do modelo de industrialização dependente, na conceituação de Florestan Fernandes, onde a industrialização seria realizada sem romper com a dependência econômica aos países desenvolvidos. Para STEDILE (2005) “Do ponto de vista da questão agrária, esse período se caracteriza pela subordinação econômica e política da agricultura a indústria”.

O período de expansão da indústria em direção a agricultura dar-se-á principalmente a partir de 1945, com o fim da segunda guerra mundial, em um movimento conhecido como revolução verde, através dos “pacotes tecnológicos” compostos de sementes híbridas, adubos químicos, fertilizantes, herbicidas, tratores, ceifadeiras, crédito e assistência técnica, sendo este o marco do processo de expansão do capitalismo no campo. Ao referir-se a este processo Gorender (1987):

Está claro que semelhante impulso ao desenvolvimento capitalista é feito pelo estado de maneira rigorosamente discriminatória: beneficia os grandes proprietários, dá prioridade aos produtos de exportação e a pecuária bovina de corte, privilegia certas regiões política e economicamente mais poderosas. É uma política conjugada com o interesse da indústria de equipamentos e de insumos agrícolas e com a indústria transformadora de matérias-primas agrícolas, setores nos quais predominam amplamente as grandes multinacionais imperialistas (GORENDER, 1987, p.47).

Esta breve síntese cronológica realizada até aqui, compõe a teoria clássica hegemonicamente aceita, interpretada por Gorender como as duas vias de desenvolvimento agrícola no Brasil, ou seja, a linha do latifúndio que se transforma com maior ou menor lentidão em empresa capitalista, também conhecido como via prussiana⁶; e a linha da pequena exploração de caráter camponês familiar independente, a qual com a intensificação do mercado interno aumenta seu grau de mercantilização. (GORENDER, 1987). Este processo resultaria em duas classes sociais distintas, compostas pelos grandes proprietários capitalistas, aos quais se somariam os camponeses ricos, oriundos do processo de diferenciação social do campesinato, e de outro lado os camponeses pobres.

⁶ O termo via prussiana foi desenvolvido por Lenin: “A estes dois caminhos de desenvolvimento burguês objetivamente possíveis chamaríamos de caminho do tipo prussiano e caminho do tipo norte-americano. No primeiro caso, a fazenda feudal do latifundiário se transforma lentamente numa fazenda burguesa, junker, condenando os camponeses a décadas da mais dolorosa expropriação e do mais doloroso jugo” (LENIN, 1954).

Aqui residem as principais diferenças interpretativas, já que para alguns autores este processo resultaria na extinção do campesinato, já que os camponeses pobres tornar-se-iam trabalhadores assalariados, e para outros diante da evidência da permanência do campesinato, desenvolveram a tese da sujeição formal do trabalho ao capital, cujos exemplos são os processos de integração vertical e os chamados assalariados disfarçados, uma espécie de trabalho a domicílio praticada pelos camponeses. (OLIVEIRA, 2007).

Outra corrente teórica acredita que ainda há resquícios de formações feudais no campo brasileiro, as quais seriam obstáculos econômicos a penetração do capitalismo na agricultura. Conforme Guimarães (1997) “Essas velhas relações de produção que travam o desenvolvimento e nossa agricultura não são do tipo capitalista, mas heranças do feudalismo colonial. A primeira e mais importante dessas relações cuja destruição se impõe, é o monopólio feudal e colonial da terra, o latifundismo feudo-colonial”. O latifúndio nesta interpretação é considerado uma formação pré-capitalista, atrasado, feudal, assim como o camponês tradicional, e a reforma agrária seria uma estratégia para consolidar o desenvolvimento capitalista. Esta corrente teórica pressupõe a ocorrência do modo de produção feudal em uma dada etapa de desenvolvimento no Brasil.

Ainda há um conjunto de autores que acreditam que é o próprio capitalismo que ao desenvolver-se gera relações de produção capitalistas e não capitalistas, combinadas ou não, em decorrência do processo contraditório intrínseco a este desenvolvimento. Dessa forma tanto o latifúndio como o campesinato devem ser entendidas como classes sociais de dentro do capitalismo e não de fora, conforme explica Oliveira (2007):

O campesinato deve ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra. [...] que mesmo expulso da terra, com freqüência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar. Dessa forma ele retorna a terra mesmo que distante de sua região de origem. É por isso que boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de (e)migrações (OLIVEIRA, 2007, p.11).

O processo de expansão do capitalismo no campo tem ocorrido para estes autores através da sujeição da renda da terra ao capital, sendo que no caso do campesinato, esta sujeição se dá sem que o trabalhador seja expulso da terra, sem que se dê a expropriação de seus instrumentos de produção (OLIVEIRA, 2007).

A reflexão sobre a modernização agrícola realizada até aqui, nos permite destacar duas questões que perpassam o tempo e as interpretações, constituindo-se em traços característicos do processo brasileiro. A primeira refere-se à tecnologia onde pode-se observar que desde o período da plantation escravista até os dias de hoje, a busca incessante por inovações tecnológicas e sua adoção no manejo agrícola e agroindustrial, são marcantes. Isto ocorre em acordo com a forma predominante de exploração, a grande propriedade, e com forte suporte de crédito e infraestrutura do estado. Conseqüentemente a maior parte das tecnologias para o meio rural disponíveis no Brasil estão voltadas para esta forma de exploração, exemplo o porte e potência dos tratores, ceifadeiras e maquinaria em geral; a pesquisa e melhoramento de sementes voltadas para monocultura e pacote tecnológico; os insumos como herbicidas e pesticidas e adubação mineral cuja recomendação massiva homogeneíza o tipo de manejo, ignorando o saber local e as características peculiares de cada agricultor e cada agroecossistema. Soma-se a este processo a assistência técnica cuja origem está historicamente vinculada à implementação destas tecnologias, a excludente legislação agroindustrial, a distribuição das infra-estruturas de armazenagem, e as políticas de crédito agrícola. Encontra-se assim diante de um processo cuja racionalidade deve-se as relações sociais estabelecidas e suas estruturas de produção.

Ao analisar criticamente este processo Gorender (1987) destaca que:

Os exemplos mais freqüentes são os da tecnologia inapropriada (pois não foi criada para o Brasil) e da superequipamentação, ou seja da aquisição de equipamentos acima do necessário (GORENDER, 1987, p.48).

Assim como Martins (1975):

A máquina, mais que o adubo, o inseticida, o espaçamento racional, a semente selecionada, é o símbolo da modernização como a vê o homem rural que não raciocina em termos do capital investido, mas sim em termos de aspirações urbanas de conforto e consumo. Ele é mais sensível a valorização da técnica e vê com deslumbramento os aparelhos que lhe são exibidos [...] (MARTINS, 1975, p.31).

Ou ainda ao referir-se ao crédito:

A correlação entre crédito e produção é a medida da eficácia da política econômica de que eles (institutos de crédito) são executores. [...] É de se notar que mesmo na política econômica fala-se em produtividade e não em rentabilidade do capital investido [...] (MARTINS, 1975, p.32-33).

Nesta lógica o ciclo da modernização pressupõe o meio rural como um consumidor de tecnologia, cujo modelo objetiva maximização da produtividade,

controlando preventivamente os riscos, sendo a produção monocultura direcionada desde sempre majoritariamente a exportação. O êxito deste modelo é avaliado pelo volume das safras colhidas. Não há questionamentos em torno da rentabilidade deste sistema, cujos balanços negativos, têm sido sistematicamente refinanciados e compensados pelo governo, conforme pode-se observar no exemplo da securitização⁷ das dívidas do setor rural.

Se na dimensão econômica os indicadores deste modelo são insuficientes, o olhar para as dimensões social, cultural, ambiental, espacial tornam o problema ainda maior. As conseqüências da monocultura sobre o meio ambiente e território, a perda e substituição das culturas tradicionais, os efeitos do pacote agroquímico, as mudanças alimentares são questões colocadas, embora o debate seja normalmente remetido a esfera da consciência individual. Não se fala em qualidade de vida no meio rural, tampouco em desenvolvimento.

A segunda questão que perpassa a análise refere-se às formas ou estruturas de produção, caracterizadas pela distribuição fundiária brasileira. Observa-se que o processo de desenvolvimento caracterizado pela modernização agrícola, desde o modelo agroexportador, passando a industrialização, após a fase de expansão do capitalismo ao campo, e hoje na fase monopolista do capital, esteve sempre assentado na forma predominante de produção: a grande propriedade representada pelo latifúndio, da plantation até o chamado agronegócio⁸. Dessa forma observa-se a partir do índice de gini, calculado através dos dados levantados pelos censos agropecuários, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que a concentração da terra se manteve e até se intensificou em alguns casos como no Rio Grande do Sul, onde em 1985 o índice era de 0,763, e em 2006 era 0,773, sendo no Brasil neste mesmo período o índice se manteve em

⁷ Esse processo de renegociação das dívidas do setor rural resultou, inicialmente, na edição da Lei 9.138, de 29 de dezembro de 1985, incluindo uma securitização das dívidas de até R\$ 200 mil e a criação do Programa de Saneamento de Ativos – PESA com dívidas acima de R\$ 200 mil na origem. Estas dívidas foram várias vezes prorrogadas pela edição de decretos e medidas provisórias. [...] O Banco do Brasil - em documento de dezembro de 2004, de sua diretoria de agronegócios – informou que das 120.645 operações securitizadas, as prestações vencidas dos empréstimos acima de R\$ 200.000,00 totalizavam 6.488 operações (5,3% do total), mas eram responsáveis pelo saldo devedor de R\$ 3,5 bilhões (70% de todo o saldo inadimplente) (SAUER, 2007, p.135).

⁸ Para Fernandes (2005): “Agronegócio é uma palavra nova, da década de 90, e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. [...] este modelo não é novo, sua origem está no sistema plantation, em que grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação”.

0,85. Por isso, chama-se este processo de modernização conservadora, pois promoveu uma mudança na base produtiva sem alterar a estrutura fundiária.

Enfim, não se pretende com esta abordagem negar o papel que a tecnologia possa exercer no desenvolvimento da agricultura. O jeca tatu, ainda presente nos rincões do território brasileiro, e seu oposto, representado pelo agricultor consumista de tecnologias, quem sabe serão superados, juntamente com o latifúndio, por uma nova proposta de desenvolvimento, assentada em novas formas de produção, que desenvolva tecnologias, por que não, sobre outros pressupostos.

1.2 A Reforma Agrária no Brasil: da promessa a política pública

A reforma agrária constitui-se segundo Oliveira (2007) em:

“[...] um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos e de reordenação do território” (OLIVEIRA, 2007, p.68).

Para o autor há que se estabelecer uma diferença conceitual entre reforma agrária e o que denomina revolução agrária já que a primeira provoca alterações na estrutura fundiária sem alterar o modo capitalista de produção, e a revolução agrária implica na transformação da estrutura fundiária simultaneamente com toda a estrutura social existente (OLIVEIRA, 2007).

Outros autores sugerem a utilização do termo reforma agrária estabelecendo uma tipologia para descrever as distintas características observadas nos diferentes contextos e países em que foi realizada historicamente. Teríamos assim reformas agrárias clássicas, socialistas, populares, reformistas ou desenvolvimentistas, entre outras.

No entanto a origem da expressão reforma agrária segundo Stedile (1997) está associada às sociedades capitalistas do final do século XIX, onde a concentração da propriedade da terra, originária dos resquícios do feudalismo e da oligarquia rural, se transformou em obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas no campo e na indústria. Diante disso a burguesia industrial recém chegada ao poder por meio da Revolução Francesa propôs a democratização da propriedade da terra, chamando esse processo de reforma agrária.

Dessa forma a emergência do conceito de reforma agrária ocorreu no marco do modo capitalista de produção em sua fase de expansão industrial, tendo sido realizada em diversos países para permitir o livre desenvolvimento do capitalismo, seja através da eliminação dos latifúndios feudais, pela dinamização do mercado consumidor, e através do incremento da oferta de alimentos mantendo o nível dos salários nos centros urbanos. Em sua maioria os processos de reforma agrária com estas características ocorreram historicamente após as revoluções burguesas, e após as duas Guerras Mundiais, onde se somaram as tensões da Guerra Fria e temor do comunismo como fatores determinantes. Em outros contextos e circunstâncias a reforma agrária assumiria outras características, embora não seja objeto deste estudo.

No Brasil a reforma agrária não foi realizada, embora diversas oportunidades históricas estivessem colocadas (STEDILE, 1997). A primeira delas ocorreu na época da crise e abolição da escravatura, onde ao invés de democratizar o acesso a terra, resolveu-se a questão através da promulgação da Lei de Terras, já comentada anteriormente, que legalizaria a propriedade privada da terra. Ao referir-se a esta possibilidade histórica Martins (1997):

“No Brasil fez-se o contrário. Tratou-se de aprovar um regime de propriedade que impedisse o acesso à propriedade da terra a quem não tivesse dinheiro para comprá-la, mesmo que fosse terra pública ou terra devoluta. Para obter a legitimação do direito a terra era necessária que a pessoa pagasse por ela. [...] Essa é a fórmula que a Lei de Terras consagra” (MARTINS, 1997, p.14-15).

O segundo momento histórico seria por volta de 1930, com a revolução política da nascente burguesia industrial, que destronou as oligarquias rurais, implementando um modelo capitalista de industrialização dependente. Foram em contextos semelhantes a este que realizaram-se reformas agrárias em diversos países do hemisfério norte. No Brasil, de novo perdeu-se a oportunidade histórica de realizar a reforma agrária para desenvolver o mercado interno (STEDILE, 2003).

Os próximos anos da década de 40 a 60 foram marcados pelo processo de organização, reivindicação e luta dos trabalhadores rurais. Foi com a criação das Ligas Camponesas no nordeste brasileiro e suas lutas durante este período que a reforma agrária ganhou uma dimensão nacional (OLIVEIRA, 2007).

A concepção de reforma agrária que se configurava envolvia uma ampla distribuição de terras, através da desapropriação do latifúndio, mas também

compreendia medidas como extensão da legislação trabalhista ao campo, proibição de despejos, garantia de preços mínimos, crédito, entre outros. O debate nesta época efervescia, para discutir as estratégias de reforma agrária era preciso interpretar teoricamente a questão agrária (MEDEIROS, 1997).

A reação dos representantes das grandes propriedades deu-se tanto na repressão às lutas no plano local através de perseguições e assassinatos como na articulação da chamada Bancada Ruralista que atuaria (até hoje) no congresso nacional bloqueando a passagem dos projetos de reforma agrária apresentados (MEDEIROS, 1997).

Naquele momento a luta de classes encontrava-se exposta, com a derrota às emendas constitucionais no Congresso o presidente João Goulart utilizou o instrumento do Decreto para aprovar a implantação da reforma agrária, como pode-se atestar em suas palavras em discurso proferido em 13/03/1964, na Central do Brasil:

Ainda não é aquela reforma agrária pela qual lutamos. Ainda não é a carta de alforria do camponês abandonado. Mas é o primeiro passo: uma porta que se abre a solução definitiva do problema agrário brasileiro. O que se pretende com o decreto que considera de interesse social, para efeitos de desapropriação as terras que ladeiam eixos rodoviários, leitos de ferrovias, açudes públicos federais e terras com obras da União, é tornar produtivas áreas inexploradas ou subutilizadas, ainda submetidas a um comércio especulativo, odioso e intolerável (OLIVEIRA, 2007 p.119).

O desfecho deste momento que caracterizaria a terceira oportunidade histórica de realização da reforma agrária pode ser atestado nas palavras de Martins (1997):

Antes de 1964, o país se dividiu em relação, justamente a pôr ou não pôr a questão agrária na agenda política do Estado. E quem a pôs agindo no lugar do povo, foi deposto (MARTINS, 1997, p.48).

Os anos que se seguiram na história brasileira referem-se ao período da ditadura militar. Ditadura esta que foi antes de tudo contra a reforma agrária. A aprovação do Estatuto da Terra em 1964, foi considerada uma concessão ou como chamaria Oliveira (2007) “uma farsa histórica”, pois o Brasil passou a ter a sua primeira lei de reforma agrária em um governo que era contrário a reforma agrária, e que não iria executá-la. A atenção seria desviada para os conhecidos projetos de colonização da Amazônia revelando uma estratégia descrita no livro “A militarização da Questão Agrária no Brasil” de José de Souza Martins.

No início da década de 80, o período de reabertura política foi marcado pela retomada da organização dos trabalhadores no campo e cidade. No meio rural a atuação da igreja através das Comunidades Eclesiais de Base auxilia na organização dos camponeses sem-terra, que passam a realizar manifestações e ocupações de terra, recolocando a pauta da reforma agrária. Neste processo originou-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, cuja fundação foi realizada no seu primeiro congresso nacional organizativo ocorrido em 1985, na cidade de Curitiba, Paraná. Outras organizações também iriam atuar na luta pela terra como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, a Comissão Pastoral da Terra – CPT, entre outros.

A expectativa gerada em torno da transição democrática da ditadura militar e criação da Nova República, juntamente com a intensificação das lutas no campo, constituem uma nova possibilidade de realização da reforma agrária, sendo em 1985, aprovado o primeiro Plano Nacional de Realização da Reforma Agrária - PNRA. Entretanto passados dois anos, menos de 10% das metas do PNRA tinham sido implantadas. A atuação dos latifundiários organizados através da União Democrática Ruralista - UDR e bancada ruralista iria marcar a Constituinte de 1988, imprimindo uma legislação mais reacionária do que o próprio Estatuto da Terra, já que o latifúndio passível de desapropriação no Estatuto da Terra (com pagamento a vista) é substituído pela propriedade que não esteja cumprindo a recém criada função social da terra (Oliveira, 2007).

Perde-se novamente a oportunidade de realizar a reforma agrária tendo sepultado as esperanças na derrota do Partido dos Trabalhadores a presidência da república em 1989. Durante os governos da década de 1990, período do neoliberalismo, o debate em torno da questão pode ser observado conforme Sampaio (2003):

Com uma legislação defeituosa é preciso firme vontade política do executivo para reformar a estrutura fundiária do país. Ora, vontade política de realizar uma verdadeira reforma agrária era o que nem Fernando Collor, nem Itamar Franco, nem Fernando Henrique Cardoso tinham. Na concepção dos intelectuais que rodeavam o governo destes a reforma agrária fazia parte da “agenda perdida”. Não tendo sido possível realizá-la na época em que seus efeitos tenham sido significativos, forçá-la a destempero lhes parecia um erro. Daí a transformação da reforma agrária em um programa de assentamentos rurais dispersos e isolados uns dos outros, destinados unicamente a atenuar os conflitos sociais no campo, ali onde eles poderiam ameaçar a ordem social (SAMPAIO, 2003.)

A interpretação destes governos era de que reforma agrária estava superada, pois a questão colocada de que a estrutura fundiária impedia o processo de modernização da agricultura e desenvolvimento do capitalismo na década de 60 estava resolvida, já que a agricultura para estes havia se modernizado sem precisar realizar a reforma agrária. Ao comentar esta interpretação, Martins (1997):

Tudo sugere que a questão agrária, em nosso país, vai se reduzindo a mero problema social, que se resolve com simples técnicas de solução de problemas desse tipo como se faz em relação a outros problemas sociais. Por isso ela já se confunde com o problema da pobreza. Não é mais um obstáculo histórico, embora, do meu ponto de vista, continue sendo (MARTINS, 1997, p.43).

Ou ainda, Sampaio (2003):

O argumento não se sustenta, pois omite o elevado preço que o país pagou por esta modernização capenga e selvagem, que provocou o deslocamento de milhões de pessoas para a cidade e o empobrecimento de outros tantos milhões no próprio campo. Obter produtividades elevadas, responder agilmente a demanda, gerar divisas constituem atributos suficientes para qualificar de moderna a agricultura? (SAMPAIO, 2003)

Sendo assim a política pública para a agricultura permaneceu direcionada a grande propriedade. A novidade veio com a incorporação da agricultura familiar ao crédito através da criação em 1997, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. No entanto o modelo agrícola financiado era o já conhecido da revolução verde, ou seja, mais do mesmo. Quanto à reforma agrária, os anos de Fernando Henrique Cardoso atuaram em dois campos conforme Stedile (2003):

De um lado aplicar políticas sociais compensatórias que pudessem amenizar o sofrimento social das amplas camadas excluídas, como o Bolsa-escola, cesta básica [...] e aqui e acolá poderiam até fazer algum assentamento. [...] Casaram então essa política com a criminalização dos movimentos sociais e todos os que lutarem por terra e reforma agrária. (STEDILE, 2003)

Pode-se constatar, dessa forma, que a reforma agrária no Brasil nunca foi realizada. A questão agrária, por sua vez, nos dias de hoje foi relegada a uma questão social, tratada com uma política de implantação de assentamentos compensatória e paliativa, sem planejamento, uma concessão frente à intensa luta dos sem-terra. É por isso que os movimentos de luta pela terra consideram os assentamentos realizados como fruto de suas lutas e conquistas, arrancados à burguesia e aos governos que se sucederam, em uma queda-de-braço constante e persistente.

A vida nos assentamentos é tratada, como consequência deste processo, como uma responsabilidade dos sem-terra em dar uma resposta à sociedade, à concessão realizada, resposta esta que, para o senso comum, espera-se que venha da produção, ou melhor, da produtividade. Não causa estranheza, conforme já visto no primeiro capítulo que historicamente a medida do desenvolvimento tem sido associada à dimensão econômica, medida através da escala de produção. Percebe-se, no entanto, a contradição entre a forma com que é tratada a questão, como uma política social, e a forma com que se cobram os resultados, na esfera econômica.

Por fim, a política de implantação de assentamentos descrita, têm permanecido com estas características até os dias de hoje, e mesmo com as trocas de governo, pouca coisa tem sido alterada, salvo as metas estabelecidas do número de famílias a serem assentadas, as quais normalmente não são cumpridas⁹. A reforma agrária permanece, portanto, como uma promessa não realizada, a espera de uma nova oportunidade histórica.

⁹ O II Plano Nacional de Reforma Agrária elaborado no início do primeiro governo Lula previa o assentamento de mais de 1 milhão de famílias no período de 2003 – 2007, sendo 550 mil famílias em novos assentamentos, e 500 mil regularizações de posses. Passados os cinco anos o governo Lula assentou apenas 163 mil famílias referentes à primeira meta (30%) e 113 mil famílias da segunda meta (23%) (OLIVEIRA, 2009).

2 A CONCEPÇÃO DO MÉTODO

Considerando o objetivo geral proposto para o estudo de avaliar os impactos da implantação dos assentamentos de reforma agrária sobre a vida e o desenvolvimento das famílias assentadas na região sul do Rio Grande do Sul. Faz-se necessário a discussão de algumas questões conceituais imprescindíveis a delimitação do caminho a ser trilhado.

O termo “impactos”, bastante polêmico, já foi utilizado em outros estudos referentes ao processo de implantação de assentamentos de reforma agrária. Conforme Ramalho (2002):

Entendemos que o conceito de impactos socioterritoriais refere-se a mudanças (sucessivas e simultâneas) provocadas por um fato social que se territorializa e espacializa num determinado lugar, reconfigurando significativamente a dinâmica do mesmo (RAMALHO, 2002, p.75).

Ou ainda, Souza e Medeiros (1997):

O termo impacto no senso comum denota mudanças bruscas, choque, não se trata de uma categoria trabalhada conceitualmente nas ciências sociais, embora seja empregada em diversas ocasiões. A “tradução sociológica” de impacto seria a de mudanças desencadeadas a partir de algumas ações, mas uma mudança rápida e suficientemente profunda para ser percebida como provocadora de sensíveis alterações em determinadas esferas da vida social (SOUZA; MEDEIROS, 1997, p.10).

Nessa perspectiva o fato social a ser considerado é a implantação dos assentamentos de reforma agrária, a partir do qual, desencadeiam-se mudanças que alteram determinadas esferas da vida social das famílias envolvidas. O termo impacto será utilizado para expressar estas mudanças, as quais, pela intensidade com que se processam estabelecem uma ruptura na trajetória de vida das famílias, o antes e o depois. Captar essas alterações, suas dimensões e intensidades, observá-las em perspectiva com o período anterior, e suas implicações no processo de redesenho da vida, eis a perspectiva em que abordaremos o termo impacto,

trabalhando ao nível do desenvolvimento das famílias, embora obviamente este processo se estenda para outras esferas alterando-as e sendo por elas alterado.

O conceito de família adotado para este trabalho foi desenvolvido por Almeida, onde, considera-se família como um grupo de pessoas que compartilham não apenas laços de parentesco e consangüinidade, mas valores, crenças e concepções de mundo (ALMEIDA, 1986). Assim como, ao referir-se a assentamentos, considerar-se-á para nosso estudo, os assentamentos de reforma agrária, realizados pelos governos através da política de implantação de assentamentos realizada predominantemente após a elaboração do I Programa Nacional de Reforma Agrária, em 1985.

Os impactos serão considerados a partir do conceito de desenvolvimento discutido no capítulo anterior, proposto por Sachs, compreendido a partir das cinco dimensões: econômica, cultural, social, espacial e ambiental.

A noção de território adotada pressupõe a abordagem proposta por Haesbaert, para quem “o território define-se antes de tudo com referência as relações sociais (...) e ao contexto histórico onde está inserido”. Neste sentido “o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (HAESBAERT, 2004. p.78-79). Assim a compreensão do território envolve três dimensões básicas: política, econômica e simbólica-cultural.

Definidas estas questões, optou-se pela realização de um estudo de caso, já que conforme Yin (2005) estas técnicas:

[...] representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “porque”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. [...] o estudo de caso permite preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real [...] compreender fenômenos sociais complexos (YIN, 2005, p.19-20).

Dentre as questões que são geralmente apontadas como limitação aos estudos de caso destaca-se a afirmação de tratar-se de um caso único cujos resultados não podem ser generalizados. Para esta discussão Yin (2005) argumenta que:

Os estudos de caso, da mesma forma que os experimentos, são generalizáveis a proposições teóricas, e não a populações ou universos. Nesse sentido, o estudo de caso, como o experimento, não representa uma

“amostragem”, e, ao fazer isso, seu objetivo é expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar frequências (generalização estatística) (YIN, 2005, p.29).

Os estudos de caso podem ser realizados com enfoque em um único caso ou em múltiplos casos. Para este estudo optou-se pela segunda alternativa, onde serão considerados dois casos. Dentre as vantagens desta opção Yin destaca que as conclusões analíticas serão sempre mais contundentes de que aquelas que surgem apenas de um caso único, ou seja, se chegarmos a conclusões comuns elas terão estendido de forma incomensurável a capacidade de generalização. Se alternativamente os casos foram selecionados para percepção dos contrastes e as descobertas subseqüentes confirmam o contraste hipotético, os resultados representam um início poderoso em direção à replicação teórica. (YIN, 2005)

O universo empírico aonde se situa o trabalho é denominado como território zona sul do estado do Rio Grande do Sul, recorte este realizado pelo programa Territórios da Cidadania¹⁰. O território é composto por 25 municípios visualizados na Fig. 1, possui 871.733 habitantes distribuídos em uma área de 38.067 km². A densidade demográfica é de 23 hab/km², enquanto a do Estado é de 37,5 hab/km². No entanto, desconsiderando os dois municípios pólos Pelotas e Rio Grande que concentram 60% da população total, a densidade demográfica baixa para 13,24 hab/km², indicando que grande parte do território é pouco habitada, onde predominam as grandes propriedades destinadas a pecuária extensiva e produção orizícola. No território estão localizados 117 projetos de assentamentos de reforma agrária, totalizando 3.969 famílias, correspondendo a 32,8% do total de famílias assentadas no estado (SDT/MDA, 2009).

Foram selecionados para realizar o trabalho dois municípios com características distintas, representativos dos diferentes contextos onde foram implantados os assentamentos no território. São eles, os municípios de Canguçu e de Candiota. A seleção foi realizada na intenção de avaliarmos o contraste das implicações no desenvolvimento das famílias assentadas, entre um contexto onde predominam minifúndios com forte presença da agricultura familiar representado pelo município de Canguçu, e outro onde predominam grandes propriedades

¹⁰ O Território da Cidadania é um programa do governo federal, criado em 2008, que visa à redução das desigualdades sociais, a superação da pobreza rural e a promoção de um desenvolvimento harmonioso e sustentável (SDT/MDA, 2009). No entanto este recorte já existia anteriormente na região estudada, através da organização do Fórum da Agricultura Familiar e Reforma Agrária.

Estabelecidos os critérios, os dois assentamentos foram selecionados em conjunto com os assentados nas reuniões das respectivas coordenações regionais¹², instância representativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, nos dois municípios, ocasião em que também foi apresentada a proposta do estudo. As reuniões ocorreram no dia 25/06/2009 em Canguçu e no dia 09/07/2009 em Candiota. Os assentamentos indicados foram o Assentamento 12 de Julho, em Canguçu e o assentamento Santa Lúcia, em Candiota, ambos ocorridos no ano de 1989, sendo as famílias procedentes do acampamento da Fazenda Anoni, ocorrido no dia 29/10/1985, cuja referencia será adota como ponto de partida da nossa análise.

2.1 O universo é a amostra

Definidos os assentamentos a serem trabalhados, procedeu-se a definição e elaboração dos instrumentos de pesquisa e amostragem.

Na pretensão de captar os processos e a dinâmica das relações que se estabelecem nas unidades familiares, cuja expressão e intermediação dão-se no espaço social do assentamento, considerou-se essencial obter tanto uma leitura ao nível das famílias, como uma visão global do assentamento e suas estratégias de reprodução. Neste sentido a compreensão da totalidade do assentamento não pode ser apreendida senão a partir da diversidade de situações que o compõe, sendo a amostragem uma técnica considerada insuficiente para tal objetivo. Optou-se, dessa forma, por trabalhar com o universo das famílias que compõe os dois assentamentos, totalizando 55 famílias, sendo 22 famílias do assentamento 12 de Julho e 35 famílias do assentamento Santa Lúcia.

Na definição dos instrumentos de coleta de dados a opção pela entrevista pareceu ser a mais apropriada, já que para Selltiz et al. apud Gil (1991):

“Enquanto técnica de coleta de dados, a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca dos que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes” (SELLTIZ et al. apud GIL, 1991, p.273).

remete necessariamente, a situações de vida concretas, referindo-se a indivíduos e grupos em atividade social” (BRANCO, 2003, p. 24 e 157).

¹² A coordenação regional dos assentamentos é composta por um representante de cada assentamento existente na região. No estado do Rio Grande do Sul, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra está organizado em 24 coordenações regionais.

Optou-se pela modalidade de entrevistas estruturadas com questionários semi-abertos. Esta técnica é desenvolvida a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e relação permanecem invariáveis para todos os entrevistados, que são geralmente (e nesse caso) em grande número (GIL,1991).

O questionário foi desenvolvido e organizado em blocos de questões relacionadas às dimensões do desenvolvimento propostas para a reflexão. Cada bloco contém questões fechadas (número limitado de respostas) e abertas (livre resposta) permitindo posteriormente tanto o agrupamento e comparação entre os dois assentamentos, como o aprofundamento de algumas questões. Há também uma série de questões comparativas da vida da família antes e depois do assentamento, bem como questões gerais do desenvolvimento do assentamento.

Finalizando esta seção há que se reconhecer o aprendizado metodológico proporcionado pela pesquisa. Certamente a definição dos instrumentos interfere diretamente nos resultados, sendo portanto de responsabilidade do pesquisador. No entanto há uma certa imprevisibilidade, própria das pesquisas qualitativas participativas, variáveis que fogem ao controle, outras que surgem no decorrer do processo. Não pretende-se com o trabalho responder a todas as questões, ao contrário as pesquisas sempre dão origem a novas pesquisas. Ao invés de respostas, preferiu-se trilhar caminhos que possibilitassem o desenvolvimento do trabalho proposto.

2.2 O espaço social delimitado

2.2.1 O município de Canguçu

O município de Canguçu está localizado na região sul do Rio Grande do Sul, distante 274 km da capital do estado Porto Alegre. Foi criado no dia vinte e oito de janeiro de mil oitocentos e cinqüenta e sete, através da Lei nº 340, sendo anteriormente distrito de Piratini. Apresenta como limites territoriais os municípios de Encruzilhada do Sul, Amaral Ferrador, Cristal, Cerrito, Morro Redondo, Pelotas, São Lourenço do Sul e Piratini (Fig. 2). Encontra-se situado na região fisiográfica da Serra do Sudeste, ocupando uma área de 3.525,1 km². Caracteriza-se por apresentar uma topografia ondulada com a presença de cerros e formações

rochosas, com exceção das várzeas do Arroio Sapato e Arroio Santo Antonio, ambas próximas ao Rio Camaquã, onde os dois arroios deságuam. Apresenta altitudes variando de 300 a 400 metros (Emater, 2009). A vegetação predominante é do tipo campestre, com a presença de grandes áreas cobertas por matas de médio porte, compondo o bioma pampa que ocorre em praticamente toda a região sul do estado, abrangendo 64% do território do estado do Rio Grande do Sul.

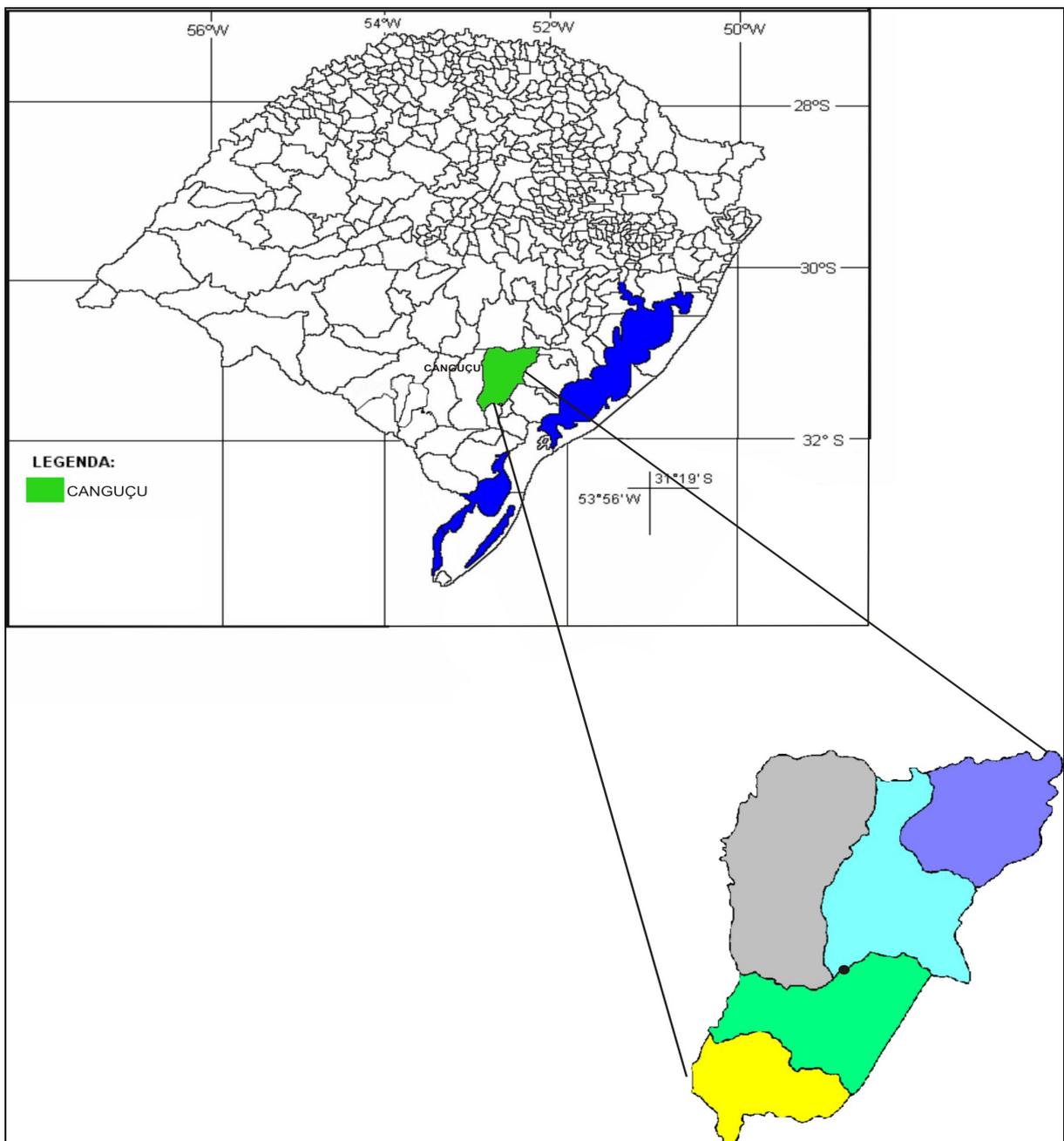


Figura 2 – Mapa de localização do município de Canguçu / divisão distrital

Fonte: Anuário estatístico 2001/ Emater – escritório municipal de Canguçu

Os solos do município são originários do chamado escudo Rio-Grandense, de formação no período arqueano. Ocorrem, segundo Cunha et al. (1997), os litossolos, regossolos, podzólico bruno acinzentado raso e cascalhento, podzólico vermelho amarelo fase calhaus-cascalhenta, aluvial, podzólico bruno acinzentado, podzólico vermelho amarelo, bruzinem, hidromórfico cinzento, planossolo e glei pouco húmico. As classes de uso do solo estão proporcionalmente distribuídas: classe VIIIse 6,33%, classe VIIse 8,95%, classe VIse 18,08%, classe Vd 1,35%, classe IVse 30,13%, classe IIIse 33,14%, classes IIse e IIsd 2,02%.

O clima da região caracteriza-se como mesotérmico tipo subtropical, com chuvas irregularmente distribuídas ao longo do ano e estiagens periódicas nos meses de dezembro e março. A precipitação média anual é de 1.300 mm, com ocorrência de ventos frios e geadas, sendo a temperatura média anual inferior a 18°C (Emater, 2009).

A população total no ano de 2008, segundo a Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE-RS), é de 54.102 habitantes, sendo destes 33.193 habitantes residentes no meio rural e 20.909 habitantes residentes no meio urbano, respectivamente 61,35% e 38,65%. Este número é bastante elevado para a região o que demonstra o povoamento do meio rural através da forte presença da agricultura familiar. Observa-se, conforme dados apresentados na Tab. 1, que houve um incremento na população absoluta do município em 2693 habitantes, nos últimos vinte anos, coincidindo com o período em que ocorre a chegada dos assentamentos no município. Destaca-se ainda o declínio da população rural em relação à urbana, reduzindo de 75,89% para 61,35%. No entanto se considerarmos o estado do Rio Grande do Sul, segundo dados extraídos da FEE-RS, neste mesmo período, a população rural decresceu de 25,61% para 14,97%, ou seja, uma taxa de 41,55%, enquanto em Canguçu a taxa foi de 19,16%.

A densidade demográfica correspondente é de 15,3 hab/km². A expectativa de vida ao nascer é de 69,91 anos, e a taxa de analfabetismo de 12,97%. O índice de gini para o município é de 0,39 (FEE, 2000).

Tabela 1 - Composição e distribuição da população do município de Canguçu – RS

Anos	População total		População rural		População urbana	
	Nº habitantes	Nº	%	Nº	%	
1988	51.409	39.012	75,89	12.397	24,11	
2008	54.102	33.193	61,35	20.909	38,65	

Fonte: Projeção FEE/CIE/NPE

O Produto Interno Bruto (PIB) pm em 2007 foi de R\$ mil 463.304 , e o Produto interno bruto (PIB) per capita de R\$ 8.652, sendo assim distribuídos de acordo com a economia do município: 30,4 % da agricultura, 6,8% da indústria, 59,4% dos serviços e 3,4% outros impostos (IBGE, 2007). O município representa a quarta maior economia da região sul do estado do Rio Grande do Sul segundo recorte da Associação dos Municípios da Região Sul – AZONASUL¹³.

Conforme censo agropecuário 2006, realizado pelo IBGE, existem no município 9881 estabelecimentos agropecuários, sendo 90,43% destes, com área até 50 há. Esta forte presença de minifúndios caracteriza o município, popularmente conhecido como maior minifúndio da América Latina, reforçando a importância da agricultura familiar neste contexto.

2.2.2 O município de Candiota

O município de Candiota está localizado na região sul do estado do Rio Grande do sul próximo a fronteira com o Uruguai. O acesso é feito através da BR 293, e a distância até a capital do estado Porto Alegre é de 420 km. Foi criado no dia vinte de março de mil novecentos e noventa e dois, através da Lei Nº 9574, tendo se emancipado de Bagé e Pinheiro Machado. Apresenta como limites territoriais os municípios de Hulha Negra, Bagé, Pinheiro Machado e Pedras Altas (Fig. 3).

¹³ Azonasul é uma entidade organizada pelas prefeituras dos municípios da região sul do estado do Rio Grande do SUL, foi fundada em 1964, no município de Piratini. Congrega hoje 22 municípios.

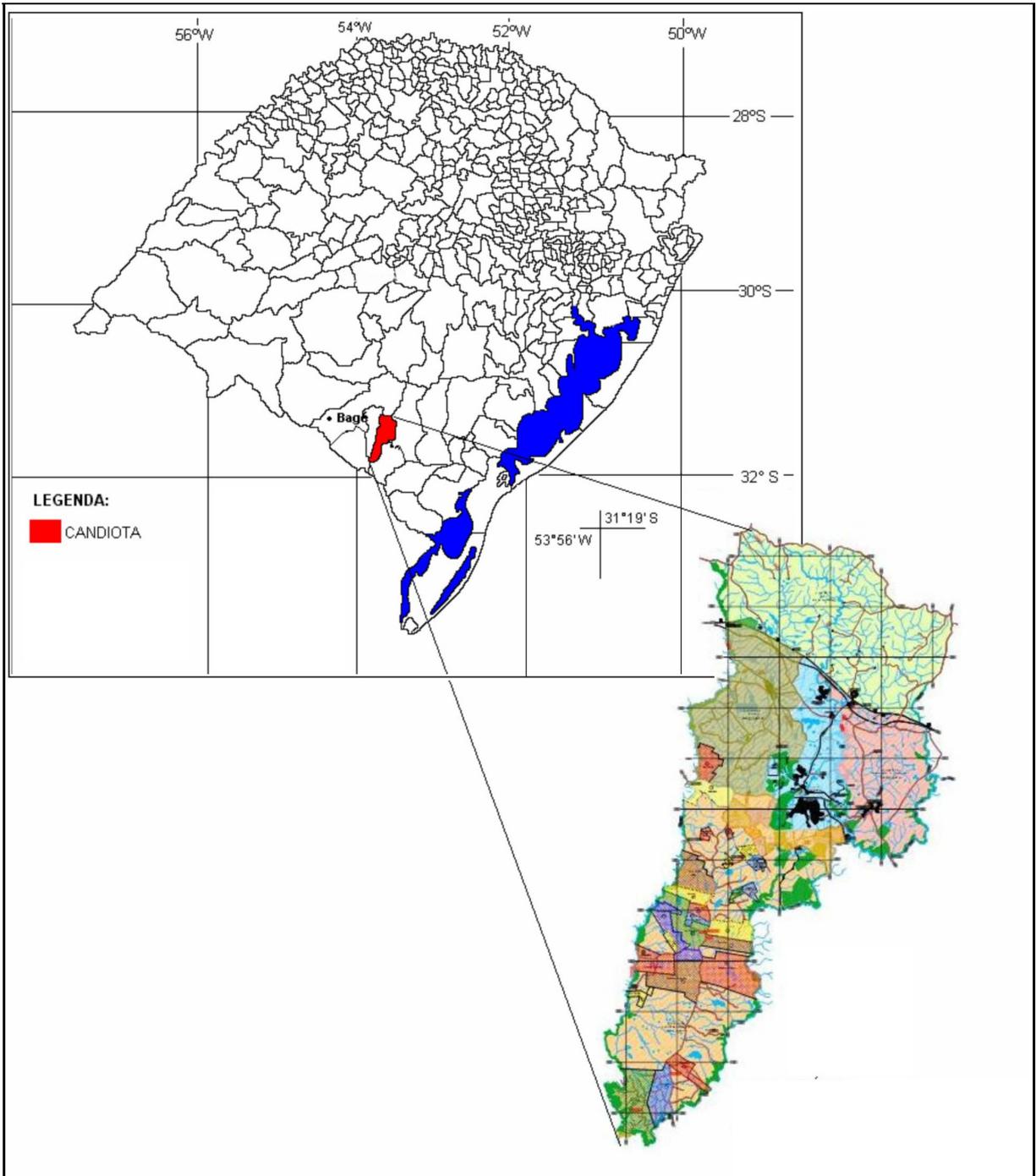


Figura 3 - Mapa de localização do município de Candiota / divisão distrital

Fonte: Anuário estatístico 2001/ Prefeitura municipal de Candiota

O município apresenta cinco núcleos urbanos dispersos entre si, dificultando sua integração. São eles: Seival, povoado mais antigo do município estabelecido em função da estação ferroviária; Dario La Sance, sede do município, ampliado pela necessidade de moradia dos trabalhadores da Companhia Riograndense de Mineração -CRM que processa diariamente o carvão utilizado como matéria prima

pela Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica -CGTE ; Vila Residencial e Vila operária ambas criada pela Companhia Estadual de Energia Elétrica para alojara os funcionários das usinas termoelétricas; Vila João Emílio, loteamento residencial mais recente (ALVES, 2006).

O município abrange uma área de 933,8 km², está localizado ao sul da região fisiográfica Serra do Sudeste, também conhecida como Planalto Sul Riograndense, ocupando também uma área da Depressão Periférica Sul Riograndense, e apresenta altitudes que variam de 80 a 260 metros.

O clima é subtropical úmido com verões quentes, tipo Cfa, segundo classificação Koopen (ALVES, 2006). As estações do ano são bem definidas com inverno frio e chuvoso e verão quente e seco. A precipitação média anual é de 1350 mm, com déficit hídrico de dezembro a março, considerando a capacidade de armazenamento limitada dos solos do município.

Os solos do município situam-se na bacia hidrográfica da lagoa mirim. Segundo Cunha et al. (1998), ocorrem os solos: litossolos, regossolos, afloramentos rochosos, podzólico vermelho-escuro, podzólico vermelho-amarelo, fase rasa cascalhenta, brunizem avermelhado, brunizem e brunizem vértico, fases hidromórfica, vertissolos, fase iluvial-hidromórfica, glei húmico vértico, litólicos vérticos, fase hidromórfica e planossolo vértico. As classes de uso do solo estão proporcionalmente distribuídas: classe VIIIse 7,21%, classe VIse 23,61%, classe IVse 2,07%, classe IIIsde 0,62%, classes II e IIIse 16,82%, classe IVsde 12,37%, classes II e IIIsde 30,32%, classe IIIsd 4,6% e classe VIIsd 2,35%.

Dados relativos à composição da população segundo a Fundação de Economia e estatística do Rio Grande do Sul indicam, em 2008, um total de 8.299 habitantes, sendo 5.467 residentes no meio rural e 2.832 residentes no meio urbano, respectivamente 65,88% e 34,12%. Ao analisar, na Tab. 2, os dados relativos à população em 1993, primeiro ano efetivo do município, com a composição da população em 2008, observa-se: incremento na população absoluta de 2066 habitantes, e um incremento na taxa da população rural de 3,17% passando de 62,71% para 65,88%, enquanto a população urbana representativamente a população total, apresentou um declínio de 3,09%.

É importante destacar neste contexto, que este período (1993-2008) refere-se, coincidentemente, a chegada da maior parte dos assentamentos no município,

totalizando em 2009, 693 famílias distribuídas em 25 projetos de assentamentos (INCRA, 2010).

Tabela 2 - Composição e distribuição da população do município de Candiota - RS

Anos	População total		População rural		População urbana	
	Nº habitantes		Nº	%	Nº	%
1993	6.233		3.909	62,71%	2.324	37,29%
2008	8.299		5.467	65,88%	2.832	34,12%

Fonte: Projeção FEE/CIE/NPE

A densidade demográfica correspondente em 2008 foi de 8,9 hab/km². A taxa de analfabetismo em 2000 era de 7,66%, a expectativa de vida ao nascer 75,2 anos, e o índice de gini 0,4. (FEE,2000).

O produto interno bruto do município (PIB)pm em 2007 foi de R\$ mil 230.416, sendo o produto interno bruto (PIB) per capita equivalente a R\$ 27.977 (IBGE,2007). Apresentando-se assim distribuídos na economia do município: 7,71% da agropecuária, 59,46% da indústria, 26,24% dos serviços e 6,59% impostos.

Observa-se a partir do PIB, a influência das jazidas de carvão, exploradas pela indústria para geração de energia elétrica, na economia do município, sendo esta uma das características mais importantes. Com relação a atividade agropecuária, historicamente o município caracterizou-se pela presença de grandes propriedades destinadas a pecuária extensiva, determinando a conformação territorial, embora este contexto tenha sido alterado desde a chegada dos primeiros assentamentos em 1989.

2.3 Realizando as entrevistas

As entrevistas foram realizadas no período de setembro e outubro de 2009. Todas foram realizadas pela pesquisadora, sendo este um procedimento considerado fundamental tanto para manutenção dos mesmos procedimentos em relação a todos os entrevistados permitindo semelhante aprofundamento nas questões, como para o pesquisador adentrar ao contexto da pesquisa, estabelecer uma visão panorâmica, apreender o que não foi dito.

Iniciou-se as entrevistas pelo assentamento 12 de Julho em função da relação prévia existente entre a pesquisadora e o assentamento, fruto do trabalho exercido anteriormente na extensão rural junto às famílias assentadas deste e outros municípios. Esta relação prévia revelou-se importante fator mediador da entrevista contribuindo para conferir confiabilidade à relação entrevistador - entrevistado, razão pela qual o levantamento realizado neste assentamento foi mais completo e profundo. Em média foram realizadas 3 a 4 entrevistas por dia, e a noite a convivência na casa das famílias proporcionou elucidar diversas questões relatadas nos questionários. Das 22 famílias que compõe o assentamento apenas duas não foram entrevistadas, uma havia desistido do lote por razões de saúde, e outra havia viajado para visitar os parentes na região norte do estado.

No assentamento Santa Lúcia em Candiota a presença da pesquisadora foi apresentada previamente por um extensionista da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos – Coptec. A recepção e aceitabilidade ao trabalho foram satisfatórias, e os procedimentos realizados para as entrevistas anteriormente foram mantidos da mesma forma. Realizou-se um total de 33 entrevistas, sendo 2 entrevistas não realizadas por situação irregular do lote (família ainda não cadastrada no Incra) e 1 família não encontrada por motivos de saúde.

Por fim, esta etapa de realização das entrevistas, revelou-se em importante momento para as famílias, resgatando a história de vida, sonhos e frustrações, causando por vezes certa comoção. Para o trabalho, o volume de dados levantados e o nível de detalhamento remetem para a análise um importante desafio.

2.4 A análise das informações

Os dados levantados foram tabulados em Word e Excel, agrupados por assentamento. Após a organização das informações, procedeu-se a seleção das informações prioritárias para a pesquisa, confrontando-as entre os dois assentamentos.

Utilizou-se fontes secundárias para auxiliar na interpretação e dimensionamento dos dados, consideradas como parâmetro auxiliar. Estas informações são provenientes de outros estudos em assentamentos, assim como

dados levantados pelo Censos agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Para apresentação das informações utilizou-se a sugestão de Yin (2005):

Nesta situação, não pode haver capítulos ou seções separados destinados a casos individuais. Em seu lugar, o relatório inteiro consiste em uma análise cruzada, mesmo que seja puramente descritivo ou que lide com tópicos expanatórios. Neste tipo de relatório, cada capítulo ou seção deve se destinar a uma questão distinta de caso cruzado [...] (YIN, 2005, p. 178)

Sendo assim, o quarto capítulo encontra-se estruturado para permitir o confronto dos dados, agrupados a partir das dimensões consideradas para discussão do desenvolvimento.

3. O UNIVERSO EMPÍRICO: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Aqui está o nó, ó tu que odeias mudanças e temes revoluções. Mantém estes homens apartados; faze com que eles se odeiem, receiem-se, desconfiem um do outro. Porque aí começa aquilo que mais temes. Aí está o germe. Porque aí transforma-se o 'Eu perdi minhas terras', uma célula se rompe e dessa célula rompida brota aquilo que tu tanto odeias, o 'Nós perdemos nossa terra'. E desse 'nós' nasce algo mais perigoso. 'Eu tenho um pouco de comida' e 'Eu não tenho comida nenhuma'. Quando a solução deste problema é 'Nós temos um pouco de comida', aí a coisa toma um rumo, aí o movimento tem um objetivo. Apenas uma pequena multiplicação, e esse trator, essas terras são nossas. Os dois homens acorados numa vala, a pequena fogueira, a carne que se cozinha numa frigideira comum, as mulheres caladas, de olhos vidrados, atrás delas as crianças, escutando com o coração palavras que seu cérebro não alcança. A noite desce a criança sente frio. Aqui tome este cobertor. É de lã. Pertenceu a minha mãe – tome fique com ele pra criança. Sim, é aí que tu deve lançar a tua bomba. É este o começo da passagem do Eu para o nós (STEINBECK, 2008. p. 188)

A passagem acima, extraída do romance de Steinbeck 'Vinhas da Ira', explica porque consideramos o acampamento como ponto de partida deste estudo. O assentamento não pode ser entendido, em nossa realidade, senão como conquista da luta, o resultado material. Mas há ainda um outro processo, o da formação da consciência. Para compreendermos as famílias assentadas é preciso olhar para trás, procurar na trajetória de vida os traços comuns, os momentos definidores, o que os diferencia de outros milhares de excluídos sem terra e sem perspectivas, ou ainda, o que os diferencia de outros movimentos históricos de luta pela terra no Brasil. Se é verdade que o assentamento estabelece um marco divisório na vida da família, o antes e o depois, também é verdade que o acampamento estabelece um outro marco divisório anterior, na consciência, na forma de ver e pensar o mundo, de compreender-se. O desenvolvimento neste caso, também é compreendido como um processo de expansão da consciência, algo que está presente na fala e na vida de todas as famílias assentadas, mas que não é

possível de ser apreendido se não olharmos para o momento anterior, a luta pela terra e o acampamento.

3.1 Aspectos comuns: o acampamento da fazenda anoni

O acampamento da fazenda Anoni¹⁴, ocorrido em outubro de 1985, no município de Ronda Alta, região norte do estado do Rio Grande do Sul, tornou-se uma referência na formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Não por ter sido o primeiro, pois a retomada da luta pela terra após a ditadura militar já havia acontecido no estado através das ocupações da fazenda Macali¹⁵ e Brilhante e o acampamento da Encruzilhada Natalino¹⁶. Simultaneamente em outros estados como São Paulo, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Paraná, outras lutas já ocorriam neste período. Também já havia acontecido o primeiro encontro nacional do movimento, em Curitiba no ano de 1985, ocasião que ocorrera a fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e definiram-se os objetivos, princípios e caráter.

No entanto é com o acampamento da fazenda Anoni que ocorre a consolidação do movimento. Sua importância deve-se a diversos fatores como: a ampliação da base social na constituição do acampamento, a resistência à repressão, o tempo de duração do acampamento entre outros. Para Fernandes apud. Bonamigo (2002), foi através deste acampamento que se deu a nacionalização do movimento: “Dessa ocupação resultaram diversos assentamentos em todo o estado do Rio Grande do sul, os quais contribuíram para a territorialização e consolidação do MST como organização nacional”.

A ampliação da base social refere-se à incorporação de outros setores para além dos colonos expulsos das áreas indígenas¹⁷, protagonistas das lutas anteriores

¹⁴ Fazenda de 9500 há localizada no município de Sarandi. A fazenda encontrava-se em processo de desapropriação para assentamento desde 1974, entretanto em virtude de inúmeros recursos judiciais impetrados pelo antigo dono Bolivar Anoni, o processo se arrastava.

¹⁵ Parcela originalmente pertencente à fazenda sarandi, área pública, grilada durante o regime militar pela empresa Madeireira Carazinho Ltda., no município de Ronda Alta. Foi ocupada no dia 7 de setembro de 1979. (STEDILE; FERNANDES, 1999).

¹⁶ Ocorrido no município de Ronda Alta, no período de 1980 a 1983.

¹⁷ Reserva indígena de Nonoai, que foi ocupada por posseiros pobres durante a ditadura militar estimulados pela Fundação Nacional do Índio – Funai. Em 1978 os índios expulsaram as cerca de 1200 famílias de agricultores posseiras. Algumas famílias aceitaram a proposta do governo e foram

já descritas. A articulação que originou o acampamento da fazenda Anoni envolveu principalmente agricultores e trabalhadores rurais excluídos em função do processo de modernização capitalista na agricultura (discutido no primeiro capítulo). Ao discutir os fatores que determinaram a gênese do MST, Stedile (1999):

O principal deles foi o aspecto socioeconômico das transformações que a agricultura brasileira sofreu na década de 1970.[...] A mecanização da lavoura e a introdução, digamos, de uma agricultura com características mais capitalistas expulsaram do campo, de uma maneira muito rápida, grandes contingentes populacionais naquela década. Eram famílias que viviam como arrendatárias, parceiros ou filhos de agricultores que recebiam um lote desmembrado da já pequena propriedade agrícola de seus pais. (STEDILE; FERNANDES, 1999, p.15)

Nos depoimentos a cerca do período anterior ao acampamento, pode-se re-
vivenciar esta história, contada a partir das famílias:

Eu morava na linha Démetrio em Trindade do sul, na agricultura, nós tinha 3 há de terra da mãe, era em 5 irmão, não dava pra todo mundo, então trabalhava fora as meia, eu era o mais velho, casei e fui pro acampamento não tinha outra saída. (Dorival, assentado Santa Lúcia)

Casei e saí de casa, fui trabalha as meia, soja, milho, feijão, tudo metade por metade, trabalhava a braço com boi, pra limpa a soja passava capinadeira eu ia puxando e a mulher ia atrás, o soja dava alto assim. As terra pior o patrão dava pro cara que vai trabalha né, as mais inçada, mais péssima pra faze, pedregal, quando as terra tavam boa, mansa, não dava mais, era uma forma de limpa a terra pra eles. Eu casei, saí de casa, trabalhei em três lugar as meia dessa forma. (Antônio Tomazzi, assentado Santa Lúcia)

Em 77 foi o despejo da área indígena uns foram pro Mato Grosso eu fui em 78. [...] Voltei do Mato Grosso por causa da malária, uns morreram e não conseguiram voltar, outros tão lá até hoje, mas quem tinha como volta, voltou. (Valdir Juriati, assentado 12 de Julho)

Nosso acampamento quase todo mundo era da agricultura, era os excluído do interior, meeiro, parceiro, diarista, vinha da época de 78, da época das máquina, soja e trigo, entrou recurso dos banco pra financia as máquina, trator, então aquele que tinha a propriedade dele comprou, eu por exemplo nós trabalhava numa terra lá que dava 4 ou 5 há, pegava uma encosta que fazia uma volta assim dava uns 2 km na terra dele, assim, só as encosta. Aí com a chegada do trator ele apertou aqui até subi e na parte que descia até onde dava pra ir com o trator. Aí sobrou só uma lasquinha. Daí um dia um filho meu lá na lavoura 'pai mas será que nós não temo um outro jeito pra vive". Aí é que foi, ir pra cidade nós achava que não dava, aí nos se inscrevemo no sindicato dos trabalhadores de Ronda Alta. Depois tinha aquela orientação dos acampamento da Macali e Brilhante que já tinha acontecido fazia uns dois ano e pouco, e foi através dos religiosos ali que a gente foi, eu era catequista, uma vez o frei Sérgio veio lá fala com a gente que iam cria novos grupos. (Natalício, assentado 12 de Julho)

para Mato Grosso em projetos de colonização, outras permaneceram acampadas as margens das estradas. (STEDILE; FERNANDES, 1999).

Através deste último depoimento, pode-se perceber o segundo fator citado por Stedile (1999) como determinante da gênese do MST, o caráter ideológico do trabalho da Comissão pastoral da terra - CPT¹⁸ junto aos agricultores. A influência da igreja na organização dos agricultores e trabalhadores rurais foi importante não só na articulação inicial das famílias, mas ficaria marcada na trajetória do MST, sendo ainda hoje possível perceber alguns traços na organicidade do movimento e formas de luta, como as romarias hoje chamadas de marchas, as letras das canções, o culto aos valores, princípios, símbolos, disciplina organizativa, entre outros.

O terceiro fator que teria sido determinante da gênese do MST refere-se ao contexto político do período, o processo de redemocratização do país após a ditadura militar (STEDILE; FERNANDES; 1999). Sendo um momento de reorganização, de reuniões, discussões e expectativas, período de surgimento de outras organizações como Central Única dos Trabalhadores – CUT, Partido dos Trabalhadores – PT, entre outros.

O olhar histórico em perspectiva permite identificar estes fatores que teriam determinado o surgimento do Movimento. No entanto, naquele momento, sem a dimensão dessa possibilidade, talvez a decisão de lutar pela terra, de ir pro acampamento, algo até então desconhecido, sem referências, tivesse um peso bem maior para as famílias individualmente.

As famílias organizavam-se em grupos por localidade, discutiam as perspectivas e formas de luta, reconheciam-se uns nos problemas dos outros, até tomarem a decisão de realizar o acampamento.

Em 29 de outubro de 1985 foi a ocupação da fazenda anoni, mas a luta nossa pela terra começou bem antes, 84 final de 83, a gente já tinha começado a discutir. O nosso grupo já existia há 2 anos, discutindo nas reuniões municipais (Natalício, assentado 12 de julho).

Conforme o relato, na noite do dia 29 de outubro de 1985 acontece a ocupação da fazenda anoni, por 1500 famílias, procedentes de 32 municípios da região norte do estado (BONAMIGO, 2002). A primeira ocupação organizada pelo MST no estado do Rio Grande do Sul.

¹⁸ Organismo pastoral da igreja católica, vinculado a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, organizada em 1975 em Goiânia.

3.2 Os sem-terra na luta pela terra

[...] era um dia assim... bonito, da noite pro dia virou uma cidade... simplesmente era nada e virou uma cidade no acampamento, só que era uma cidade diferente, mas era de pessoa, de pensamento... em busca de outro objetivo, que era a terra (assentado na Anoni apud BONAMIGO, 2002, p.122).

A luta pela terra ganha forma. No acampamento, todos se encontram nas mesmas condições, da barraca de lona preta à comida, das responsabilidades ao sonho da conquista da terra, tudo passa a ser dividido, compartilhado, discutido coletivamente. Ergue-se uma trincheira que não é material, embora sua existência seja determinada pela materialidade do processo vivido, a trincheira é formada pela coesão e determinação das famílias, algo que só existe na consciência social. É essa consciência social, adquirida no processo de luta que permite as famílias enfrentarem as condições mais adversas, desde as questões objetivas como a precariedade das condições de vida, até a resistência a repressão policial.

A história que se segue são capítulos de mobilizações, negociações e espera. Até que em maio de 86 o acampamento decide realizar uma caminhada até Porto Alegre, denominada Romaria Conquistadora da Terra Prometida, cujo objetivo era no percurso discutir nas comunidades e municípios mobilizando apoiadores da luta pela terra. A caminhada teve repercussão nacional e o acampamento da fazenda Anoni tornou-se o centro da luta pela terra no país naquele período. Nas negociações o governo federal prometeu desapropriar áreas na região de Cruz Alta em trinta dias, a caminhada retornou então à fazenda Anoni. O desfecho pode ser observado no trecho a seguir:

Em 86 teve a marcha pra Porto Alegre, ocupação da Assembléia o pessoal ficou lá mais de 90 dias. Depois quando retornamos pra anoni, já tinha proposta das áreas definidas, uma em Cruz Alta, Júlio de Castilhos [...] e quando o pessoal ia saí pras áreas a brigada fechou o acampamento e não deixou sair da anoni, e nós ficamos lá, daí veio as barreiras, toda a confusão, uns foram preso e o pessoal depois decidiu se espalhar na anoni. (SANTO PEREIRA, assentado 12 de Julho)

Quando decidiram sair para as áreas prometidas na região de Cruz Alta, a brigada militar cercou o acampamento, impedindo a passagem, cerca de cinquenta pessoas ficaram feridas, outros foram presos (BONAMIGO, 2002). Daí para frente todos os dias as famílias realizavam caminhadas até a barreira da brigada militar,

em protesto contra a situação. Mas o tempo foi passando e a tensão foi dando lugar ao cansaço, conforme pode-se observar:

Não saiam as área, nós passando por aquela judiação, daí ficamos um tempão em negociação saia uma área pra cá, depois já não tinha mais, e foi passando os ano, chegamo naquele momento difícil de coordenar o acampamento, pessoal cansado, então foi chegada o entendimento de nós se espalha nas área em 16 área dentro da anoni, pro pessoal pode trabalha na terra, plantava uma lavourinha no grupo, mandioca, miudeza, traze os bicho que tinha ficado lá fora, as coisa (SANTO PEREIRA, assentado 12 de julho).

As famílias dividiram-se em 16 áreas dentro da Anoni e começaram a cultivar a terra, coletivamente nos grupos. Mas a situação ainda estava longe de se resolver. Foi somente com o surgimento de novos acampamentos e ocupações em outros locais do estado, e a intensificação da luta pela terra, que começaram a sair algumas áreas. Duas questões permaneciam: o impasse pela negociação da fazenda que parecia interminável, e a impossibilidade de serem todas as famílias assentadas na área. Para alguns o sonho de ser assentado na Anoni e permanecer na região norte do estado, cedeu ao cansaço, e a vontade de chegar à terra conquistada:

Na época não saia terra e foi passando os anos, depois foi saindo as área, saiu uma em canguçu i eu já nem agüentava mais tava cansado, tinha vindo uma equipe aqui vistoria a terra e quando voltou eu confiei na palavra deles, disseram que era uma área perto de Santa Maria (50 km pra cá) que dava prá trabalha com máquina (SANTO PEREIRA, assentado 12 de Julho).

3.3 Abrindo Fronteiras: a chegada na região sul do estado

Nós já tava cansado, desgastado, tinha quatro filhos, dois antes do acampamento e dois no acampamento, uma família de seis não foi fácil, e aí no dia que anunciou que tinha saído a área em canguçu, nós ficamo assim, nunca tinha ouvido falar do município de canguçu [...] aí o Valdecir (marido) conversou com o pessoal e então tomamos a decisão, vamos confiar naquele pessoal que tinha vindo antes e dado relato, seja o que Deus quiser. Quando nós chegamo, desembarcamos aqui em cima, pisamo nessa areia eu queria ir embora todo jeito. (LURDES, assentada 12 de julho)

O governo do estado, pressionado pela situação, passou a oferecer áreas em outros locais do estado, predominantemente na metade sul, onde as terras eram mais baratas. Uma mistura de falsas promessas e informações desconstruídas tornaram mais fácil a decisão de aceitar a oferta e migrar rumo ao território estudado (Fig. 4). A chegada, no entanto, guardaria outras surpresas:

Tinha terra aqui (Bagé) e em Dom Pedrito. O governo mandou um ônibus e veio um pessoal olha aqui, não entendia muito de terra, mas levaram uma

palha de trigo. Nós chegamo aqui no dia 8 de maio de 89, ficamo tudo amontoado, 37 família, nos galpão e na casa que tinha. Muito diferente do que prometaram que ia te agrovila com luz, água. Era um ano de seca braba, nós caminhava nos campo era só racha grande” (Antonio Tomazzi, assentado Santa Lúcia)

“Foi o governo do estado na época do Pedro Simon, maio de 89 que colocou nós aqui, largo né, porque aqui não tinha estrada, não tinha luz, não tinha água (saloba), ônibus não tinha pra ir na cidade, aqui era um deserto só tinha fazenda não tinha outra coisa, pra eles nós era tudo ladrão, bandido, era só o que eles diziam, faziam carreatta pra vê nós aqui. Depois quando começamo a trabalhá foi melhorando [...] Nós ficamo dois ano aqui sem pega recurso nenhum aí veio um procera de 250 real” (Dorival, assentado Santa Lúcia).

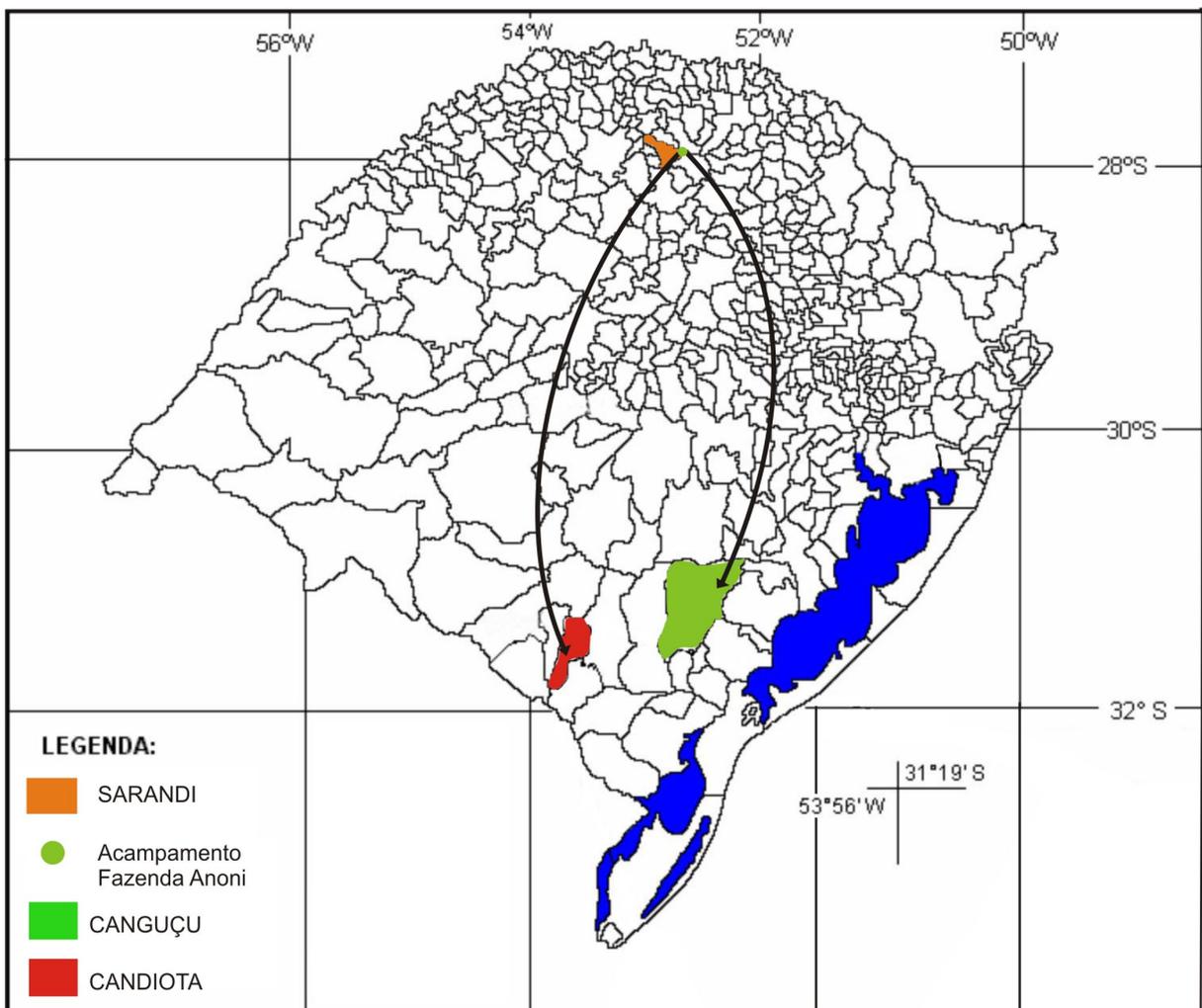


Figura 4 - Rota de imigração das famílias acampamento – assentamento

Fonte: Anuário estatístico 2001, adaptação Patrícia Martins da Silva.

As impressões da chegada no município de Bagé¹⁹, ocorrida em maio de 1989, podem ser percebidas nos relatos descritos. O assentamento Santa Lúcia composto por 35 famílias, situa-se na localidade denominada Jaguarão Grande, distante 9 km da vila La Sance, e 65 km da cidade de Bagé. No município já havia o assentamento Nova Esperança, implantado na época da expulsão dos colonos da área indígena de Nonoai.

Quanto ao município de Canguçu, destacando as diferenças contextuais, a recepção parece ter provocado reações semelhantes às famílias. A chegada das famílias no município ocorrera também em maio de 1989, embora a implantação do assentamento só acontecesse dois meses depois. Durante este período as famílias permaneceram acampadas na beira da estrada esperando a liberação da área. O assentamento 12 de julho, composto por 22 famílias, seria o primeiro do município²⁰, localizado no 5º distrito, distante 60 km da cidade de Canguçu. Seguem-se os relatos:

Ficamos no acampamento 4 ano e pouco, saímos no dia 18 de maio de 89 e viemos pra cá. Demorou 2 anos e 6 meses pra nos acessar o primeiro recurso, 220 reais, só não teve desistência de lote e as pessoas sobreviveram aqui durante este tempo porque ninguém tinha dinheiro pra passagem pra ir embora (Valdecir Zanckett, assentado 12 de Julho).

Então pra Bagé eu não vou, pra Anoni eu não volto, faze o quê? Eu já tinha decidido, mas das mulher dava quase 100% todas queriam volta (Valdir Juriatti, assentado 12 de Julho).

“A visão que eu tinha depois de tanto tempo de acampamento da Anoni, eu não participei da discussão lá pra vir pra cá (estava em Porto Alegre) mas eu assumi junto com o grupo e daí isso pesava muito pra eu dizer pro pessoal. Eu pra Bagé eu não vou, lá era fronteira, zonas de vários risco, não tem mato, não tem capoeirinha, muito vento, fazendeiro, relação com fazendeiro não é fácil, e aqui eu tô vendo relação com pequeno agricultor, é um município de pequena propriedade e agricultura familiar, a terra é fraca é, mas aqui eu vejo milho, vejo planta de feijão, mesma coisa que nos plantamos lá, as épocas podem variar, as cabeçadas que nós demos depois né, e o pessoal que vem pra cá continua dando cabeçada no mesmo sentido, xentão eu fui um que ajudei a bancar que nós ficava aqui, mas não em 10 há, nós tinha que ter mais e hoje os lotes são de 30 até 50 há (Ervin Filvock, assentado 12 de Julho).

Entremedio as discussões, as famílias começaram o trabalho com a terra, com seus próprios e precários recursos, e as dificuldades só aumentavam:

¹⁹ A emancipação do município de Candiota ocorreu somente em 1992. O assentamento Santa Lúcia ficaria na área de abrangência do município recém criado. Atualmente há 25 assentamentos no município onde vivem 693 famílias de agricultores.

²⁰ Existem atualmente no município de Canguçu 16 assentamentos onde vivem 468 famílias de agricultores (INCRA, 2010).

Nós tentamos produzi aqui da mesma forma que nós fazia lá que era roçá a capoeira e plantá, só que as capoeira daqui eram socada de animal que nem um tijolo, só que daí nos plantava e o feijão vinha dessa alturinha e largava flor. Nós plantamo primeiro dois saco e colhemo quatro (feijão). Quando nós plantava milho tinha aquele vento e o milho ficava deitado assim e eu não me conformava com aquele vento (Lurdes, assentada 12 de Julho).

Nós trabalhava lá era peral e morro, aqui nem se compara é melhor, mas o solo é mais pesado, lá a terra era leviana nos trabalhava com boi, arado pula-toco, aqui isso não funciona, é uma greda, só com trator (Dorival, assentado Santa Lúcia).

A gente lá fora trabalhava com boi, aqui não dá, tem algum lugar que faz só pra passa no meio do milho, faz uma horta, mas que nem lá fora lavra 8 a 10 há a boi não, aqui não dá. E o trator aqui é 70 a 80 reais a hora (Antonio Tomazzi, assentado Santa Lúcia).

O processo de territorialização, como visto, provocou rupturas profundas nas trajetórias de vida das famílias envolvidas. A cultura, representada neste caso pelos valores e tradições que estão presentes nas ações mais simples do dia a dia como nos hábitos alimentares, nos instrumentos de trabalho, nas práticas de manejo do solo e das culturas trabalhadas, só fazem sentido em um contexto específico, onde foi possível seu desenvolvimento. Entretanto o primeiro impulso é a tentativa de compreender a nova realidade a partir das antigas referências. É um longo período de adaptação e aceitação à nova realidade, agravado neste caso pelas condições encontradas pelas famílias, a falta de recursos e apoio do estado. O conflito interno ao nível da consciência permaneceria ainda por muito tempo:

...já tava fazendo uns quatro anos depois, eu tava trabalhando na construção da nossa casa, e a Lurdes veio aqui em casa, tomando chimarrão e ela me perguntou 'mas natalício vale a pena fazer um investimento desses aqui?' eu disse, eu resposta eu não tenho né, mas se eu saí daqui eu vou pra onde, daí ela foi almoçar e eu também. (Natalício, assentado 12 de julho)

Aos poucos as famílias começam a perceber-se como parte da nova realidade, ocorrendo uma mudança qualitativa no comportamento. A velha realidade vai ficando pra trás, não esquecida, mas guardada em um canto do pensamento, lembrar dela causa alegria e nostalgia. É hora de arregaçar as mangas, de reconstruir-se, reinventar-se. A luta só começara. O desenvolvimento não viria através de projetos, obras, e outras promessas. Seria feito pelas próprias mãos.

4 DESENVOLVIMENTO E COTIDIANO: A DIFÍCIL ARTE DE REINVENTAR A VIDA

4.1 Dimensão social básica

Para reflexão acerca da dimensão social do desenvolvimento, três temas foram considerados básicos: a educação, a saúde e a infraestrutura-social. Os enfoques principais nas questões levantadas em cada temática foram a acessibilidade, grau de satisfação e principais problemas identificados. Após a sistematização, devido ao grande volume de dados levantados, optou-se pela seleção daqueles que proporcionariam uma visão geral da realidade.

4.1.1 Educação

Quanto ao tema da educação, procede-se inicialmente a caracterização do casal principal que compõe a família, quanto à idade e grau de escolaridade, por assentamento e por gênero. Os dados visualizados na Tab. 3 indicam uma escolaridade média semelhante do casal nos dois assentamentos, sendo 4,26 anos no assentamento 12 de julho, e 4,05 anos no assentamento Santa Lúcia, o que corresponde em ambos os casos a 4^a série do primeiro grau. Pode-se inferir a partir destes dados que as condições que determinavam o grau de escolarização das famílias anteriores ao assentamento eram semelhantes, o que pode ser observado pela procedência das famílias da mesma região de origem tendo como ocupação principal anterior a agricultura. Dado semelhante foi encontrado por Heredia et al (2002) ao estudar os impactos regionais da reforma agrária no Brasil, observando que 87% dos responsáveis pelo lote possuíam grau de escolaridade máximo até a 4^a

série. Outro aspecto destacado a partir da tabela é uma ligeira diferenciação na média de escolaridade entre o homem e a mulher que compõe o casal, sendo nos dois assentamentos a média de escolaridade superior para a mulher, 4,52 anos no 12 de Julho e 4,40 anos no Santa Lúcia.

Tabela 3 - Idade e escolaridade do casal que compõe a família, por assentamento

Assentamento	12 de Julho		Santa Lúcia	
Indicador	idade	escolaridade	idade	escolaridade
Homem	51,16	4,00	48,20	3,70
Mulher	49,05	4,52	46,25	4,40
Média	50,11	4,26	47,23	4,05

Fonte: dados da pesquisa, 2009.

Quanto ao número de filhos, no assentamento 12 de Julho a média de filhos por família é de 3,45 filhos, variando de 0 a 7, sendo o total de 69 filhos. No assentamento Santa Lúcia a média foi de 3,33 filhos por família, variando de 0 a 12, sendo o total de 110 filhos.

Para visualizarmos os dados referentes ao grau de escolaridade dos filhos, efetuou-se uma separação entre os que já pararam de estudar e os que ainda freqüentam a escola. Os dados estão apresentados na Tab. 4 e Tab. 5.

Tabela 4 - Nível de escolaridade dos filhos que freqüentam a escola, por assentamento

Assentamento	12 de Julho	Santa Lúcia
indicador	Nº	Nº
0-6 anos	6	12
1º grau	8	27
2º grau	6	4
3º grau	2	0
Total	22	43

Fonte: dados da pesquisa, 2009.

Tabela 5 - Nível de escolaridade dos filhos que pararam de estudar, por assentamento

Assentamento	12 de Julho		Santa Lúcia	
	Indicador	nº	%	nº
Analfabeto	0	0,00	1	1,49
1º grau Incompleto	13	27,66	27	40,30
1º grau completo	5	10,64	24	35,82
2º grau incompleto	5	10,64	7	10,45
2º grau completo	21	44,68	7	10,45
3º grau completo	3	6,38	1	1,49
Total	47	100,00	67	100,00

Fonte: dados da pesquisa, 2009

Analisando os dados apresentados, percebe-se que no assentamento 12 de Julho 44,68% dos filhos que pararam de estudar completaram o segundo grau, ao acrescentarmos os que completaram o terceiro grau este número eleva-se para 51,06%, ou seja, mais da metade dos filhos que pararam de estudar completaram o segundo grau. Já no assentamento Santa Lúcia 40,30% dos filhos deixaram a escola sem completar o primeiro grau, se acrescentarmos os que completaram o primeiro grau este número eleva-se para 76,12%, representando este percentual aqueles que atingiram no máximo o primeiro grau completo. O contraste entre os dois assentamentos pode ser visualizado na Fig. 5. Essa diferenciação aparentemente está relacionada ao contexto social onde estão inseridos os assentamentos, já que ela representa uma tendência majoritária observada em cada um dos casos estudados. No entanto, nos dois casos, as escolas existentes nos assentamentos são até a 4ª série no 12 de julho e até a 6ª série no Santa Lúcia, sendo a complementação do primeiro grau realizado em escolas das respectivas localidades, com transporte escolar público. Para continuação do estudo ao nível de segundo e terceiro grau, os jovens tem de se deslocar até a cidade nos dois assentamentos, o que implica em custos para a família. Contraditoriamente o assentamento 12 de Julho que apresenta maior distância até a cidade (60 km) foi o que mais avançou, indicando que os jovens, neste caso, saem do assentamento para completar os estudos. Quanto ao Santa Lúcia, cuja distancia até a cidade é menor (9km), portanto aparentemente mais fácil o deslocamento, os jovens em sua maioria não cursaram o segundo grau. Uma explicação provável estaria relacionada

ao desenvolvimento social e cultural das famílias (tema a ser aprofundado na dimensão cultural), o que acaba influenciando na motivação do jovem para prosseguir estudando.

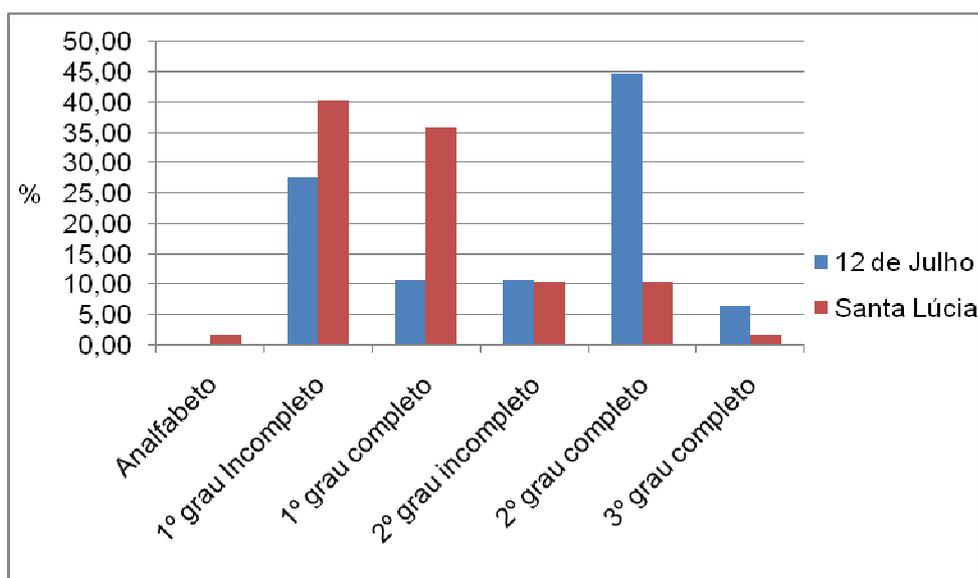


Figura 5 - Nível de escolaridade dos filhos que pararam de estudar

Fonte: dados da pesquisa, 2009.

Comparando-se o grau de escolaridade média dos pais com o grau de escolaridade dos filhos (que já pararam de estudar), observamos a partir da Tab. 6 que houve uma significativa evolução no nível de escolaridade entre as gerações nos dois assentamentos, sendo maior para o assentamento 12 de julho onde a escolaridade média elevou-se de 4,26 anos (4ª série) para 9,2 anos (1ª ano do 2º grau) e no assentamento Santa Lúcia de 4,05 anos (4ª série) para 7,3 anos (7ª série). A Fig. 6 visualiza esta evolução. Considera-se, portanto que a implantação dos assentamentos promoveu um impacto positivo sobre o nível de escolarização das famílias.

Tabela 6 – Comparativo de grau de escolaridade entre pais e filhos (que pararam de estudar), por assentamento

Assentamento	12 de Julho	Santa Lúcia
indicador	Anos de estudo	Anos de estudo
Média de escolaridade dos pais	4,26	4,05
Média de escolaridade dos filhos	9,20	7,30

Fonte: dados levantados pela pesquisa, 2009

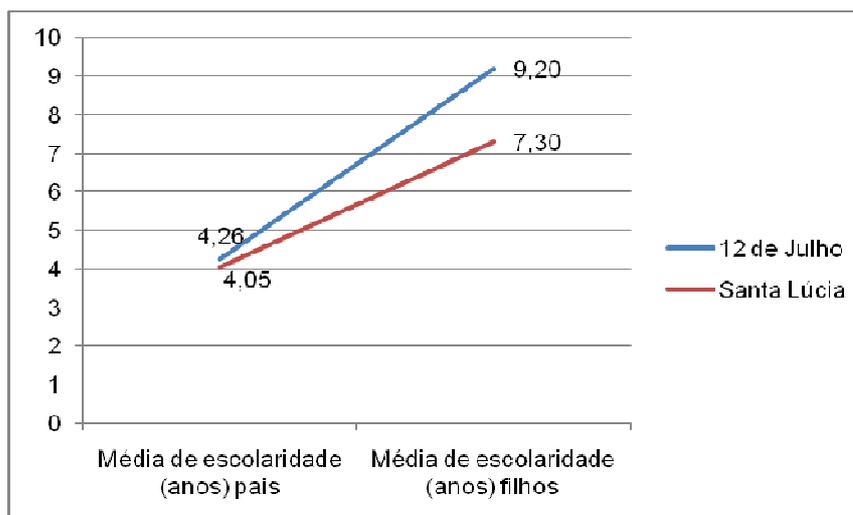


Figura 6 - Evolução da escolaridade entre as gerações

Fonte: dados da pesquisa, 2009.

Outro fator importante na análise da questão educacional e que permite ampliar esta reflexão refere-se ao destino dos filhos. A Tab. 7 demonstra a distribuição ocupacional dos filhos de modo geral, e a Fig. 7 ilustra o destino destes após pararem de estudar. Observam-se nos dois assentamentos o êxodo rural, ou migração para cidade, confirmando uma tendência geral de êxodo rural existente no Brasil a partir da década de 1960, evidenciada por Girardi (2008) no Atlas da Questão Agrária Brasileira. Este fenômeno pode ser compreendido a partir da reflexão sobre a modernização do meio rural realizada no primeiro capítulo. Entretanto, no assentamento 12 de julho essa tendência é mais expressiva, sendo 68,09% dos filhos que pararam de estudar foram para a cidade, enquanto que no assentamento Santa Lúcia este número é menor, correspondendo a 56,72% dos filhos pararam de estudar.

Tabela 7 - Distribuição ocupacional dos filhos, por assentamento

Assentamento	12 de Julho		Santa Lúcia	
	Nº	%	Nº	%
Sem idade escolar	6	8,70	12	10,91
Estudantes	16	23,19	31	28,18
Agricultores	15	21,74	29	26,36
Urbanos	32	46,38	38	34,55
Total	69	100,00	110	100,00

Fonte: dados da pesquisa, 2009

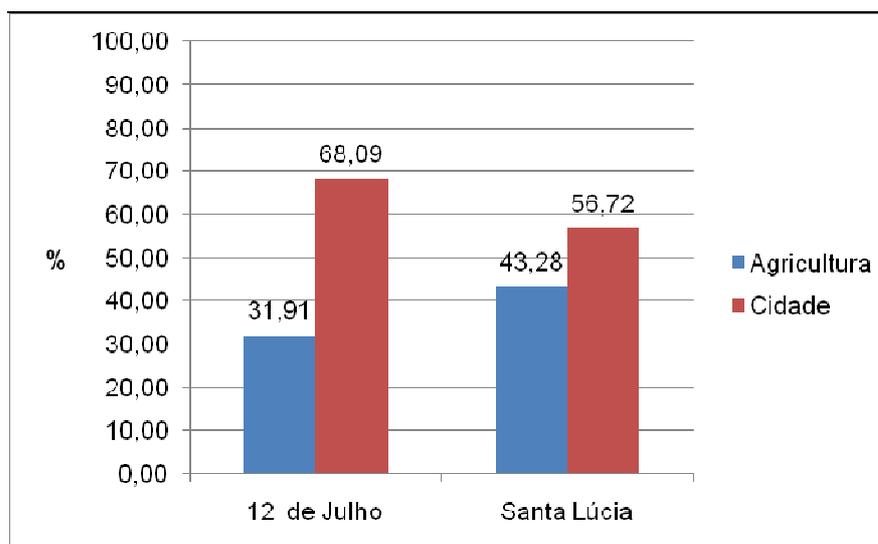


Figura 7 - Destino dos filhos que pararam de estudar

Fonte: dados da pesquisa, 2009.

Dentre as ocupações verificadas entre os filhos que migraram para a cidade observou-se uma grande variação, desde garçom, operário, vigilante, secretário, doméstico, trabalhador autônomo no comércio, engajado no quartel, professor, técnico agrícola, auxiliar de enfermagem, do lar e gerente. Quanto aos filhos que ficaram na agricultura estes são assentados em outros assentamentos, ou moram com os pais e trabalham no lote, ou foram acampar para lutar pela terra. Há ainda alguns que casaram e moram em comunidades próximas ao assentamento.

Cruzando as duas variáveis estudadas, o nível de escolaridade e o destino dos filhos, observa-se uma relação estreita, sendo o assentamento 12 de Julho, onde os filhos alcançaram maior nível de escolaridade, apresenta o maior índice de migração para a cidade, ocorrendo o oposto no assentamento Santa Lúcia. Esta relação deve-se ao fato de que no assentamento 12 de julho identifica-se claramente um movimento de saída do assentamento para possibilitar o estudo aos níveis de segundo e terceiro grau, período em que os jovens conciliaram o estudo com trabalho na cidade para sustentação econômica, o que permitiu criar vínculos com a cidade. Além disto, o nível de escolaridade, na sociedade atual, proporciona outras possibilidades de trabalho no meio urbano. No assentamento Santa Lúcia, observa-se que a permanência na agricultura coexiste com o menor nível de escolaridade verificado.

Outro aspecto considerado para reflexão foi a opinião das famílias sobre a escola de primeiro grau frequentada pelos filhos (Fig. 8). No assentamento 12 de Julho as opiniões referem-se a escola existente no assentamento e a escola pólo da localidade da Palma, próxima ao assentamento, sendo as opiniões emitidas considerando as duas escolas conjuntamente. No assentamento Santa Lúcia as opiniões referem-se a escola existente no assentamento. Quanto ao grau de satisfação com a escola, no assentamento 12 de julho as opiniões concentram-se entre boa e regular, enquanto no assentamento Santa Lúcia as opiniões concentram-se entre ótima e boa. Sobre a relação do conteúdo ministrado nas escolas com a agricultura o assentamento 12 de julho classificou como mais ou menos ou pouca relação, enquanto no Santa Lúcia o destaque ficou para pouca relação com a agricultura. Percebe-se perante os fatos que a escola não é vista como um problema, já o conteúdo e sua relação com a agricultura, segundo as famílias é um motivo de preocupação.

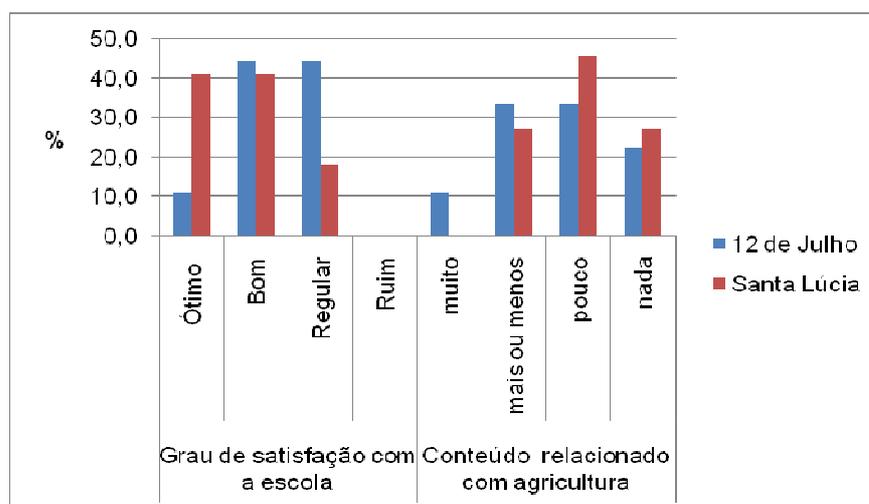


Figura 8 - Opinião das famílias sobre a escola (1º grau) frequentada pelos filhos
 Fonte: dados da pesquisa, 2009.

Por fim, esta análise limita-se pelo fato de restringir o debate da educação à escola. Entende-se que a questão da educação e sua relação com o desenvolvimento humano e social estende-se para outras esferas e dimensões de aprendizado e convivência. Entretanto o acesso a escola é o básico fundamental, seja como fonte de transmissão e produção de conhecimento, seja como espaço de convivência social. Outros estudos demandariam a ampliação desse debate.

4.1.2 Saúde

Quanto ao tema da saúde o enfoque das questões foi sobre as unidades disponíveis de serviço público, sendo posto de saúde na localidade, unidade móvel, pronto socorro municipal (emergência) e consulta a especialistas e exames. Nos dois assentamentos não existe posto de saúde disponível. Em Canguçu havia um posto na localidade da Palma, mas encontra-se fechado. Heredia et al. (2002) encontrou posto de saúde em apenas 21% dos assentamentos pesquisados. A segunda opção de atendimento seria a unidade móvel, disponível apenas no município de Canguçu, com uma frequência de cada 40 dias em média, em Candiota há um médico que vem 'as vezes' segundo as famílias prestar atendimento na escola do assentamento. A terceira opção é o deslocamento até a cidade e atendimento no pronto socorro municipal, sendo a partir daí encaminhado para um especialista que solicitará algum exame se for necessário. O tempo de espera para a consulta com o especialista no 12 de Julho foi identificado pelas 20 famílias entrevistadas como mais de um mês. No Santa Lúcia, das 33 famílias entrevistadas, 22 consideram mais de um mês o tempo de espera para consulta, e 11 famílias disseram que acessam a consulta em até um mês. Observamos então na Fig. 9, o grau de satisfação das famílias com estas unidades de serviço público:

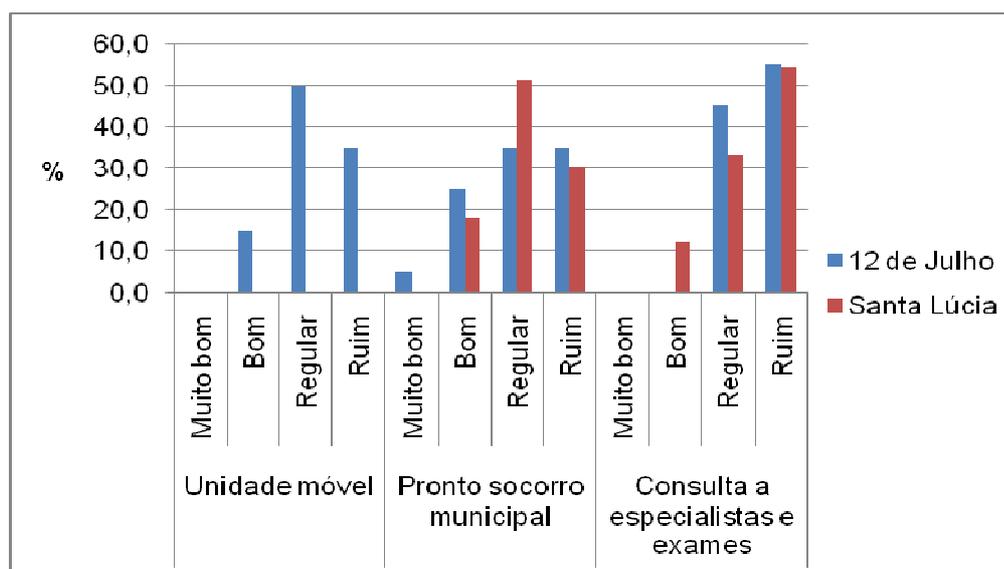


Figura 9 - Nível de satisfação das famílias com os serviços de saúde pública

Fonte: dados da pesquisa, 2009.

Constata-se que ao nível da unidade móvel, no caso do 12 de julho, o atendimento foi considerado predominantemente regular por 50% das famílias, e ruim para 35% das famílias, totalizando 85% das famílias com baixo nível de satisfação. Quanto ao pronto socorro municipal, no 12 de julho o atendimento foi classificado como regular por 35% das famílias, e ruim por 35%, indicando também o baixo nível de satisfação com o serviço apontado por 70% das famílias. No assentamento Santa Lúcia este serviço foi considerado regular por 51,52% das famílias e ruim por 30,3%, correspondendo a uma desaprovação de 81,82% das famílias. A situação é ainda mais desfavorável para o acesso a consulta com especialistas e exames, sendo que na opinião das famílias do 12 de julho, 55% consideram ruim o acesso e 45% regular, ou seja 90% das famílias entrevistadas, e no assentamento Santa Lúcia 54% consideram ruim e 33,12% regular, correspondendo a 87,12% das famílias entrevistadas. Dessa forma percebe-se o baixo grau de satisfação das famílias com todos os níveis de atendimento públicos a saúde em geral.

Essa insatisfação é compreendida a partir da Fig. 10, onde as famílias apontaram os três principais problemas que na sua opinião caracterizavam o acesso a saúde. No assentamento 12 de Julho mais de 90% das famílias apontaram o acesso a especialistas, seguindo o custo de deslocamento até a cidade e acesso a medicamentos. No Santa Lúcia 90% das famílias apontaram a dificuldade de acesso²¹, após, o acesso a especialistas e a medicamentos.

Heredia et al. (2002) observa que “[...] a precariedade do atendimento a saúde tem efeitos graves sobre a vida dos assentados”. Os relatos demonstram que as famílias diante do descaso como é tratada a saúde pública e os serviços de atendimento acabam procurando alternativas, sendo muitas vezes obrigadas a dispender de recursos próprios para consultas e atendimento privado. Outras alternativas são desenvolvidas como utilização de plantas medicinais através de chás e produtos fitoterápicos manipulados pelas próprias famílias. No assentamento 12 de julho, o grupo de mulheres é responsável por esta tarefa, há uma farmácia e horta coletiva construídas pelas famílias na comunidade do assentamento.

²¹ A dificuldade de acesso foi caracterizada pelas famílias pela forma de atendimento no posto de saúde municipal através de número limitado de fichas. Para conseguir a ficha tem de passar a madrugada na fila, situação inviável para quem reside no meio rural.

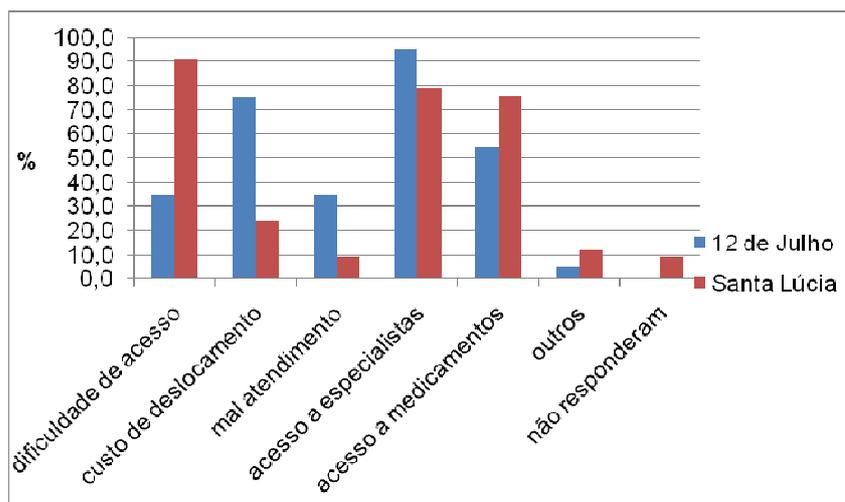


Figura 10 - Principais problemas do acesso aos serviços de saúde na opinião das famílias
Fonte: dados da pesquisa, 2009.

4.1.3 Infraestrutura social

O terceiro tema analisado é a infraestrutura-social básica utilizada pelas famílias, sendo água, energia elétrica, estrada, moradia, linha de ônibus até a cidade entre outros. Estes itens considerados básicos à reprodução social, em sua maioria foram conquistados pelas famílias através de mobilizações e reivindicações como veremos a seguir.

Quanto as estradas, no assentamento 12 de julho a estrada interna de acesso aos lotes foi feita pela prefeitura municipal²², segundo relato das famílias, dois anos depois da implantação do assentamento, após a realização de mobilizações. A estrada de acesso ao assentamento já existia embora fosse intransitável nas épocas de chuva. No Santa Lúcia a estrada interna de acesso aos lotes foi feita após emancipação do município de Candiota, ocorrida em 1992, pela prefeitura, sendo 3 anos após a implantação do assentamento. Ainda hoje alguns lotes ficam sem acesso no período das chuvas. A estrada de acesso ao assentamento já existia anteriormente. Na opinião das famílias, visualizadas na Fig. 11, as condições das estradas no assentamento 12 de julho são consideradas regulares por 70% dos entrevistados, no Santa Lúcia 63,64% das famílias consideram as estradas ruins. No estudo realizado por Heredia et al. (2002) 70% dos assentados entrevistados consideraram que as estradas não são boas, sendo

²² A prefeitura realiza a obra com repasse de recurso carimbado para este fim do governo federal através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

que em metade deles ocorre inacessibilidade na época das chuvas. Quanto a frequência de reparação das estradas, nos dois assentamentos foi apontado mais de 6 meses de espera pela maioria das famílias (75% no 12 de julho e 55% no Santa Lúcia).

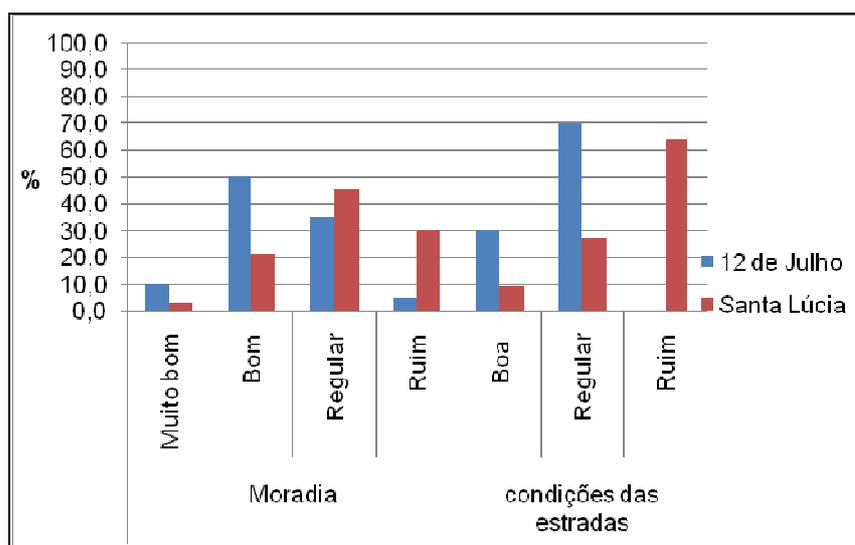


Figura 11 - Nível de satisfação das famílias com as condições de infraestrutura

Fonte: dados da pesquisa, 2009.

A situação das moradias no 12 de julho foi considerada boa por 50% e regular por 35% das famílias (Fig. 11). No Santa Lúcia as famílias consideraram regular (45,45%) e ruim (30,3%). Esta diferença das condições da moradia, foi percebida visualmente por ocasião das entrevistas, sendo que nos dois assentamentos não foi acessado recurso para implantação das casas, que foram construídas com recursos próprios. Apenas em 2008, passados mais de 18 anos da implantação dos assentamentos foi realizado um projeto de reforma da habitação através da Caixa Economica Federal, entretanto no Santa Lúcia apenas algumas famílias acessaram. Semelhante estudo realizado por Bergamasco (1997) encontrou o seguinte nível de satisfação nos assentamentos com relação as condições de moradia: 28,8% dos assentados consideraram “boa” sua situação habitacional, 38,1% consideraram “regular” e 24,6% reconheceram estar morando em situação precária.

Sobre a energia elétrica, nos dois casos a rede foi implantada em 1996 (7 anos após a implantação do assentamento), com recursos do projeto FIAPER²³, quitado em parcelas pelas famílias, sendo o valor total por família R\$ 1.000,00 no 12 de Julho e R\$ 1.900,00 no Santa Lúcia. O assentamento 12 de julho foi ressarcido através do Programa Luz para Todos²⁴ e no Santa Lúcia o processo efetuado pelas famílias na justiça ainda não foi solucionado. Mesmo tendo pago pela implantação da rede, este projeto foi liberado somente após mobilizações nos dois assentamentos, fato confirmado por Heredia et al. (2002) onde 53% dos assentamentos entrevistados acessaram energia elétrica após reivindicação para obtê-la. Quanto a água, com exceção de 3 famílias no Santa Lúcia, todas dispõem de água encanada em casa a partir de poço artesiano. A situação é mais complicada com relação a água para produção atingindo as famílias de forma generalizada nos dois assentamentos.

Quanto ao deslocamento até a cidade são utilizadas predominantemente as linhas de ônibus disponíveis, sendo no 12 de julho apenas uma vez por semana (terças feiras) e no Santa Lúcia todos os dias. Conforme observado na Tab. 8, do total das famílias entrevistadas no assentamento 12 de julho 70% possuem moto e 35% possuem carro. Já no Santa Lúcia, apenas 21% possuem moto e 24% possuem carro. Essa diferença entre os assentamentos provavelmente está atribuída a disponibilidade do transporte coletivo e as condições financeiras das famílias. Comparando-se aos dados disponibilizados pelo Censo agropecuário 2006²⁵, onde somente 5% dos assentados no Brasil possuem carro e 9% possuem moto, no Rio Grande do Sul este número sobe para 14% dos assentados possuem carro e 10% possuem moto. Dessa forma os dois assentamentos estudados encontram-se acima do índice encontrado pelo Censo.

²³ Linha de crédito operacionalizada pelo Bannisul.

²⁴ Luz para Todos é um programa do governo federal criado em 2003, cuja meta era levar energia elétrica para dez milhões de pessoas no meio rural até 2008.

²⁵ O recorte realizado pelo Censo Agropecuário 2006 para os assentamentos de reforma agrária encontra-se limitado, já que identificou no Brasil apenas 189.191 estabelecimentos como famílias assentadas, e no Rio Grande do Sul 7.029 estabelecimentos, correspondendo respectivamente a 20,86% e 56,4% do total das famílias assentadas comparando-se aos dados do INCRA. Este fato ocorreu devido à classificação dos estabelecimentos, onde o agricultor deveria declarar-se assentado sem titulação definitiva. Acredita-se que muitos assentados foram incluídos como posseiros ou proprietários da terra.

Tabela 8 - Disponibilidade de equipamentos utilitários para comunicação e transporte, por assentamento

	Assentamento	12 de Julho		Santa Lucia	
		Indicador	Nº	%	Nº
Comunicação e informação	televisão	19	95,00	28	84,85
	parabólica	17	85,00	10	30,30
	telefone celular	17	85,00	28	84,85
	computador	3	15,00	1	3,03
Veículos disponíveis	moto	14	70,00	7	21,21
	carro	7	35,00	8	24,24

Fonte: dados da pesquisa, 2009.

Sobre os meios utilizados para comunicação e informação, observa-se a partir da Tab. 9, que a televisão está presente em 95% das famílias no 12 de Julho e em 84,85% das famílias no Santa Lúcia, seguido pelo telefone celular presente em 85% das famílias no 12 de Julho e 84,85% no Santa Lúcia. A utilização de antena parabólica ocorre em 85% das famílias no assentamento 12 de Julho e em apenas 30,3% das famílias no Santa Lúcia, o que deve-se provavelmente ao difícil acesso (antena) encontrado no 12 de Julho. A utilização de computadores é bem menor, sendo apenas 15% das famílias no 12 de julho e uma família no Santa Lúcia (3,03%). Os dados levantados pelo Censo Agropecuário 2006 indicam que 82% dos assentados no Rio Grande do Sul possuem televisão, sendo 42% com antena parabólica. Quanto à utilização de computadores o Censo indica que apenas 1,8% dos estabelecimentos assentados no estado dispõem. Dessa forma o assentamento 12 de Julho encontra-se bem acima dos números revelados pelo censo, já o Santa Lúcia encontra-se semelhante aos dados do Censo.

Enfim, considera-se os três temas abordados nesta dimensão, como determinantes às condições de reprodução social, e conseqüentemente à permanência das famílias no assentamento. Percebe-se a partir dos levantamentos e relatos que o acesso a estas condições mínimas de desenvolvimento não foi garantido senão a partir da mobilização e reivindicação das famílias. A viabilização destas condições de reprodução social proporcionou um redesenho nas localidades beneficiando não só os assentamentos, mas as comunidades do entorno, dinamizando as relações sociais e econômicas do território. O destaque negativo apresenta-se nas condições de acesso aos serviços de saúde pública.

4.2 Dimensão cultural

O enfoque principal desta seção dirige-se as formas de organização e relacionamento entre as famílias nos assentamentos, sejam as formas de organização da produção, sejam as iniciativas de lazer e entretenimento. Há um direcionamento também para a questão de gênero, com alguns dados levantados a partir da opinião das mulheres sobre alguns aspectos do cotidiano da vida no assentamento.

Quanto às formas de organização existentes nos assentamentos observou-se conforme demonstrado na Tab. 9, que o assentamento 12 de Julho dispõe de uma diversidade maior de alternativas organizativas se comparado com o assentamento Santa Lucia. Quanto as iniciativas na área da produção destaca-se no 12 de Julho a Associação de máquinas constituída por 9 famílias que adquiriram coletivamente um trator com implementos, reduzindo o custo do preparo do solo, para os membros da associação, para R\$ 20,00 à hora do trator (combustível e manutenção), enquanto a média no local é de R\$ 50,00 a hora. Assim como o grande número de cooperativas, presentes neste assentamento, que atuam nas áreas de produção orgânica (Cooperativa Sul Ecológica), leite (Cooperativas Copal e Terra Nova), grãos (União das Associações do Interior de Canguçu - UNAIC) e crédito (Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos -CREHNOR). No assentamento Santa Lúcia existe apenas a Cooperativa Cooperal, criada pelos assentados, que atua na área da produção leiteira. Essa inexistência de outras organizações de comercialização e produção, principalmente na área de grãos, é um dos principais problemas apontados pelas famílias no Santa Lúcia, o qual será aprofundado na seção da renda e reprodução familiar neste capítulo.

Tabela 9 - Formas de organização existentes nos assentamentos

Indicador/Assentamento	12 de Julho	Santa Lúcia
Associação	Associação de máquinas	Não
Comunidade	Sim, em funcionamento	Sim, funciona precariamente
Igreja	Sim, católica	Sim, católica e evangélica
Cooperativa	Sul Ecológica, Copal, Terra Nova, Crehnor, Unaic	Cooperal
Grupo de mulheres	Sim, em funcionamento	Não

Fonte: dados da pesquisa, 2009.

Percebe-se claramente a partir dos dados demonstrados a diferença entre o contexto social nos quais se encontram os assentamentos. No caso do 12 de Julho, território de minifúndios e forte presença da agricultura familiar o assentamento acaba beneficiando-se das organizações existentes e interagindo com elas. O oposto ocorre no Santa Lúcia que enfrenta maiores dificuldades por estar localizado em um território de latifúndios e grandes propriedades, onde não há organizações da agricultura familiar.

Referindo-se as alternativas de convívio entre as famílias e opções de lazer o assentamento 12 de julho possui uma comunidade que funciona ativamente aos fins de semana, com salão, cancha de bocha e campo de futebol, onde os “homens” costumam-se reunir para lazer. Além disto, os assentados costumam freqüentar as festas e salões das comunidades do entorno ao assentamento. No assentamento Santa Lúcia há um salão da comunidade, mas encontra-se praticamente fechado, sendo utilizado somente em algumas reuniões. Também não há muitas alternativas no entorno ao assentamento, dessa forma alguns assentados principalmente os mais jovens acabam deslocando-se até a cidade nos fins de semana. Observa-se dessa forma um convívio e interação maior das famílias no 12 de julho, embora este fique a 60 km da cidade, enquanto no Santa Lúcia embora a distancia da cidade seja apenas 9 km a sensação de isolamento das famílias parece ser bem maior. A partir da Fig. 12 percebe-se o grau de satisfação das famílias com as opções de lazer existentes já comentadas. A opinião das famílias parece confirmar o relato anterior.

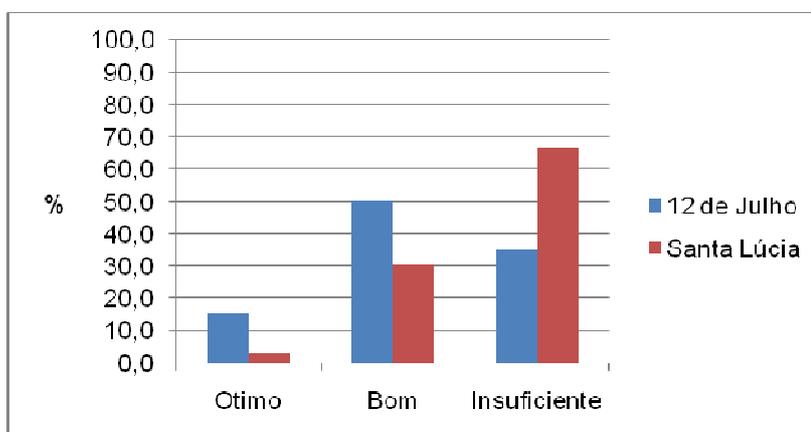


Figura 12 - Grau de satisfação das famílias com as opções de lazer existentes
Fonte: dados da pesquisa, 2009.

Há ainda as instâncias organizativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra existentes nos dois assentamentos. Estas são constituídas pelos grupos compostos por até 10 famílias chamados de núcleos de base, e a coordenação do assentamento formada por um representante por cada núcleo de base. Cada um dos assentamentos tem um representante na direção regional dos assentados, sendo 24 regionais no estado. Nos assentamentos estudados as instâncias estão constituídas, mas não funcionam periodicamente, apenas quando há alguma questão a ser discutida ou alguma decisão a ser tomada pelas famílias.

Optou-se por focar a questão de gênero já que as desigualdades nas relações e atribuições de papel para o homem e para a mulher na sociedade capitalista em que vivemos se mantem e encontram-se até aprofundadas. No meio rural estas questões estão ainda mais expostas, quase confundindo-se intencionalmente com as tradições culturais, naturalizadas, ou seja, aquilo que sempre foi assim ... sempre será. Dessa forma facilmente universaliza-se uma forma específica de relações de um determinado momento histórico, convencendo-se de que essa é a única forma ou formato possível. Esta é a impressão ao nos referirmos a família e principalmente a agricultura familiar. No entanto não é objetivo deste estudo aprofundar esta questão, apenas decidiu-se tocar no assunto, ouvindo quem geralmente não é ouvido, e principalmente para falar daquilo que é quase proibido, a sua vida, e suas opiniões.

Quanto a participação das mulheres nas atividades (reuniões) do assentamento a Fig. 13 indica que no assentamento 12 de julho, 58% das mulheres declarou participar às vezes, enquanto no Santa Lúcia, 68% das mulheres disseram que não participam das atividades do assentamento. Esse baixo nível de participação revelado nos dois casos demonstra a clara divisão de papéis existente, cabendo ao homem a tarefa de representar a família. Destaca-se a ligeira diferença entre o nível de participação indicado pelos dois assentamentos, o que pode ser atribuído ao conjunto dos elementos já estudados até o momento, ou seja, onde há um contexto de participação social maior este reflete também na participação das mulheres, embora ainda não ocorra em um nível satisfatório.

É importante relatar a existência do grupo de mulheres no assentamento 12 de Julho, o qual reúne-se com frequência mensal. As reuniões do grupo ocorrem no salão da comunidade, com discussões, atividades de lazer, produção de

fitoterápicos, trabalho na horta medicinal coletiva, café coletivo, entre outros, tornando-se um importante espaço de interação entre as mulheres.

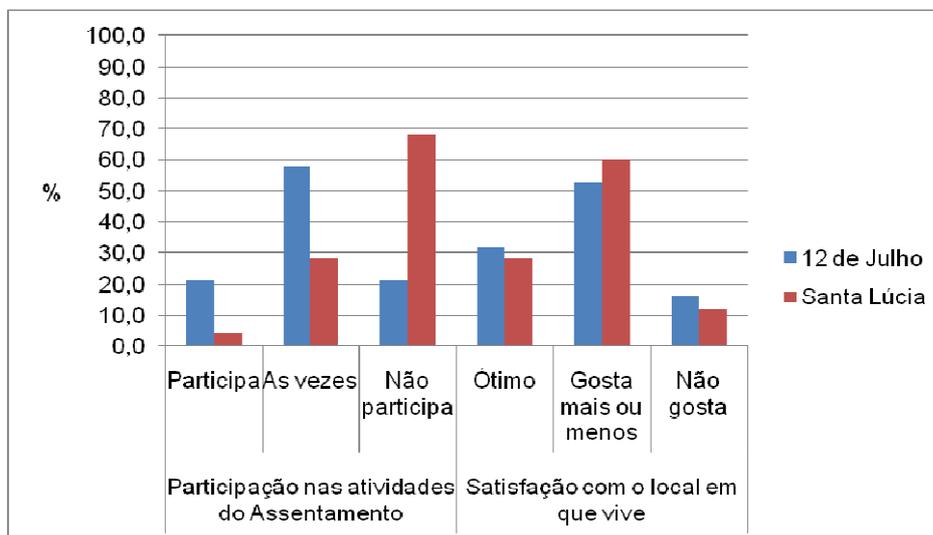


Figura 13 - A opinião das mulheres sobre o assentamento

Fonte: dados da pesquisa, 2009.

Outra questão abordada refere-se a adaptação das mulheres no assentamento, considerado a partir do grau de satisfação com o local onde vive e suas principais razões. Conforme a Fig. 13 percebe-se que a maior parte das mulheres, afirmou gostar mais ou menos do local onde vive, sendo 52,6 % no 12 de julho e 60% no Santa Lúcia, declararam ótimo o local onde vivem 31,6% no 12 de julho e 28% no Santa Lúcia, apenas uma porcentagem minoritária declarou não gostar do local, sendo 15,5% e 12% respectivamente. A proximidade dos dados indica um nível de satisfação semelhante entre os dois casos, considerado intermediário.

Quando questionadas sobre as razões de tal grau de satisfação, as respostas observadas (em anexo) referiram-se predominantemente as condições de acesso a saúde, a localização do assentamento, a relação com os vizinhos, distância dos parentes, acesso e qualidade da água, ocorrência de ventos, entre outros. Dessa forma percebe-se que os fatores ou indicadores utilizados para atribuição do grau de satisfação estão relacionados basicamente as condições de reprodução da família e grau de convivência na localidade, qual sejam ao universo atribuído ao papel da mulher.

Quanto aos principais problemas que atingem as mulheres, observa-se na Fig. 14, que a maior parte indica a questão da saúde sendo 57,89% no 12 de julho e 60% no Santa Lúcia. Para fins deste trabalho, considerou-se separadamente a questão da depressão em relação aos demais problemas de saúde somente para evidenciarmos a freqüência de sua ocorrência.

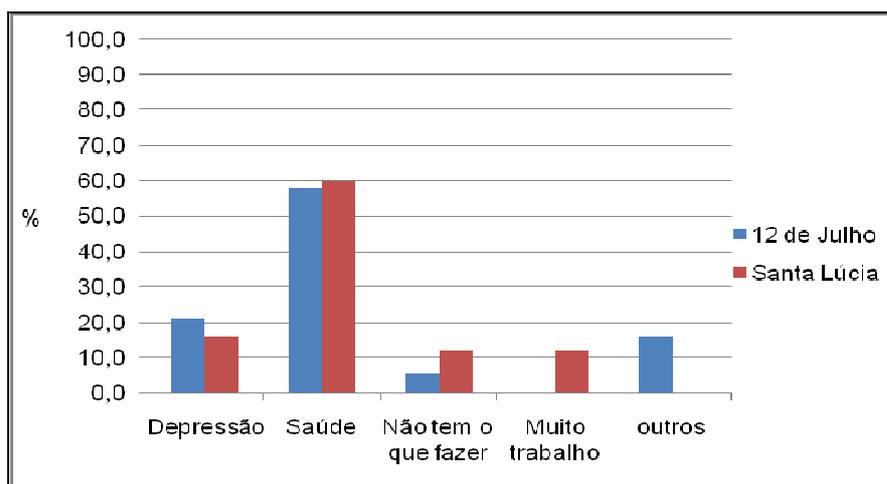


Figura 14 - Principais problemas que atingem as mulheres na opinião delas
Fonte: dados da pesquisa, 2009.

Conclui-se a partir dos temas abordados nesta dimensão, a influência das iniciativas de organização social, assim como da intensidade de convívio social das famílias sobre o desenvolvimento cultural das pessoas. Estas questões, por sua vez, encontram-se diretamente relacionadas ao contexto social no qual se insere o assentamento, motivando ou dificultando o convívio e organização social, razão pela qual podemos perceber a partir do caso do assentamento Santa Lúcia, que o latifúndio está muito para além das cercas físicas que o constituem.

4.3 Renda e reprodução familiar

A análise da dimensão econômica será realizada a partir da caracterização do sistema de produção e reprodução da unidade familiar. Com esta abordagem pretende-se compreender os fluxos de entrada e saída, suas origens, e as estratégias de reprodução (econômica) da vida empreendidas pelas famílias.

O sistema de produção observado nos dois assentamentos, visualizado na Fig. 15, revela uma estratégia de diversificação da produção, sendo 20 culturas ou

criações praticados no 12 de Julho, e 19 no Santa Lúcia. O nível de envolvimento das famílias nas linhas de produção confirma esta estratégia, adotada pela maior parte das famílias nos dois assentamentos. A ligeira diferença observada no envolvimento das famílias nas diversas linhas de produção entre os dois assentamentos permite constatar que o sistema adotado está mais consolidado no assentamento 12 de Julho, já que neste ocorre uma participação percentual superior das famílias em 18 das 21 linhas de produção existentes.

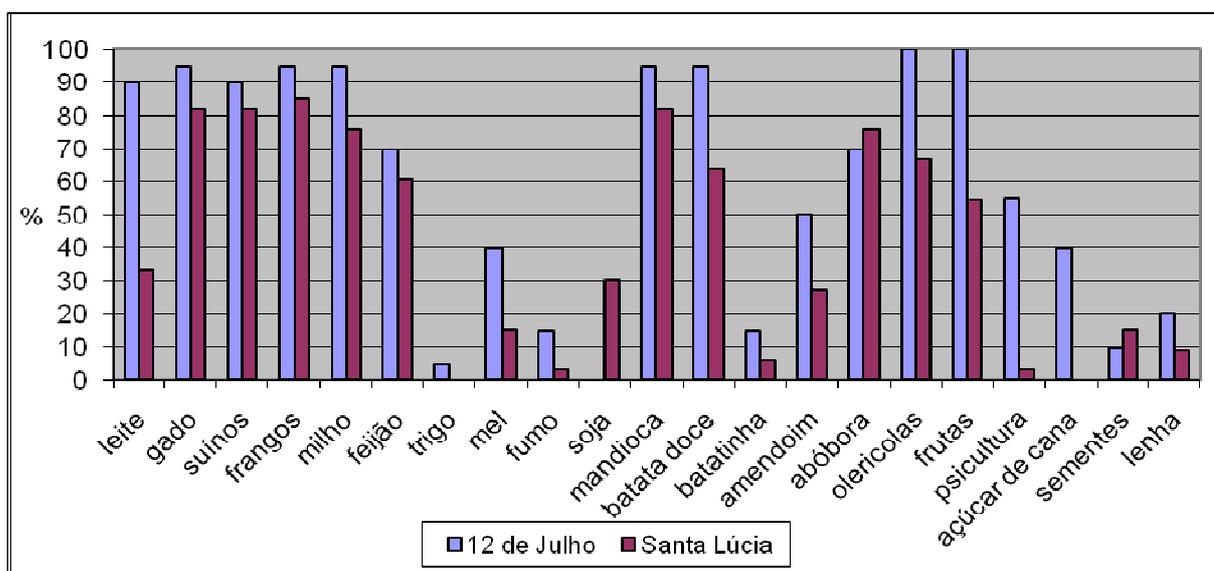


Figura 15 - Famílias envolvidas por linha de produção em percentual

Fonte: dados da pesquisa, 2009.

Conforme a Tab. 10, observa-se que a renda bruta gerada a partir da produção, é de R\$ 16.015,67 em média, por família, por ano, no 12 de julho e R\$ 9.341,16 no Santa Lúcia, respectivamente R\$ 1.334,64 e R\$ 778,43 por mês por família. Constata-se dessa forma uma diferença significativa no valor da renda bruta oriunda da produção entre os dois assentamentos, sendo o 12 de Julho superior em 72% da renda bruta encontrada no Santa Lúcia. Em semelhante estudo Heredia et al.(2002), referindo-se a safra de 1998/1999, encontrou uma renda bruta mensal em média de R\$ 312,42, variando de R\$ 116,74 no estado do Ceará até R\$ 438,72 em Santa Catarina²⁶.

²⁶O estado do Rio Grande do Sul não foi incluído na amostra que compõe este estudo sobre os impactos regionais da reforma agrária no Brasil.

Tabela 20 - Renda bruta (R\$) da produção destinada para consumo e venda, por família, por assentamento

Categoria	12 de Julho			Santa Lúcia		
	Ass./ano	Fam./ano	Fam./mês	Ass./ano	Fam./ano	Fam./mês
consumo	97.168,60	4.858,43	404,87	100.670,22	3.050,61	254,22
venda	223.144,78	11.157,24	929,77	207.588,16	6.290,55	524,21
total	320.313,38	16.015,67	1.334,64	308.258,38	9.341,16	778,43

Fonte: dados da pesquisa, 2009

Outro aspecto a considerar sobre a renda refere-se a produção destinada ao consumo da família, e da propriedade, somados no item consumo apresentado na Tab. 10. Observa-se um expressivo valor produzido e consumido no lote nos dois assentamentos, sendo R\$ 404,87 no 12 de Julho e R\$ 254,22 no Santa Lúcia, o que reflete diretamente no padrão alimentar e qualidade de vida das famílias. Esta orientação da produção para o autosustento adquire uma importância ainda maior já que a transformação do excedente em produto, por dinheiro, é uma tarefa árdua na agricultura familiar, que implica outros custos e desdobramentos. Dessa forma evita-se o desembolso financeiro sem restringir o consumo.

Através da Tab. 11 pode-se identificar a importância das linhas de produção na composição da renda da família. Percebe-se assim que a comercialização está baseada na produção de excedentes em diversas linhas de produção, com exceção das culturas do fumo, soja e florestamento, conduzidas exclusivamente para comercialização. Essa diversidade de possibilidades de produtos para comercialização confere uma certa estabilidade ao sistema produtivo, alternando a disponibilidade de oferta conforme a rentabilidade. Não é o caso das culturas citadas a exceção, já que estas requerem um nível de investimento necessário para manter uma rentabilidade mínima conforme modelo de produção praticado, incompatível com a realidade da agricultura familiar, colocando-a em uma situação de risco ao exigir tal grau de especialização.

No caso do fumo, constatou-se uma situação de desmotivação com os resultados da produção, resultando em declínio do número de produtores nos dois assentamentos, sendo que no 12 de julho, das 9 estufas existentes, apenas 3 encontram-se em atividade, e no Santa Lúcia das 3 estufas existentes apenas um

produtor encontra-se em atividade. O oposto foi verificado em relação a cultura da soja no Santa Lúcia, que encontra-se em expansão quanto ao número de produtores, atualmente 10 famílias, expondo-os à uma condição de especialização e dependência (maquinário, insumos e comercialização).

Tabela 3 - Renda bruta (R\$), em média por família*/ano, por assentamento

Assentamento	12 de Julho			Santa Lúcia		
	consumo	venda	total 1	consumo	venda	total 2
Leite	847,95	3.916,37	4.764,33	366,46	1.743,20	2.109,66
Gado corte	832,50	1.800,00	2.632,50	407,58	1.222,73	1.630,30
Suínos	463,10	22,00	485,10	497,88	52,73	550,61
Aves	384,00	12,00	396,00	305,45	13,09	318,55
Milho	1.185,00	0,00	1.185,00	671,21	309,09	980,30
Feijão	91,00	102,50	193,50	78,79	67,88	146,67
Trigo	4,25	0,00	4,25	0,00	0,00	0,00
Mel	54,00	10,00	64,00	10,00	152,73	162,73
Fumo*	0,00	2.986,75	2.986,75	0,00	123,23	123,23
Soja	0,00	0,00	0,00	0,00	1.294,09	1.294,09
Mandioca	293,25	294,53	587,78	423,45	6,18	429,64
Batata doce	123,68	380,46	504,14	59,32	9,09	68,41
Batatinha	12,00	0,00	12,00	10,91	0,00	10,91
amendoim	78,50	0,00	78,50	34,55	0,00	34,55
Abóbora/moranga	66,70	42,63	109,33	162,93	0,00	162,93
Frutas	277,50	55,50	333,00	22,09	0,00	22,09
Açúcar mascavo	120,00	47,00	167,00	0,00	0,00	0,00
Sementes	25,00	50,00	75,00	0,00	1.012,88	1.012,88
Lenha	0,00	1.437,50	1.437,50	0,00	192,73	192,73
Olericultura	0,00	0,00	0,00	0,00	90,91	90,91
Total/ano	4.858,43	11.157,24	16.015,67	3.050,61	6.290,55	9.341,16

*O valor médio por família foi obtido a partir da produção individual declarada, transformada em R\$ pelo preço médio de venda do produtor na localidade.

Fonte: dados da pesquisa, 2009.

De forma geral, nos dois assentamentos, não há uma monocultura que predomine no sistema. Entretanto a produção leiteira se destaca, sendo responsável pelo maior valor de renda bruta gerada, nos dois assentamentos, sendo no 12 de Julho R\$ 4.764,33 por família /ano e no Santa Lúcia R\$ 2.109,66 por família /ano. Esta importância da produção leiteira na geração de renda dos assentamentos localizados na região sul foi evidenciada ALVES (2006) "A atividade que predomina nos assentamentos é a pecuária leiteira, por melhor se adaptar a região da campanha e também pela geração de renda constante".

Por fim, vale ressaltar a questão da produção de milho e o papel deste no sistema produtivo caracterizado. Nos dois assentamentos observou-se uma dedicação a cultura, sendo 100% da produção destinada ao consumo interno no 12 de Julho e 68,5% da produção para o consumo no Santa Lúcia. O milho pode ser considerado dessa forma a base do sistema produtivo no assentamento, cuja presença define o êxito da produção animal. Pela importância da produção animal na renda gerada, sendo R\$ 8.277,93 por família /ano no 12 de Julho e R\$ 4.609,12 por família / ano no Santa Lúcia, pode-se afirmar a produção de milho como um dos elementos determinantes a manutenção do sistema, e a reprodução da unidade familiar.

Em síntese, a Fig. 16 ilustra a composição da renda média mensal por família originada da produção, evidenciando o contraste entre os dois assentamentos, tanto ao nível do consumo quanto da comercialização, sendo mais elevada a renda no assentamento 12 de Julho. Este resultado pode ser atribuído ao fato do assentamento 12 de Julho estar localizado em um município característico de agricultura familiar, o que confere algumas facilidades como maior disponibilidade de recursos, acesso a infraestrutura produtiva, insumos, máquinas e equipamentos adaptados para a realidade, relacionamento com produtores do entorno, entre outros. Quanto ao assentamento Santa Lúcia, percebe-se uma tentativa de implantação deste mesmo sistema produtivo, mas encontra-se limitado pelas condições objetivas locais, como o exemplo da produção leiteira, onde as próprias famílias assentadas na região fundaram uma cooperativa para viabilizar as rotas de recolhimento da produção, até então inexistentes naquele contexto.

Quando questionados sobre os principais problemas enfrentados para o desenvolvimento da produção, visualizados na Fig. 17, destacam-se na opinião das famílias do assentamento 12 de Julho o preço dos produtos produzidos e o custo de produção, ambos indicados por 85% das famílias entrevistadas. No assentamento Santa Lúcia a dificuldade de comercialização e o preço dos produtos foram indicados por 90,91% das famílias entrevistadas. Nesse sentido, o preço dos produtos aparece como uma dificuldade comum aos dois assentamentos. Destaca-se também a dificuldade de comercialização da produção enfrentada pelo Santa Lúcia, a qual, provavelmente está atribuída a falta de infraestrutura produtiva existente na localidade.

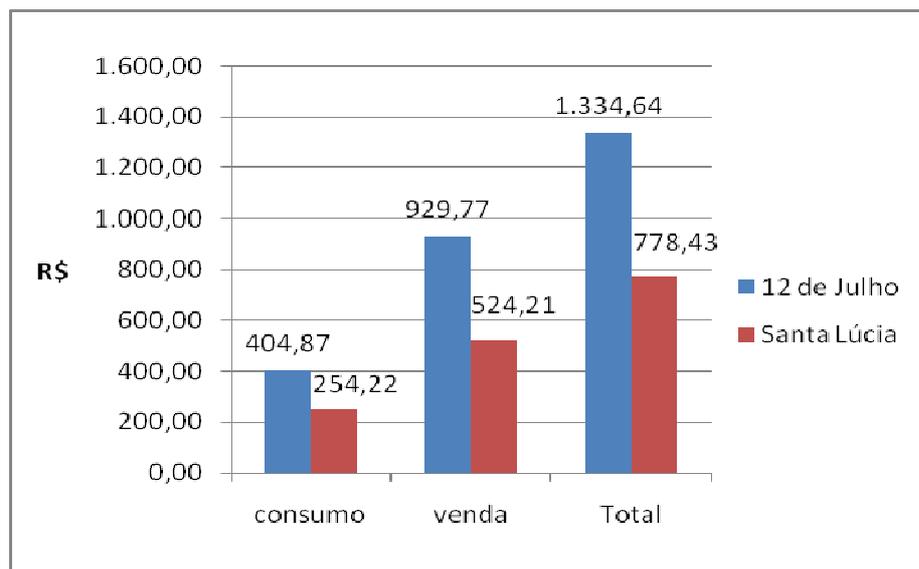


Figura 16 - Renda bruta da produção em média/família/mês

Fonte: dados da pesquisa, 2009.

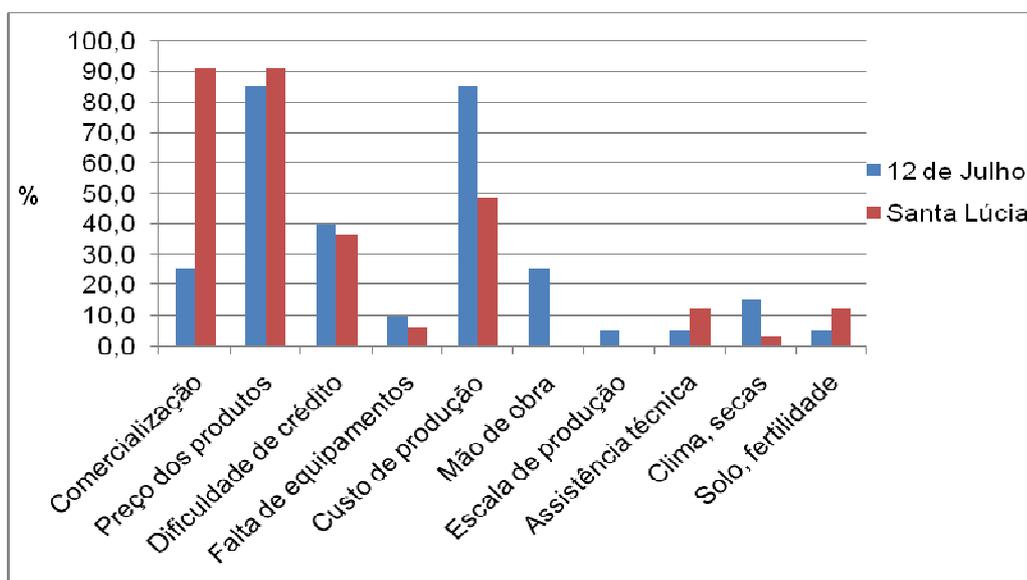


Figura 17 - Principais problemas para o desenvolvimento da produção na opinião das famílias

Fonte: dados da pesquisa, 2009.

Quanto aos custos de produção, não foram considerados os custos relativos a depreciação, assim como os custos de remuneração da força de trabalho. Considerou-se apenas os desembolsos financeiros declarados pelas famílias para a produção. Dessa forma na produção animal foram agrupados os desembolsos para medicamentos, alimentação e pastagens, na lavoura considerou-se os desembolsos para aquisição de insumos, sementes e hora máquina para preparo do solo. Para as

culturas da soja, sementes, eucalipto e fumo foram considerados apenas o valor total de custo declarado pelas famílias. Conforme os dados apresentados na Tab. 12, se consideramos as atividades da lavoura e da produção animal que constituem a base do sistema produtivo encontrado nos dois assentamentos, observamos um desembolso, somando as duas atividades, de R\$ 1.324,98 por ano no 12 de Julho e R\$ 1.211,84 no Santa Lúcia. Sendo este um valor baixo se comparado, por exemplo com a produção de fumo, cujo desembolso encontrado no assentamento 12 de Julho foi de R\$ 23.000,00 para as 3 famílias produtoras existentes no assentamento, o que corresponde em média a R\$ 7.666,66 por ano por família. O desembolso total anual em média por família encontrado no assentamento 12 de Julho foi de R\$ 2.551,58, correspondendo a R\$ 212,63 mensais, no Santa Lucia o valor encontrado foi de R\$ 2.217,34, o que corresponde a R\$ 184,78 mensais por família.

Tabela 12 - Desembolso anual (R\$) por linha de produção, por assentamento, considerando a safra 2008/2009

	12 de Julho			Santa Lúcia		
	Total do assentamento	Media por família	%	Total do assentamento	Media por família	%
Produção animal	14.872,00	743,60	29,1	27.368,00	829,33	37,4
Lavoura	11.627,50	581,38	22,8	12.623,00	382,51	17,3
Soja*	0,00	0,00	0,0	14.602,00	442,48	20,0
Sementes*	0,00	0,00	0,0	15.713,00	476,15	21,5
Fumo*	23.000,00	1.150,00	45,1	2.016,56	61,11	2,8
Eucalipto*	1.532,00	76,60	3,0	850,00	25,76	1,2
Total	51.031,50	2.551,58	100,0	73.172,56	2.217,34	100,0

*considerou-se estes itens separados da lavoura, por tratarem-se de cultivos especializados destinados a comercialização, cujo modelo de produção difere-se da lógica do sistema de produção descrito.

Fonte: dados da pesquisa, 2009

A ocorrência de renda não agrícola foi observada em 75% das famílias entrevistadas no 12 de Julho e 94% das famílias entrevistadas no Santa Lúcia. Quanto a origem destas rendas verificou-se: renda de trabalho como diarista ou mensal, encontrada em 25% das famílias entrevistadas no 12 de Julho e em 39,4% das famílias entrevistadas no Santa Lúcia; renda proveniente de aposentadoria ou pensão encontradas em 25% das famílias no 12 de Julho e em 30% das famílias no

Santa Lúcia; renda proveniente de bolsa família encontrada em 45% das famílias entrevistadas nos dois assentamentos.

Quanto ao valor correspondente as rendas não agrícolas, conforme Tab. 13, observa-se um ingresso de R\$ 247,70 por família, por mês, no 12 de Julho e R\$ 391,85 no Santa Lúcia. A diferença entre os dois assentamentos foi superior para o Santa Lúcia em todas as fontes de renda, sendo a diferença mais expressiva na renda proveniente de aposentadoria e pensão, correspondente a R\$ 139,50 no 12 de Julho e R\$ 236,82 no Santa Lúcia. A importância destas rendas no total da renda gerada é de 15,65% no 12 de Julho e 33,48% no Santa Lúcia. Percebe-se dessa forma que as rendas não agrícolas cumprem na propriedade uma função complementar, e sua ocorrência (com exceção da aposentadoria/pensão e bolsa família) parecem estar associadas às dificuldades encontradas para geração de renda a partir da produção na propriedade.

Tabela 4 - Rendas não agrícolas (R\$) em média/família/mês, por assentamento

	12 de Julho		Santa Lúcia	
	Valor	%	Valor	%
diarista/mensal	70,00	28,3	110,61	28,2
aposentadoria/pensão	139,50	56,3	236,82	60,4
bolsa família	38,20	15,4	44,42	11,3
total mensal	247,70	100,0	391,85	100,0

Fonte: dados da pesquisa, 2009.

Com referência as despesas não agrícolas, necessárias a reprodução da família, observa-se conforme Tab.14, um valor médio de R\$ 363,65 mensais por família no 12 de Julho e R\$ 373,21 no Santa Lúcia. Embora a semelhança encontrada entre o valor total das despesas não agrícolas nos dois assentamentos, destaca-se a diferença no valor do rancho, sendo R\$ 156,50 no 12 de Julho e R\$ 248,18 no Santa Lúcia, a qual está diretamente relacionada ao fato da atividade de autosutento encontrar-se mais consolidada no assentamento 12 de Julho, como visto anteriormente. Essa diferença de valores é compensada pelo desembolso com transporte, superior no 12 de Julho, devido a distância do assentamento a cidade, sendo 60 km no 12 de Julho e 9 km no Santa Lúcia.

Tabela 14 - Despesas não agrícolas (R\$) em média/família/mês por assentamento

	12 de Julho		Santa Lúcia	
	Valor	%	Valor	%
transporte	89,50	24,6	38,33	10,3
saúde	35,85	9,9	40,30	10,8
educação	41,50	11,4	15,76	4,2
rancho	156,50	43,0	248,18	66,5
energia elétrica	40,30	11,1	30,64	8,2
total mensal	363,65	100,0	373,21	100,0

Fonte: dados da pesquisa, 2009.

Quanto ao balanço financeiro na unidade de produção familiar constata-se a partir da Tab. 15, a ocorrência de saldo positivo nos dois assentamentos estudados, sendo no 12 de Julho igual a R\$ 1.006,06 por família por mês e no Santa Lucia R\$ 612,29 mensais por família. Entretanto este saldo não significa moeda líquida, já que parte deste valor gerado encontra-se na forma de produtos que são consumidos internamente no lote, seja pela família, seja pelo sistema produtivo, correspondendo a R\$ 404,87 no 12 de Julho e R\$ 254,22 no Santa Lúcia.

Tabela 5 - Balanço financeiro (R\$) da unidade de produção familiar, por assentamento

	12 de Julho		Santa Lúcia	
	Fam./ano	Fam. /mês	Fam./ano	Fam. /mês
Entradas				
Renda agrícola	16.015,67	1.334,64	9.341,16	778,43
Renda não agrícola	2.972,40	247,70	4.702,20	391,85
Saídas				
Desembolso para produção	2.551,58	212,63	2.217,34	184,78
Despesas não agrícolas	4.363,80	363,65	4.478,52	373,21
Saldo	12.072,69	1.006,06	7.347,50	612,29

Fonte: dados da pesquisa, 2009.

Na discussão a cerca da geração de renda nos assentamentos, Bergamasco (1997) destacou os dados encontrados no levantamento amostral realizado no I Censo da Reforma Agrária (1997), onde identificou-se uma renda de até 2,5 salários mínimos mensais, o que corresponderia atualmente a R\$ 1.275,00. A composição da renda neste estudo inclui renda da produção, salário, aposentadoria, serviços

prestados e outras rendas. Ao final a autora salienta a possível limitação destes dados devido a problemas metodológicos na coleta das informações. Não fica claro neste estudo se este valor de renda citado refere-se à renda bruta ou líquida.

4.4 A questão ambiental e o modelo de agricultura

Dentre os principais problemas ambientais que ocorrem nos assentamentos, observados a partir da Fig. 18, destacam-se no assentamento 12 de Julho o desaparecimento de nascentes indicado por 25% das famílias entrevistadas, seguidos da perda da fertilidade do solo e formação de voçorocas e uso intensivo de agrotóxicos citados em 15,63% das entrevistas. No Santa Lúcia destaca-se a formação de voçorocas com 36,5% das citações, seguido da perda da fertilidade do solo indicada por 27% das famílias entrevistadas e a erosão laminar do solo e queimadas com 14,9% das citações. Dessa forma revela-se no Santa Lúcia a preocupação principal com as condições e características do solo, as quais tem se demonstrado, na percepção das famílias, muito frágeis e suscetíveis a degradação, acentuando-se com as práticas de manejo das culturas. No 12 de Julho, o desaparecimento de nascentes é visivelmente percebido pelas famílias, atribuído nas suas percepções a intensificação da cultura da acácia na localidade e ao manejo intensivo dos solos para cultivos.

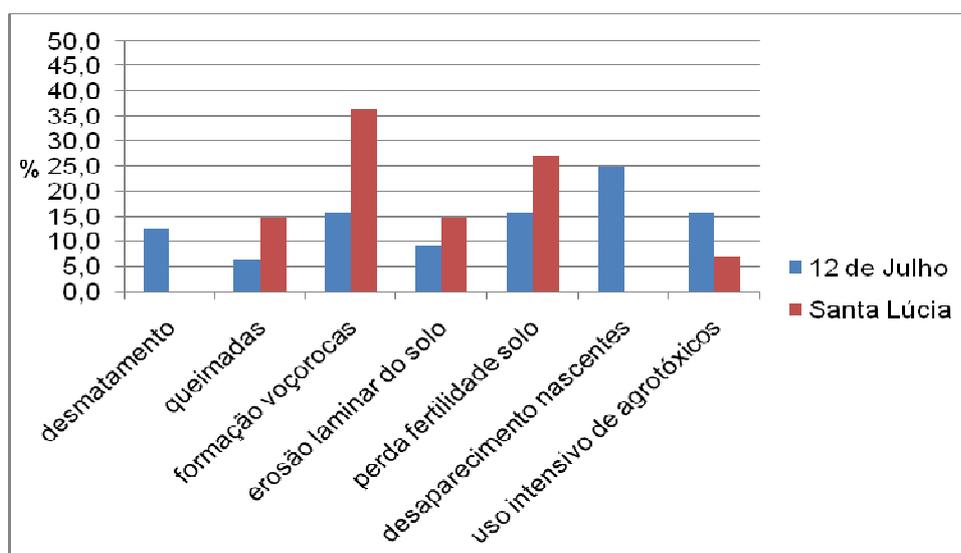


Figura 18 - Principais problemas ambientais existentes nos assentamentos na opinião das famílias
Fonte: dados da pesquisa, 2009.

Quanto as práticas de conservação e preservação ambiental praticadas pelos assentados, visualiza-se na Fig. 19, a baixa adesão em geral, observada nos dois assentamentos. Entretanto destaca-se a utilização de sementes crioulas, principalmente milho, por 77,14% das famílias entrevistadas no assentamento Santa Lúcia. No 12 de julho aparece a prática da agricultura ecológica por 17% das famílias entrevistadas, entretanto esta encontra-se associada a expectativa de comercialização com a Cooperativa Sul Ecológica, restringindo-se a produção de frutíferas e hortaliças.

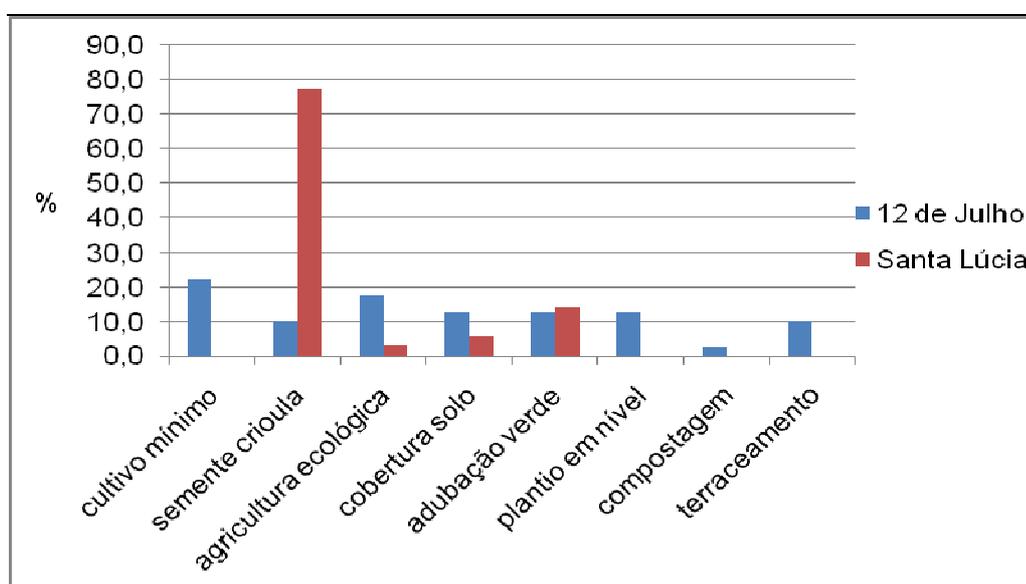


Figura 19 - Práticas de conservação e preservação ambiental realizadas nos assentamentos
Fonte: dados da pesquisa, 2009.

Em relação ao modelo de agricultura praticado, constata-se uma continuidade na adoção de pacotes tecnológicos agroquímicos oriundos do período da revolução verde, descrita no primeiro capítulo, para as culturas do fumo, soja e sementes de hortaliças. Para as outras culturas, adotou-se o termo lavoura, utilizado pelas famílias para referirem-se a área onde são implantados os demais cultivos. A composição dos desembolsos pode ser observada a partir da Fig. 20. Destacam-se a aquisição de adubos químicos no assentamento 12 de julho, representando 46% do total, e o custo de mecanização para implantação das lavouras no Santa Lúcia, representando 40,4% do total dos desembolsos. Embora seja perceptível, nos dois assentamentos, a adesão ao mesmo tipo de insumos e manejos convencionais dos pacotes tecnológicos, esta ocorre em baixa escala, o que pode ser visualizado pelos

valores absolutos demonstrados, respectivamente R\$ 581,38 em média por família no 12 de Julho e R\$ 367,36 no Santa Lúcia. Estes valores referem-se ao desembolso anual para a produção, considerando todo o estabelecimento. Se compararmos por exemplo com a recomendação de cultivo para a cultura do milho em sistema de plantio direto, indicado pela Embrapa, para safra 2007/2008, os desembolsos relativos a um hectare, para expectativa de colheita de 6.000 kg, totalizam R\$ 957,13, entre mecanização, sementes, fertilizantes e agrotóxicos.

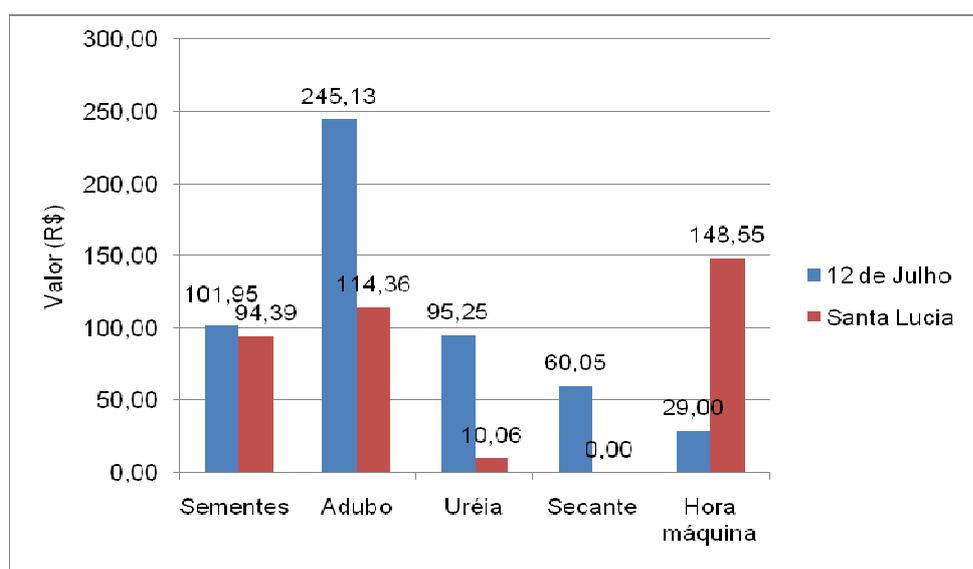


Figura 20 - Desembolso anual para lavoura

Fonte: dados da pesquisa, 2009.

A partir destas reflexões pode-se constatar que o modelo de agricultura difundido pela revolução verde, com base em insumos externos, agroquímicos e mecanização, ainda está presente nos dois assentamentos estudados, revelando uma situação contraditória, onde as famílias identificam este modelo como um dos fatores determinantes à expulsão da terra no passado recente antes de ir acampar, e voltam a reproduzi-lo posteriormente, quando já assentadas. É claro que a dificuldade de superação do modelo também está relacionada as condições objetivas de disponibilidade de insumos, equipamentos adaptados, assistência técnica, entre outros. No entanto, a lógica de pensamento através da qual manifesta-se a consciência parece confirmar o que dizia Marx (1979) “As idéias da classe dominante são em cada época as idéias dominantes”, ou seja, colocamos em prática e até defendemos (por vezes) as idéias do capital como se fossem nossas.

Enfim, ao responderem se consideram que o lote manterá as mesmas condições atuais de produção para a geração de seus filhos, as famílias foram afirmativas, sendo que no 12 de Julho 100% das famílias entrevistadas responderam que sim e no Santa Lúcia 75% das famílias responderam afirmativamente.

4.5 A territorialização dos assentamentos

O território [...] não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há portanto um processo do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder que se traduzem por malhas, redes e centralidades cuja permanência é variável, mas que constituem invariáveis na qualidade de categorias obrigatórias. (RAFFESTIN, 1993, p.7-8)

A dimensão espacial considerada nesta análise é compreendida a partir da abordagem territorial, já que o espaço enquanto materialidade física não expressa o conjunto das relações sociais que estão presentes em dado território, e que em certa medida são por ele determinadas em uma relação dialética, que reconfigura o espaço, e as relações infinitamente.

Dessa forma a implantação dos assentamentos no território é um fenômeno complexo, já que a configuração territorial anterior influencia ativamente no processo que se instalará, assim como o assentamento tornar-se-á um elemento ativo neste território. A heterogeneidade de possibilidades e dimensões resultantes desse processo, o tornam único, ressaltando a importância do enfoque local sobre a análise empreendida.

Para fins deste estudo, limitamos este debate a percepção das famílias, e estas, a duas questões levantadas nas entrevistas, qual sejam, a influência dos assentamentos no município e território, e de outro lado, a influência dos governos municipal, estadual e federal no desenvolvimento do assentamento.

Na resposta a primeira questão, 100% das famílias entrevistadas nos dois assentamentos afirmaram que conseguem perceber a influência do assentamento no desenvolvimento do território e município. Na justificativa a afirmação, as famílias do assentamento 12 de julho relataram a situação local na chegada do assentamento, onde não existia energia elétrica, estrada, escola, transporte escolar, linha de ônibus, igreja, o único ponto comercial (mercado) estava fechado, entre outros. Após a chegada do assentamento “[...] a comunidade se favoreceu” nas palavras de um assentado, pois através do processo de participação política, luta e

mobilizações, descrito pelas famílias, foram implantadas energia elétrica, estradas, duas escolas, de 1º e 2º grau, linha de ônibus, transporte escolar, a igreja e o ponto comercial se fortaleceram surgindo outros estabelecimentos. De forma geral foi citada a contribuição do assentamento com o município através da produção, impostos, convênios e licitações para execução de obras pela prefeitura, entre outros. No assentamento Santa Lúcia as respostas não foram diferentes:

Se não fosse o assentamento não existia aqui água, luz, estrada era só a pé, ia e voltava da vila do mercado, saía às 2 da tarde e chegava aqui às 10, 11 da noite (Dorival Farias, assentamento Santa Lucia).

Destaque também para a participação ativa do assentamento no processo de emancipação do município de Candiota, e posteriormente, pela movimentação na economia do município através da produção comercializada, recursos vindos para o município através de projetos e financiamentos, construção do hospital, entre outros. Sobre a opinião das famílias com relação à contribuição do poder público para o desenvolvimento do assentamento, observa-se a partir da Fig. 21, que os dois assentamentos consideraram entre regular e ruim a participação do poder público nas três esferas, sendo para o 12 de julho, predominantemente regular para os três níveis, e para o Santa Lúcia predominantemente regular a contribuição do poder público municipal e federal, e ruim a contribuição do governo estadual. Evidencia-se dessa forma o descontentamento e frustração das famílias para com o poder público em geral, seja na fase da implantação dos assentamentos (observada pelos relatos das famílias no capítulo anterior) seja com os desdobramentos dessa política, já que foi considerado para a avaliação, o período compreendido desde a implantação do assentamento até os dias de hoje.

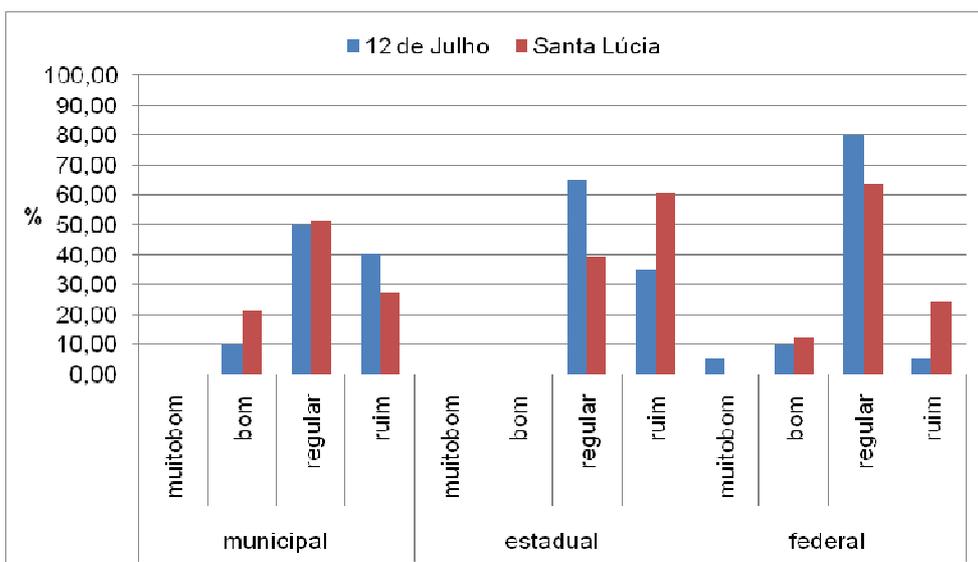


Figura 21 - Contribuição do poder público nas esferas municipal, estadual e federal, sobre o desenvolvimento dos assentamentos, na opinião das famílias

Fonte: dados da pesquisa, 2009.

4.6 A vida da agricultura: testemunhos do sonho

Nesta seção busca-se compreender a percepção das famílias sobre os avanços e retrocessos das condições de vida, ao comparar-se o período antes e depois de serem assentadas. Com esta reflexão, espera-se demonstrar a avaliação da política da implantação de assentamentos, a partir da opinião de quem a vivenciou na prática cotidiana, as famílias assentadas. Para isto, será considerado além das condições básicas de reprodução da vida, o universo composto pelas expectativas, sonhos e frustrações revelados pelas famílias durante a realização das entrevistas.

Quanto aos aspectos que compõe as condições básicas de reprodução da vida, observa-se a partir da Fig. 22, a opinião das famílias ao compararem o período anterior ao acampamento com a situação atual, ou seja, o período posterior ao assentamento. Sobre o acesso ao serviço público de saúde, no assentamento 12 de Julho, 50% das famílias entrevistadas consideraram piores as condições de acesso depois de serem assentadas, enquanto 35% das famílias afirmaram ter melhorado. Já no Santa Lúcia observou-se o contrário, na opinião de 60% das famílias entrevistadas as condições de saúde melhoraram, sendo apenas 21% das famílias que consideraram piores o acesso aos serviços públicos de saúde após o

assentamento. Com referência a educação e a geração de renda, os dois assentamentos avaliaram ter melhorado as condições depois do assentamento, sendo na educação 75% das famílias no 12 de Julho e 88% das famílias no Santa Lúcia que responderam afirmativamente, e quanto a geração de renda, 70% das famílias entrevistadas no 12 de Julho e 57% no Santa Lúcia. Referindo-se as alternativas de lazer e vida em comunidade, a opinião entre os assentamentos foi diversa, sendo no 12 de Julho 50% das famílias entrevistadas afirmaram que melhorou depois do assentamento, entretanto no Santa Lúcia 60% das famílias consideraram que piorou após o assentamento.

Analisando os dados apresentados anteriormente, percebe-se o impacto positivo percebido pelas famílias na questão da educação e geração de renda, após a implantação do assentamento. Quanto ao acesso aos serviços de saúde, a opinião confirma a análise realizada no capítulo anterior, na qual evidenciam-se as dificuldades enfrentadas pelos dois assentamentos nesta questão, agravando-se no caso do 12 de Julho devido a distância do assentamento a sede do município. Sobre as alternativas de lazer e vida em comunidade, o contraste na avaliação entre os dois assentamentos também pode ser compreendido pela análise anterior, já que o 12 de Julho possui uma dinâmica organizativa interna mais intensa favorecida pelo contexto social de minifúndio no qual está inserido, sendo o oposto observado no Santa Lúcia, onde o contexto do latifúndio parece afetar inclusive a dinâmica interna organizativa do assentamento.

Ao responderem a questão: “comparando a situação da agricultura antes de você ir acampar e hoje, como é viver da agricultura hoje?”. A opinião das famílias demonstrada na Fig. 23, foi semelhante nos dois assentamentos. No 12 de Julho 80% das famílias afirmaram ser mais difícil viver da agricultura hoje, opinião confirmada por 89,6% das famílias entrevistadas no Santa Lúcia. Na justificativa a essa afirmação, as opiniões das famílias no 12 de Julho destacaram: o alto custo de produção atual; a necessidade de insumos para a produção como adubos minerais, uréia, entre outros, os quais não eram utilizados anteriormente já que as condições de solo na região norte eram, na opinião das famílias mais fáceis de trabalhar, sendo solo leve, arável, de maior fertilidade; o baixo preço dos produtos; a penosidade do trabalho realizado com tração animal; entre outros. No Santa Lúcia, as justificativas apontaram a dificuldade de comercialização; a infraestrutura produtiva inexistente no

caso dos assentamentos e a falta de apoio dos governos; a inviabilidade da tração animal para preparo do solo no assentamento devido as características do solo e inexistência de alternativas; o alto custo de produção; a falta de recursos e projetos; o baixo preço dos produtos; entre outros.

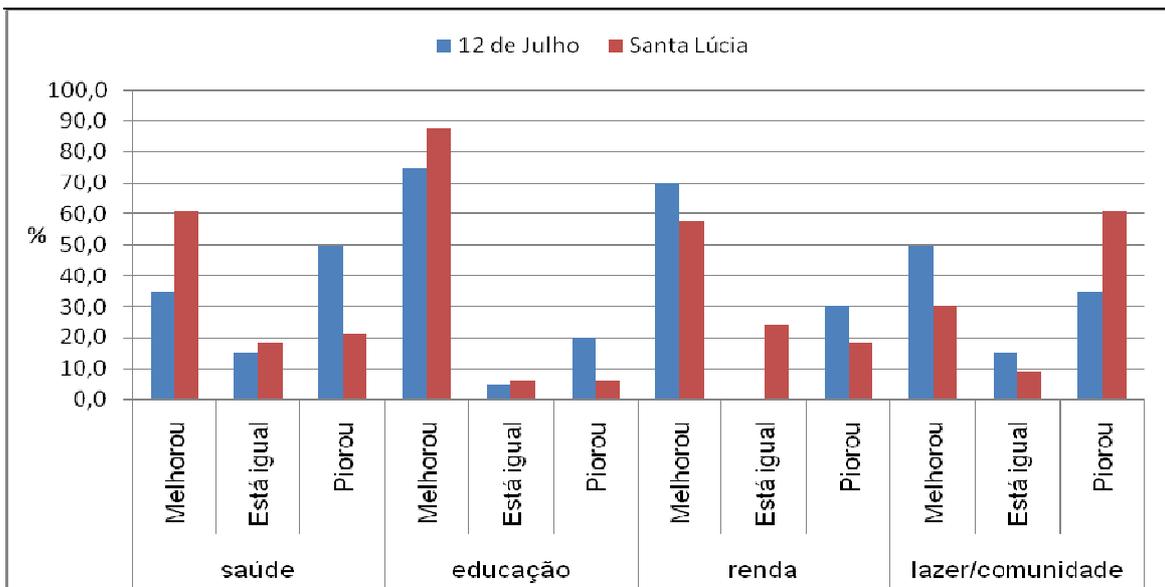


Figura 22 - Comparativo da situação da vida das famílias antes e depois de serem assentadas, quanto às condições básicas de desenvolvimento, na opinião das famílias

Fonte: dados da pesquisa, 2009.

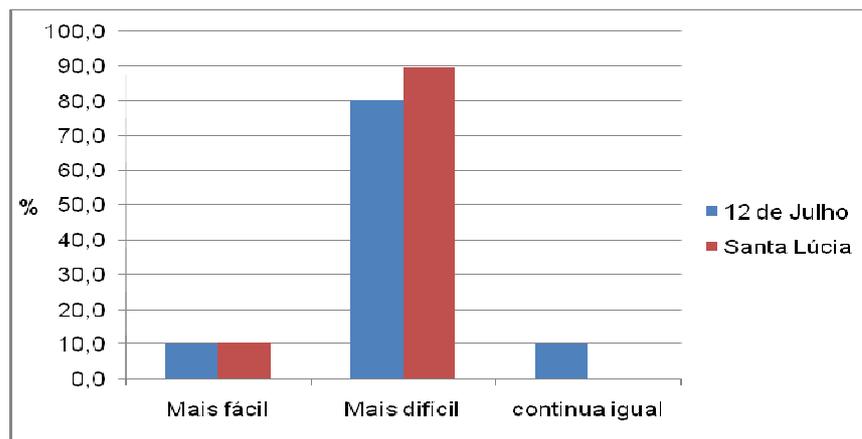


Figura 23 – Opinião das famílias sobre como é viver da agricultura hoje, em relação ao período anterior ao assentamento

Fonte: dados da pesquisa, 2009.

Para compreendermos as aspirações, sonhos e desejos que motivaram as famílias no decorrer desta trajetória, duas questões foram realizadas nas entrevistas,

referindo-se a quais as expectativas das famílias quando foram acampar, e quais as expectativas e sonhos hoje, passados vinte anos de assentamento. Ao responderem a primeira questão, sobre quais as expectativas quando foram acampar, as famílias nos dois assentamentos apontaram predominantemente o desejo de conquistar a terra, para viver da agricultura, construir a família e criar os filhos, ter uma morada ou casa própria, não depender dos outros, conquistar a terra na região de origem (norte do estado), entre outros. Percebe-se nas respostas, a expectativa de melhorar de vida ao conquistar a terra presente na maior parte das falas. Entretanto esse desejo por vezes, reproduz às aspirações dominantes, como nas palavras de um assentado:

O sonho era grande, a gente sonhava em se estrutura diferente, a gente queria ser granjeiro, plantar soja, que todos se tornassem grandes” (Otilino Brandão, assentamento 12 de Julho).

No entanto, outras expectativas, contrastam:

A gente morava em pouca terra, aumentar o tamanho da área, sair fora da planta de soja que era muito explorado. A gente achava que pela reforma agrária ia melhorar de vida, ter uma vida digna, os filhos não passassem o que nós passava (Valdecir Zanchett, assentamento 12 de julho).

Ganhar a terra, construir a casa, organizar a propriedade, um pomar (Ervin Filvoch, assentamento 12 de Julho).

Ter a terra da gente, plantar e viver melhor. (Maria Dalberto, assentamento Santa Lúcia).

Nós queria ganhar a terra pra aumentar a família, num lugar bom, nós queria ficar na Anoni. (Adão Francisco da Rosa, assentamento 12 de Julho).

Na resposta a próxima questão, sobre quais as expectativas e sonhos hoje, passados 20 anos de vida no assentamento, as famílias expressaram diversos desejos, relacionados às atividades desenvolvidas no lote, as condições da moradia, entre outros, conforme pode-se observar nas expectativas que seguem:

Melhorar bastante, reformar a casa, fazer piqueteamento, calcarear a terra, comprar ordenhadeira (Valdir Vaz, assentamento Santa Lúcia).

Fazer uma safra boa e comprar um carro, organizar melhor a propriedade, ver os netos realizados, sonho que o filho assume o lote pois custou muito sacrifício nosso (Ervin Filvoch, assentamento 12 de Julho).

Construir uma área de lazer no lote, ter um mato com fruta nativa, quadra de futebol, aproveitar o rio que passa ao lado do lote (José Dirceu da Silva, assentamento 12 de Julho).

Outras opiniões complementam:

Agora vamos nos estabilizar mais pois os filhos já estão criados, comprar um carro, ver os filhos organizados no próprio caminho (Valdir Juriati, assentamento 12 de Julho) .

Agora a gente tem os pés no chão (*literalmente*), então é viver bem, ter saúde e harmonia (Santo Pereira, assentamento 12 de Julho).

Quanto ao desejo de voltar para a região norte, apenas 6 do total das 53 famílias entrevistadas mencionaram, revelando apesar das dificuldades e estranhamentos decorridos nesta trajetória, uma certa adaptação das famílias assentadas com a vida na agricultura na região sul do estado. Mesmo assim, o sonho permanece voltado para uma realidade, que certamente nem mais existe, como eles próprios parecem demonstrar:

O sonho é ir pra lá, mas vou continua por aqui, gostaria de criar mais bicho e poder plantar (Celito dos Santos, assentamento Santa Lúcia)

Enfim, a última questão realizada nas entrevistas foi relacionada ao que você acha que mudou na sua vida com a experiência da reforma agrária. As respostas falam por si:

Pra mim foi um sonho, eu quase nem conversava, não tinha amizade, hoje eu saio, tenho liberdade e sou feliz, nós paramos de rodar o mundo, eu fiz quatorze mudanças (Ivete Filipini, assentamento 12 de Julho)

Mudou muito, antes se eu plantava um saco de feijão era meio meu e meio do patrão. Hoje eu sei que é meu (Hipólito Moreira, assentamento Santa Lúcia).

Foi totalmente diferente, a gente aprendeu a trabalhar em grupo, a comunidade, a convivência com os outros (Sérgio Scheneider assentamento 12 de julho).

Entender a importância da reforma agrária para além de mim, participamos do acampamento e aprendemos muito a questão política, os direitos, a pressão (Otilino Brandão, assentamento 12 de julho)

Mudou muito porque a gente não se envolvia em nada, só ia de casa pra roça, agora a gente se envolve em tudo e entende a importância disso. (Grecilda Machado, assentamento 12 de Julho)

Lá a gente vivia só trabalhando, agora a gente enxerga o mundo, conhece a vida (Dorival Farias, assentamento Santa Lúcia)

Deu pra ver a força que tem o povo pra lutar pelos seus direitos, não tem porteira, nem fronteira (Adelar Filvoch, assentamento 12 de Julho)

Percebe-se através das falas que a terra conquistada é quase secundária, se comparada com a evolução da consciência social proporcionada pela experiência vivenciada pelas famílias. O impacto desta experiência no desenvolvimento

apresenta-se enfim, em uma dimensão, que não pode ser medida, embora esteja presente em cada fala, em cada entrevista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A política de implantação de assentamentos revelou-se, conforme observado no trabalho, como resultado do processo de luta pela terra, efetuado pelas famílias de agricultores e trabalhadores sem terra, apresentando-se, como uma política social compensatória, cujo objetivo principal é atenuar os conflitos e tensões no campo, sem alterar a concentrada e desigual estrutura fundiária brasileira.

Os relatos apontaram a implantação de assentamentos dispersos e isolados, sem articulação entre as demais políticas governamentais de desenvolvimento, transferindo-se a responsabilidade para as famílias envolvidas, qual seja de organizarem-se depois de assentadas, para conquistar o direito de inclusão às demais políticas.

Acerca da influência do território sobre o desenvolvimento dos assentamentos, pode-se perceber que os dois casos analisados neste estudo, ainda que apresentem semelhanças, diferem-se quantitativamente e qualitativamente nas variáveis analisadas. Embora se identifique a iniciativa comum empreendida pelas famílias nos dois assentamentos de estabelecer um sistema produtivo diversificado, característico da agricultura familiar praticada na região de origem das famílias, esse sistema produtivo apresenta-se mais consolidado no assentamento 12 de Julho, localizado no município de Canguçu, território de minifúndios e forte presença de agricultura familiar. No assentamento Santa Lúcia, localizado no município de Candiota, o contexto do latifúndio atua restringindo as possibilidades e oportunidades de desenvolvimento, resultando em um sistema produtivo menos consolidado e com maior instabilidade. Obviamente outras variáveis territoriais também atuam para esta diferenciação, como as características de solo, clima, entre outros.

Quanto aos impactos sobre a vida e o desenvolvimento das famílias, constatou-se que estes não podem ser atribuídos exclusivamente a política de implantação de assentamentos efetivada, senão ao conjunto do processo vivenciado pelas famílias, desde a luta pela terra, o acampamento, a implantação do assentamento e o cotidiano da vida das famílias posteriormente. Evidencia-se dessa forma que os impactos remetem tanto a materialidade das condições de reprodução da vida, como ao aspecto imaterial relacionado à expansão da consciência, que

ficou explícito neste trabalho. A passagem do “eu” para o “nós”, assim como da condição “passiva” para “ativa” no processo de desenvolvimento da consciência. Esta dimensão revelou-se fundamental no cotidiano do assentamento, qual seja a percepção da consciência de que são os homens e mulheres que fazem a história, mesmo que sob condições materiais historicamente determinadas.

Nessa perspectiva, fica claro que o processo de desenvolvimento requer uma mudança de atitude por parte das pessoas, de assumir responsabilidades, superar a passividade e o senso comum. Esta abordagem está no centro da arguição realizada por Sen, referida no primeiro capítulo, assim como na visão de desenvolvimento atualmente difundida entre os órgãos e programas de governo no Brasil e em outros países. Entretanto não se pode esperar que essa mudança de comportamento não implique em questionamento para além das condições mínimas de desenvolvimento previstas por estes programas e políticas públicas. A expansão das liberdades substantivas, sugerida por Sen não pode ocorrer senão houver questionamento das relações de poder que atravessam as sociedades capitalistas atuais. O comportamento das famílias sem terra, seja na luta pela terra, seja na luta pelo desenvolvimento dos assentamentos confirma este fato. Este comportamento confere aos assentamentos uma condição diferencial em relação à agricultura familiar em geral. Enfim, o desenvolvimento nesta perspectiva, implica em um processo de transformação social, contrariando o contexto originário do termo.

Quanto às dimensões constitutivas do desenvolvimento, propostas por Sachs, consideradas para análise, pode-se observar a partir da opinião das famílias, assim como através dos dados levantados, uma melhoria em praticamente todos os aspectos analisados sugerindo um impacto positivo nas diferentes dimensões consideradas, embora algumas dificuldades persistam. A questão econômica, usualmente adotada para avaliação da eficácia, se destaca, pois o valor da renda bruta observada é superior a dois salários mínimos mensais nos dois assentamentos estudados. Entretanto o estudo possibilitou a ampliação da visão de desenvolvimento para as outras dimensões relacionadas à qualidade de vida, sendo este fato observado pelas próprias famílias nas entrevistas.

Procurou-se neste trabalho analisar os impactos da implantação dos assentamentos na vida e desenvolvimento das famílias assentadas. Pretendia-se dessa forma superar as correntes avaliações das políticas públicas realizadas

usualmente através dos números de sua execução. Verificar a alteração causada no resultado final a que se propôs e principalmente a partir da opinião de quem a vivenciou, este foi o enfoque adotado no trabalho. Dessa forma constatamos que embora não provoque alterações profundas na estrutura fundiária, a política de implantação de assentamentos certamente altera a vida das famílias envolvidas, proporcionando melhoria na qualidade de vida, uma nova possibilidade. Claro está que o êxito desta política depende de uma série de fatores, principalmente da articulação com outras políticas de desenvolvimento, além de outra atitude da parte das esferas de poder público envolvidas. Desenvolvimento se faz com gente, embora essa visão ainda represente uma ameaça à tradicional cultura do território da região sul do estado, sinônimo do latifúndio.

Embora haja um esforço de superação por parte das famílias assentadas, a política de implantação de assentamentos apresenta-se limitada, desta forma, pela sua própria delimitação, a de política social “compensatória”. A superação objetiva desta condição depende de que a reforma agrária seja considerada, como uma política de desenvolvimento estrutural, de reconfiguração do meio rural, um redesenho da vida e da terra no Brasil.

Encerra-se este estudo apresentando novos desafios, que emergiram a partir do trabalho realizado, e que demandam outras reflexões e aprofundamentos como a questão da sucessão dos lotes frente ao êxodo dos jovens, a necessidade de superação do modelo agrícola dominante, as precárias condições de acesso a saúde disponibilizadas as famílias, o difícil diálogo entre os representantes do poder público e as famílias, entre outros. Ao final, com a palavra as famílias assentadas:

Nós do movimento sempre vamo mais além, às vezes a gente reclama das coisas mas a gente sempre tenta busca, tenta se organizar, melhora, a questão da sociedade mesmo né. Nós temos sempre que busca alguma coisa para que se mude, pra não continuar do jeito que tá, então por isso que a gente se organiza e vai pras luta e a gente é criticado mesmo assim. Mas é que alguma coisa o MST tá fazendo, aonde estaria aquelas pessoa excluída da sociedade como nós por exemplo. Se nós não tinha terra, não temo estudo, não tinha emprego, aonde é que nós ia? Nós tivemos que se organiza e busca nossos direito né. Não é aquilo que a gente sempre sonhou, não é aquilo que a gente sonha, tá faltando muita coisa, mas a gente tá lutando e buscando melhorar, pra criá os nossos filhos mesmo (Lurdes Zanchet, assentada no 12 de Julho).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.W.B. Redescobrimo a família rural. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.1, n.1, p.66-83, jun. 1986.

ALVES, F.D. **Os impactos da territorialização dos assentamentos rurais em Candiota-RS**. 2006. 137f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUL – AZONASUL. Disponível em: <http://www.azonasul.org.br/Informacoes/1> Acesso em 10 de abril de 2010.

BERGAMASCO, S.M. **Dossiê questão agrária: A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2008. 15p.

BONAMIGO, C.A. **Pra mim foi uma escola...** O princípio educativo do trabalho cooperativo. Passo Fundo: UPF, 2002. 182p.

BRANCO, M.T.C. **Jovens Sem-Terra: identidades em movimento**. Curitiba: Editora da UFPR, 2003. 176 p.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística, IBGE. Censo agropecuário 2006. SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática). Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em 10 de fevereiro de 2010.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Produto interno bruto dos municípios 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> . Acesso em 10 de fevereiro de 2010.

CUNHA, N.G. et al. **Estudo dos solos do município de Candiota**. Pelotas: EMBRAPA-CPACT, Ed. UFPEL, 1998. 73p. (Documentos CPACT. Circular Técnica 11)

CUNHA, N.G. et al. **Estudo dos solos do município de Canguçu**. Pelotas: EMBRAPA-CPACT, Ed. UFPEL, 1997. 78p. (Documentos CPACT nº31/97)

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMATER/RS). **Diagnóstico do assentamento de reforma agrária PA 12 de Julho-RS**. Canguçu: EMATER, 2009. 15p.

EMYGDIO, B.M.; PORTO, M.P; THEISEN, G. (org). **Indicações técnicas para o cultivo de milho e de sorgo no Rio Grande do Sul**. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2008. 169p.

FERNANDES, B.M. Agronegócio e Reforma Agrária. In: **O mito do Agronegócio e a agricultura camponesa**. 2ª ed. Brasília: Câmara dos deputados, 2005. 46p.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE/RS. Centro de informações estatísticas, Núcleo de produtos estatísticos. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_populacao.php>. Acesso em 09 de fevereiro de 2010.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009. 234p.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991. 206p.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista – UNESP, Presidente Prudente.

GORENDER, J. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. 62p.

GUIMARÃES, A.P. **Quatro séculos de latifúndio**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAGEN, E. **On the theory of social change**. Homewood: Dorsey Press, 1962.

HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R.; LEITE, S.P.; Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. In: **Estudos, Sociedade e Agricultura**, n.18, p.73-111, abril. 2002.

INCRA. O desenvolvimento do território e das famílias incorporadas ao Programa nacional de reforma agrária. Conjuntura atual e perspectivas: cenário regional. Porto Alegre, 2010. 26p. (mimeo)

INCRA. Plano de Desenvolvimento Regional: Programa de Consolidação e Emancipação (auto-suficiência) de Assentamentos resultantes da Reforma Agrária. Diagnóstico e método de pesquisa. PAC – Regional. Candiota, 2006. 199p.(mimeo)

KAY, C. Los paradigmas del desarrollo rural em América Latina. In: **El mundo rural en la era de la globalización: incertidumbres y potencialidades. X Coloquio de Geografía Rural de España de la Asociación de Geógrafos Españoles**. ISBN 84-8409-122-8, 2001. p.337-430.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007. 260p.

LENIN, V. **O programa agrário da social-democracia na primeira revolução russa de 1905-1907**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1954. 283p.

MARTINS, J.S. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1984. 134p.

MARTINS, J.S. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STEDILE, J.P.(org.). **A Reforma Agrária e a luta do MST**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997. p.11-76.

MARTINS, J.S. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975. 161p.

MARTINS, S.R. Desenvolvimento sustentável: desenvolvendo a sustentabilidade. Texto base para os núcleos de educação ambiental da Agenda XXI : Formação de coordenadores e multiplicadores socioambientais. Pelotas, 2004. 9p.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1983. 351p.

MEDEIROS, L.S. Impactos históricos do uso e da propriedade da terra no Brasil. In: STEDILE, J.P. (org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997. p.77-93.

OLIVEIRA, A.U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labor Edições, 2007. 184p.

OLIVEIRA, A.U. O governo Lula dá adeus à reforma agrária. In: Correio da cidadania, 2008. Disponível em: <<http://www.correiodacidade.com.br/content/view/2729/>> Acesso em 9 abril de 2010.

OLIVEIRA, V.L. Liberdade e poder em Amartya Sen: uma leitura crítica. In: **Desenvolvimento em questão**, Ijuí, v.5, n.9, p.9-31, jan./jun. 2007.

PORTILHO, F. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005. 255p.

PORTO-GONÇALVES, C.V. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 461p.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMALHO, C.B. **Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema – região do pontal do Paranapanema /SP**. 2002. 144f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista-UNESP, Presidente Prudente.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 435p.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 151p.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel, 1993. 103p.

SAMPAIO, P.A. Dossiê - reforma agrária, possibilidades e desafios; Da alienação a cidadania. In: **Teoria e Debate**. n.55, set./nov. 2003

SAUER, S. A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro. **Nera**, ano 10, n.11, julh./dez. 2007.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL/MDA. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável: território da cidadania zona sul do estado do Rio Grande do Sul**. Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2009. 68p.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409p.

SOUZA, I.C.; MEDEIROS, L.S. **Impactos econômicos, políticos e sociais: do que queremos falar**. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, mimeo, 1997.

STEDILE, J.P. (org.). **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional 1500-1960**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2005. 304p.

STEDILE, J.P. A luta pela reforma agrária e o MST. In: STEDILE, J.P. (org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997. p.95-110

STEDILE, J.P. Dossiê - reforma agrária, possibilidades e desafios; Por uma reforma agrária de novo tipo no meio rural brasileiro. In: **Teoria e Debate**, n. 55, set./nov. 2003.

STEDILE, J.P.; FERNANDES, B.M. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. 166p.

STEINBECK, J. **As vinhas da ira**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008. 585p.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Ed.Bookman, 2005. 212p.

APÊNDICE I - Questionário utilizado no trabalho de campo

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
 PPG – SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR
 QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO PARA DISSERTAÇÃO MESTRADO
 ORIENTADOR: PROF. HÉLVIO DEBLI CASALINHO
 ENTREVISTADORA: PATRÍCIA MARTINS DA SILVA

1. INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome entrevistado:
Assentamento:
Município:
Telefone:

2. ASPECTOS SOCIAIS:

2.1 Educação:

NOME COMPONENTES FAMÍLIA	IDADE	PARENTESCO	ESCOLARIDADE /SÉRIE

2.1.2 Condições de acesso a escola:

Distância escola -km	1º grau ()	2º grau ()	3º grau ()
Transporte escolar- S/N	1º grau ()	2º grau ()	3º grau ()
Quais os principais problemas do transporte escolar: Qual tempo gasto de casa até escola?			
Grau de satisfação da escola freqüentada pelos filhos: ()ótimo () bom () regular () ruim			
O conteúdo da escola está relacionado com a atividade da agricultura: () muito () mais ou menos () pouco () nada			
Em caso de desistência da escola pelos filhos, em que série? Porquê?			

<p>Na sua visão quais os três principais problemas do acesso a educação para o assentamento?</p> <p>() distância da escola () custo financeiro () mão de obra propriedade</p> <p>() falta motivação jovem () falta transporte público () dificuldade vagas/univers.</p> <p>() outros:</p>
--

2.2 Saúde:

2.2.1 Condições de acesso no interior:	
Posto saúde: () Sim () Não	Distância casa até o posto:km
Condições do posto de saúde: () Muito bom () bom () regular () ruim	
Unidade móvel: () Sim () Não	Qual frequência?.....dias
Qualidade do serviço da unidade móvel: () Muito bom () bom () regular () ruim	
2.2.2 Condições de acesso no município:	
Distância até a cidade: km:	
Qualidade do atendimento pronto socorro: () Muito bom () bom () regular () ruim	
Consultas especialistas e exames: Qualidade serviço: () MB() bom () regular () ruim	
Tempo de espera: () na hora/dia () no mês () mais um mês.	
2.2.3 Na sua opinião quais os 3 principais problemas do serviço de saúde:	
() dificuldade acesso quando precisa () custo do deslocamento () mal atendimento	
() acesso a especialistas () dificuldade de acesso a medicamentos	
() outros:.....	

2.3 Infraestrutura básica:

-Estradas:
Estado de conservação das estradas de acesso ao assentamento. () boa () regular () ruim
Qual frequência de reparação das estradas: () menos 1 mês () entre 1 e 2 meses () entre 2 a 4 meses () 1 vez a cada 6 meses () mais de 6 meses
Estrada de acesso a moradia: () Sim () Não. Há quanto tempo foi feita?
-Ônibus:
Qual a frequência de ônibus para cidade?
Qual a distância casa até o ponto de ônibus?.....km Até a cidade?.....km
-Condições moradia: () Muito boa () boa () regular () ruim
-Energia elétrica: () Sim () Não. Há quanto tempo:
-Água encanada: () Sim () Não. Há quanto tempo:.....
-Equipamentos utilitários: () TV () parabólica () Telefone fixo () celular () Computador
-Veículos mais utilizados: () moto () carro () carroça () cavalo () ônibus

3. ASPECTOS CULTURAIS:

Como se organiza o assentamento:			
Associação ()	Comunidade ()	Coordenação política ()	Igreja ()
Cooperativa ()	() outros :.....		
Quais alternativas de lazer existem na localidade:			
Grau de satisfação com lazer: ()ótimo ()bom ()insuficiente			

3.1 Questões para os jovens:

Quais alternativas de lazer há para os jovens nos fins de semana?
Grau de satisfação dos jovens com lazer: ()ótimo ()bom ()insuficiente
Há evasão dos jovens na família: ()Sim ()Não
Qual motivo? ()estudar fora ()trabalhar cidade ()casamento ()acampar () outros:.....

3.2 Questões para a mulher:

Como é a participação das mulheres nas reuniões e atividades do assent./comunidade? ()participa sempre ()as vezes ()não participa
Há reuniões ou atividades específicas para as mulheres: ()Sim ()Não Que tipo:.....
Satisfação da mulher com o local onde vive – assentamento? ()ótimo ()gosta mais ou menos () não gosta. Por que?
Quais principais problemas que atingem as mulheres no assentamento? ()depressão ()saúde ()não tem o que fazer ()excesso de trabalho ()outro:.....

4. ASPECTOS ECONÔMICOS:

4.1 Composição da renda:

Quais as principais atividades da agricultura que compõe a sua renda?					
Produto	unidade	Quantidade produzida	Quantidade comercializada	Valor unitário	Valor total
Leite	Litros				
Gado corte	Kg/PV				
Vendas plantel	Cab.				
Suínos	Kg/PV				
Aves	Unidade				

Milho	SC				
Feijão	SC				
Trigo	SC				
Mel	Kg				
Fumo	Arroba				
Arroz	SC				
Mandioca	Kg				
Batata doce	Kg				
Batatinha	Kg				
Amendoim	Kg				
Abobóra/moranga	Kg				
Outras hortaliças	Kg/un				
Sementes	Kg				
Frutas	Kg				
Peixes	Kg/pv				
TOTAL					

Custo intermediário de produção	Insumos adquiridos		Pagamento Serviços	
	Quais insumos	Valor gasto	Quais serviços	Valor gasto
Leite				
Gado corte				
Vendas plantel				
Suínos				
Aves				
Milho				
Feijão				
Trigo				
Mel				
Fumo				
Arroz				
Mandioca				
Batata doce				
Batatinha				
Amendoim				
Abobóra/moranga				
Outras hortaliças				
Sementes				
Frutas				
Peixes				
Total				

Rendas não agrícolas	Valor mensal	Valor anual total
Prestação serviços máquinas		
Diarista /mensal		
Aposentadoria /pensão		
Bolsa família, etc..		
Total		

Despesas não agrícolas	Valor mensal	Valor Anual Total
Transporte		
Saúde		
Educação		
Rancho (consumo)		
Energia elétrica		
Total		

4.2 Questões gerais:

<p>Na sua opinião quais os 3 principais problemas para o desenvolvimento da produção?</p> <p>() comercialização () preço do produto () dificuldade crédito</p> <p>() falta de equipamentos/implementos () alto custo de produção () mão de obra</p> <p>() escala de produção () assistência técnica</p> <p>() outros:.....</p> <p>Comparando a situação da agricultura antes de você ir acampar e hoje. Como é viver da agricultura hoje? () mais fácil () mais difícil.</p> <p>O que mudou?.....</p>
--

4.3 Papel do crédito na produção:

Você acessa crédito todos os anos? () Sim () Não
O crédito é fundamental para sua atividade agrícola: () Sim () Não
Quais as 3 principais dificuldades em relação ao crédito:
() dificuldade de acesso/burocracia () volume de recursos () condições de pagamento
() época de liberação () modelo de agricultura financiado -enquadramento
Você sabe qual o valor total da dívida? () Sim () Não. Qual?.....

5. ASPECTOS AMBIENTAIS:

<p>Quais os principais problemas ambientais que ocorrem no assentamento?</p> <p>() desmatamento () queimada () assoreamento dos córregos e riachos</p> <p>() formação de voçorocas () erosão laminar do solo () perda da fertilidade do solo</p> <p>() desaparecimento de nascentes () uso intensivo de herbicidas e inseticidas</p>
--

Quais práticas de conservação e preservação ambiental utilizadas? <input type="checkbox"/> proteção de córregos e riachos <input type="checkbox"/> cultivo mínimo <input type="checkbox"/> uso de sementes crioulas <input type="checkbox"/> agricultura ecológica <input type="checkbox"/> cobertura solo <input type="checkbox"/> adubação verde <input type="checkbox"/> plantio em nível <input type="checkbox"/> compostagem <input type="checkbox"/> terraceamento)outros:.....
Como você vê a relação (do modelo de produção) da agricultura atual com o meio ambiente?
Você considera que o seu lote manterá as condições de produção atuais para geração dos seus filhos? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

6. HISTÓRICO COMPARATIVO E PERSPECTIVAS:

6.1 Comparando os seguintes itens como você avalia a situação hoje no assentamento em relação a como era a vida da sua família antes de ser assentada.

Ítems	Melhorou	Está igual	Piorou
Saúde			
Educação			
Renda familiar			
Lazer e comunidade			

6.2 Desenvolvimento:

O que você entende por desenvolvimento?
Na sua visão o que é preciso para viver bem no campo?
Você consegue perceber que o assentamento contribuiu para o desenvolvimento do município? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Como? Por quê?

6.3 Como você vê a contribuição do poder público no desenvolvimento do assentamento:

	Muito Bom	Bom	Regular	Ruim
Municipal				
Estadual				
Federal				

6.3 Expectativas e sonhos:

Quais as expectativas de vocês quando foram acampar?
Quais são as suas expectativas, sonhos, hoje?
O que você acha que mudou na sua vida com a experiência da reforma agrária?

APENDICE II

Tabelas de caracterização dos sistemas produtivos dos assentamentos

Tabela – Caracterização do sistema produtivo do Assentamento 12 de Julho: produção e renda bruta

Produto	Categoria	Quantidade			Valor R\$			%
		consumo	venda	total 1	consumo	venda	Total 2	
Leite	Ass./ano	34.610,40	159.852,00	194.462,40	16.959,10	78.327,48	95.286,58	29,75
	fam./ano	1.730,52	7.992,60	9.723,12	847,95	3.916,37	4.764,33	
	fam./mês	144,21	666,05	810,26	70,66	326,36	397,03	
Gado corte	Ass./ano	32,00	64,00	96,00	16.650,00	36.000,00	52.650,00	16,44
	fam./ano	1,60	3,20	4,80	832,50	1.800,00	2.632,50	
	fam./mês	0,13	0,27	0,40	69,38	150,00	219,38	
Suínos	Ass./ano	4.210,00	200,00	4.410,00	9.262,00	440,00	9.702,00	3,03
	fam./ano	210,50	10,00	220,50	463,10	22,00	485,10	
	fam./mês	17,54	0,83	18,38	38,59	1,83	40,43	
Aves	Ass./ano	768,00	24,00	792,00	7.680,00	240,00	7.920,00	2,47
	fam./ano	38,40	1,20	39,60	384,00	12,00	396,00	
	fam./mês	3,20	0,10	3,30	32,00	1,00	33,00	
Milho	Ass./ano	1.580,00	0,00	1.580,00	23.700,00	0,00	23.700,00	7,40
	fam./ano	79,00	0,00	79,00	1.185,00	0,00	1.185,00	
	fam./mês	6,58	0,00	6,58	98,75	0,00	98,75	
Feijão	Ass./ano	22,50	24,00	46,50	1.820,00	2.050,00	3.870,00	1,21
	fam./ano	1,13	1,20	2,33	91,00	102,50	193,50	
	fam./mês	0,09	0,10	0,19	7,58	8,54	16,13	
Trigo	Ass./ano	5,00	0,00	5,00	85,00	0,00	85,00	0,03
	fam./ano	0,25	0,00	0,25	4,25	0,00	4,25	
	fam./mês	0,02	0,00	0,02	0,35	0,00	0,35	
Mel	Ass./ano	270,00	50,00	320,00	1.080,00	200,00	1.280,00	0,40
	fam./ano	13,50	2,50	16,00	54,00	10,00	64,00	
	fam./mês	1,13	0,21	1,33	4,50	0,83	5,33	
Fumo	Ass./ano	0,00	11.200,00	11.200,00	0,00	59.735,00	59.735,00	18,65
	fam./ano	0,00	560,00	560,00	0,00	2.986,75	2.986,75	
	fam./mês	0,00	46,67	46,67	0,00	248,90	248,90	
Mandioca	Ass./ano	11.500,00	11.550,00	23.050,00	5.865,00	5.890,50	11.755,50	3,67
	fam./ano	575,00	577,50	1.152,50	293,25	294,53	587,78	
	fam./mês	47,92	48,13	96,04	24,44	24,54	48,98	
Batata doce	Ass./ano	4.850,00	14.920,00	19.770,00	2.473,50	7.609,20	10.082,70	3,15
	fam./ano	242,50	746,00	988,50	123,68	380,46	504,14	
	fam./mês	20,21	62,17	82,38	10,31	31,71	42,01	
Batatinha	Ass./ano	240,00	0,00	240,00	240,00	0,00	240,00	0,07
	fam./ano	12,00	0,00	12,00	12,00	0,00	12,00	
	fam./mês	1,00	0,00	1,00	1,00	0,00	1,00	

Amen- doim	Ass./ano	785,00	0,00	785,00	1.570,00	0,00	1.570,00	0,49
	fam./ano	39,25	0,00	39,25	78,50	0,00	78,50	
	fam./mês	3,27	0,00	3,27	6,54	0,00	6,54	
Abóbora/ moranga	Ass./ano	2.300,00	1.470,00	3.770,00	1.334,00	852,60	2.186,60	0,68
	fam./ano	115,00	73,50	188,50	66,70	42,63	109,33	
	fam./mês	9,58	6,13	15,71	5,56	3,55	9,11	
Frutas	Ass./ano	12.200,00	2.200,00	14.400,00	5.550,00	1.110,00	6.660,00	2,08
	fam./ano	610,00	110,00	720,00	277,50	55,50	333,00	
	fam./mês	50,83	9,17	60,00	23,13	4,63	27,75	
Açúcar mascavo	Ass./ano	625,00	310,00	935,00	2.400,00	940,00	3.340,00	1,04
	fam./ano	31,25	15,50	46,75	120,00	47,00	167,00	
	fam./mês	2,60	1,29	3,90	10,00	3,92	13,92	
Semen- tes	ass./ano	250,00	500,00	750,00	500,00	1.000,00	1.500,00	0,47
	fam./ano	12,50	25,00	37,50	25,00	50,00	75,00	
	fam./mês	1,04	2,08	3,13	2,08	4,17	6,25	
Lenha	Ass./ano	0,00	1.070,00	1.070,00	0,00	28.750,00	28.750,00	8,98
	fam./ano	0,00	53,50	53,50	0,00	1.437,50	1.437,50	
	fam./mês	0,00	4,46	4,46	0,00	119,79	119,79	
SOMA	Ass./ano				97.168,60	223.144,78	320.313,38	100,0
%					30,34	69,66	100,00	
SOMA	fam./ano				4.858,43	11.157,24	16.015,67	
SOMA	fam./mês				404,87	929,77	1.334,64	

Fonte: dados da pesquisa, 2009.

Tabela – Caracterização do sistema produtivo do Assentamento Santa Lúcia: produção e renda bruta

Produto	Categoria	Quantidade			Valor R\$			%
		consumo	venda	total 1	consumo	venda	total 2	
Leite (kg)	Ass./ano	20.064,00	94.320,00	114.384,00	12.093,12	57.525,60	69.618,72	22,81
	Fam./ano	608,00	2.858,18	3.466,18	366,46	1.743,20	2.109,66	
	Fam./mês	50,67	238,18	288,85	30,54	145,27	175,80	
Gado Corte (cab)	Ass./ano	25,00	71,00	96,00	13.450,00	40.350,00	53.800,00	17,62
	Fam./ano	0,76	2,15	2,91	407,58	1.222,73	1.630,30	
	Fam./mês	0,06	0,18	0,24	33,96	101,89	135,86	
Suínos (kg)	Ass./ano	7.400,00	750,00	8.150,00	16.430,00	1.740,00	18.170,00	5,95
	Fam./ano	224,24	22,73	246,97	497,88	52,73	550,61	
	Fam./mês	18,69	1,89	20,58	41,49	4,39	45,88	
Aves (un)	Ass./ano	840,00	36,00	876,00	10.080,00	432,00	10.512,00	3,44
	Fam./ano	25,45	1,09	26,55	305,45	13,09	318,55	
	Fam./mês	2,12	0,09	2,21	25,45	1,09	26,55	
Milho (sc)	Ass./ano	1.100,00	500,00	1.600,00	22.150,00	10.200,00	32.350,00	10,60
	Fam./ano	33,33	15,15	48,48	671,21	309,09	980,30	
	Fam./mês	2,78	1,26	4,04	55,93	25,76	81,69	
Feijão (sc)	Ass./ano	32,50	28,00	60,50	2.600,00	2.240,00	4.840,00	1,59
	Fam./ano	0,98	0,85	1,83	78,79	67,88	146,67	
	Fam./mês	0,08	0,07	0,15	6,57	5,66	12,22	
Mel (kg)	Ass./ano	55,00	840,00	895,00	330,00	5.040,00	5.370,00	1,76
	Fam./ano	1,67	25,45	27,12	10,00	152,73	162,73	
	Fam./mês	0,14	2,12	2,26	0,83	12,73	13,56	
Fumo (kg)	Ass./ano	0,00	1.059,00	1.059,00	0,00	4.066,56	4.066,56	1,33
	Fam./ano	0,00	32,09	32,09	0,00	123,23	123,23	
	Fam./mês	0,00	2,67	2,67	0,00	10,27	10,27	
Soja (sc)	Ass./ano	0,00	1.030,00	1.030,00	0,00	42.705,00	42.705,00	13,99
	Fam./ano	0,00	31,21	31,21	0,00	1.294,09	1.294,09	
	Fam./mês	0,00	2,60	2,60	0,00	107,84	107,84	
Mandioca (kg)	Ass./ano	27.400,00	400,00	27.800,00	13.974,00	204,00	14.178,00	4,64
	Fam./ano	830,30	12,12	842,42	423,45	6,18	429,64	
	Fam./mês	69,19	1,01	70,20	35,29	0,52	35,80	
Batata Doce (kg)	Ass./ano	3.550,00	300,00	3.850,00	1.957,50	300,00	2.257,50	0,74
	Fam./ano	107,58	9,09	116,67	59,32	9,09	68,41	
	Fam./mês	8,96	0,76	9,72	4,94	0,76	5,70	
Batatinha (kg)	Ass./ano	240,00	0,00	240,00	360,00	0,00	360,00	0,12
	Fam./ano	7,27	0,00	7,27	10,91	0,00	10,91	
	Fam./mês	0,61	0,00	0,61	0,91	0,00	0,91	
Amen-doim (kg)	Ass./ano	570,00	0,00	570,00	1.140,00	0,00	1.140,00	0,37
	Fam./ano	17,27	0,00	17,27	34,55	0,00	34,55	
	Fam./mês	1,44	0,00	1,44	2,88	0,00	2,88	
Abóbora/	Ass./ano	9.270,00	0,00	9.270,00	5.376,60	0,00	5.376,60	1,76

moranga (kg)	Fam./ano	280,91	0,00	280,91	162,93	0,00	162,93	
	Fam./mês	23,41	0,00	23,41	13,58	0,00	13,58	
Frutas (kg)	Ass./ano	1.620,00	0,00	1.620,00	729,00	0,00	729,00	0,24
	Fam./ano	49,09	0,00	49,09	22,09	0,00	22,09	
	Fam./mês	4,09	0,00	4,09	1,84	0,00	1,84	
Semen- tes (kg)	Ass./ano	0,00	20.600,00	20.600,00	0,00	33.425,00	33.425,00	10,95
	Fam./ano	0,00	624,24	624,24	0,00	1.012,88	1.012,88	
	Fam./mês	0,00	52,02	52,02	0,00	84,41	84,41	
Lenha (m ³)	Ass./ano	0,00	252,00	252,00	0,00	6.360,00	6.360,00	2,08
	Fam./ano	0,00	7,64	7,64	0,00	192,73	192,73	
	Fam./mês	0,00	0,64	0,64	0,00	16,06	16,06	
SOMA	Ass. /ano				100.670,22	204.588,16	305.258,38	100,0
%					32,98	67,02	100,00	
SOMA	Fam./ano				3.050,61	6.199,64	9.250,25	
SOMA	Fam/ano				254,22	516,64	770,85	

Fonte: dados da pesquisa, 2009.